


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

UMA EXPERIÊNCIA DE SERVIÇO SOCIAL
NO COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do
Título de Assistente Social pela Acadêmica:*

CLEIDY MARY DOS SANTOS NUNES RIBEIRO

Defendido em 24/08/94


Marly Venzon Frisá
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, junho de 1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**UMA EXPERIÊNCIA DE SERVIÇO SOCIAL
NO COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA**

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do
Título de Assistente Social pela Acadêmica:*

CLEIDY MARY DOS SANTOS NUNES RIBEIRO

Florianópolis, junho de 1994

“As experiências da vida servem para nos dar uma nova consciência do grande potencial que há em nós.”

“Educação é um sentido de valorização individual e organizada, variável em extensão e profundidade para cada indivíduo e processado pelas riquezas culturais.”

(Kerschensteiner)

*À minha maior mestra, MINHA MÃE, que durante anos muito me ensinou, e que Deus chamou me deixando com uma saudade imensa...
Agradeço e Dedico, pois sei que aonde estiver, ela estará orgulhosa e feliz.*

Ao MEU IRMÃO que muito me apoiou, que Deus levou e que tanta falta me faz...

À alguém muito especial que também partiu...

À DEUS pela presença constante e pela força que me dá para continuar...

AMO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

À todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização de mais esta etapa vencida, em especial:

- À Krystyna, professora, supervisora, orientadora e amiga a quem tenho um carinho muito grande e que essas poucas palavras não conseguem expressar minha real gratidão.

- Ao D.S.S.: professores e funcionários que durante esses 5 anos me ensinaram e atenderam com carinho e paciência, me apoiando e ajudando a enfrentar as dificuldades vividas nesse período.

- Ao C.A.R.S. por ter sido meu campo de estágio e possibilitar questionamentos e conflitos profissionais, que permitiram o crescimento.

- À minha família pelo apoio e carinho, ao meu pai.

- Aos meus avós e padrinhos Oto e Dilza pelo carinho.

- À Estela e Dirce pelo carinho e apoio, e por serem mais que tias.

- Ao Emerson pelo carinho e amor.

- À Marlise, amiga de coração pela amizade sincera e apoio.

- À amiga Lilian, que ao longo destes 6 anos soube demonstrar a verdadeira amizade.

- À companheira de estágio Eliañe, pela atenção e carinho.

- Aos meus colegas de trabalho Manoel e Inês por demonstrarem o verdadeiro companheirismo.

- À DEUS, simplesmente por tudo.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho revela uma caminhada por nós percorrida em nossa experiência de estágio no Colégio Aderbal Ramos da Silva, iniciada no segundo semestre de 1992, e representou um desafio às inúmeras limitações enfrentadas, tanto pessoais como institucionais.

Entendemos que a escola não pode ficar isolada das lutas mais gerais que acontecem na sociedade. Uma sociedade que recupere na participação as formas cooperativas e criativas para transformar a realidade.

Hoje, o papel da escola não se restringe a transmitir apenas uma soma de conhecimentos, mas e principalmente, visa estimular o educando a agir e decidir por si mesmo e capacitá-lo para a vida, para o trabalho e conseqüentemente formar o cidadão consciente e participativo.

Assim, se desejarmos dar à educação o seu real significado, temos que admitir também a urgência da participação consciente e espontânea de todos.

Desta forma, a ação do Serviço Social na rede pública, numa perspectiva crítica, onde o processo educativo visa a criação do homem crítico, transformador, consciente de seu papel na história.

Dividimos o presente trabalho em 3 capítulos. No primeiro capítulo resgatamos o Processo Histórico do Ensino no Brasil, tentando enfocar como as diferentes cartas constitucionais abordaram a questão do ensino e da escola pública. No segundo item

deste primeiro capítulo apresentamos a escola pública, seus propósitos e suas contradições. Mostraremos ainda no terceiro item deste capítulo um balanço sobre o ensino noturno de segundo grau em Santa Catarina, falando de aspectos institucionais, problemas de evasão, de superlotação nas escolas públicas, com dados concretos que revelam a realidade do ensino noturno de segundo grau no Estado.

Nos deparamos com limitações quanto ao levantamento de dados para o trabalho: 1º refere-se a pobreza de dados existentes, particularmente agravada em relação ao ensino noturno; 2º refere-se à natureza mesmo de dados quantitativos que, ao mesmo tempo indicam e escondem, revelam mas não desvelam.

Iniciamos o segundo capítulo fazendo um relato histórico do colégio Aderbal Ramos da Silva desde a Fundação Educacional de Santa Catarina à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto mostrando como a mudança de regime jurídico das instituições Federal, Estadual e Municipal pode afetar tanto a estrutura e a administração de uma escola pública. No segundo item deste capítulo nos ateremos ao período noturno do Colégio e aos alunos que o freqüentam traçando um perfil sócio-político-pedagógico.

No terceiro capítulo faremos algumas considerações que ao longo deste processo prático de aprendizagem, fizeram-se presentes em nossas reflexões a respeito dos limites e possibilidades do serviço social enquanto prática desenvolvida no Colégio Aderbal Ramos da Silva. No primeiro item deste capítulo, faremos breves colocações a respeito da chegada das estagiárias à instituição.

O segundo item trata da construção da nossa prática partindo do objetivo da escola que é formar o cidadão, após estas breves considerações que muito nos ajudaram a compreender a amplitude do social, relatamos nossa experiência prática de estágio no terceiro item deste capítulo aonde fizemos também uma avaliação dos resultados.

Por fim seguem as considerações finais, representando o movimento dialético de tese, antítese e síntese ou seja, a busca da profissão acerca de um conhecimento próprio e da humanização das relações de ensino. Não pretendemos resumir neste item toda a nossa análise do trabalho, mas pensamos que nossas considerações finais possam servir para repensar nossa experiência no processo de formação profissional.

É mister ressaltar que utilizamos como referencial teórico o pensamento dialético para análise da nossa prática e elaboração do presente trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Santa Catarina - Dados Educacionais. Distribuição das Unidades Escolares por Tipo Ensino - 1991.

Tabela 02 - Santa Catarina - Dados Educacionais. População Por Faixa Etária e População não Alfabetizada - 1991.

Tabela 03 - Santa Catarina - Ensino de 2º Grau. Matrícula por Turno (Diurno-Noturno).

Tabela 04 - Santa Catarina - Ensino de 2º Grau. População e Matrícula na Faixa Etária Entre 15 e 19 Anos.

Tabela 05 - Santa Catarina - Ensino de 2º Grau. Fluxo de Entrada e Saída dos Alunos nos anos de 87 a 89.

Tabela 06 - Santa Catarina - Ensino de 2º Grau. Matrícula Inicial, Final, Reprovados, Abandono e Percentual, Segundo Dependência Administrativa das Escolas - 1989.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Santa Catarina - Ensino de 2º Grau. Região de Florianópolis - Matrícula no 2º Grau por Habilitação - 1989.

Quadro 02 - Classificações das Ocupações Segundo IBGE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de Alunos que Participam em Atividades Fora do Colégio.

Gráfico 02 - Gráfico de Sugestões Sobre as Atividades em que os Alunos Gostariam de Participar.

SUMÁRIO

Apresentação	v
Lista de Tabelas	viii
Lista de Quadros	ix
Lista de Gráficos	x

CAPÍTULO I

1 - O Processo Histórico do Ensino no Brasil	1
1.1 - Escola Pública: seus propósitos e suas contradições	14
1.2 - O Ensino Noturno de 1º e 2º Grau em Santa Catarina	19

CAPÍTULO II

2 - O Colégio Aderbal Ramos da Silva - da F.E.S.C. à Sec. de Educação: o que mudou	32
2.1 - Período Noturno e o Aluno do CARS - Perfil Sócio-Político-Pedagógico	44

CAPÍTULO III

3 - Serviço Social Escolar no C.A.R.S.: suas possibilidades e seus limites	53
3.1 - A Chegada das Estagiárias na Instituição	53
3.2 - A Construção da Prática de Estágio	56
3.3 - A Caminhada do Serviço Social Junto aos Alunos do C.A.R.S.	66

CAPÍTULO IV

4 - Considerações Finais	77
Bibliografia	80
Apêndice	84
Anexos	90

CAPÍTULO I

1 - O PROCESSO HISTÓRICO DO ENSINO NO BRASIL

O ensino no Brasil, do ponto de vista da educação formal, aquela que é institucionalizada, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturada, esteve durante o período colonial subordinada quase que exclusivamente aos poderes jesuítas, fundadores das primeiras escolas e seminários.

O sistema econômico, político e social capitalista mundial exerceu uma influência marcante na origem da sociedade brasileira, colonizada pelos Portugueses que trouxeram, impuseram e procuraram preservar a cultura e o sistema que para cá transplantaram. Otaíza de Oliveira Romanelli, ressalta que:

"A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, da estratificação social, do controle do poder político, aliados ao uso de modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira. A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades." (Romanelli, 1985: 23-24).

Assim, a nossa sociedade até hoje apresenta-se como uma sociedade periférica, dependente e não central hegemônica, não tendo até os dias de hoje, superado a dominação externa, levando a submissão dos interesses da população brasileira. Problema este que se reflete no interior das escolas.

A Estrutura do Brasil-Colônia é caracterizada como sendo organizada a base de relações predominantemente de submissão.

Submissão externa com relação a metrópole, submissão da maioria negra pela minoria branca (colonizadores). Submissão interna refletindo-se não só nas relações de trabalho como também nas relações familiares, da esposa em relação ao marido e do filho em relação ao pai.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, foram criadas condições culturais que estimularam a educação. Dentre estas: (a Abertura dos Portos as Nações Amigas, a criação da Imprensa Régia, Biblioteca Pública, Cursos de Medicina, Agricultura, Desenvolvimento Técnico, Fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios da Faculdade.)

Mas a Constituição de 25 de março de 1824, não enfatizou a importância da educação para o País, colocando apenas princípios gerais sobre a gratuidade da instrução primária e fazendo referências genéricas aos colégios e faculdades, deixando de lado a luta por um sistema nacional de educação, como expressa Ribeiro,

“No texto Constitucional outorgado, esta idéia, sistema nacional de educação e distribuição nacional por todo território nacional é abandonada, posto que com relação a educação, o Art. 179 se refere nos seguintes temas: a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é

garantida pela Constituição do Império entre outras maneiras, pela "instituição primária gratuita a todos os cidadãos" e pela criação de Colégios e Universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências belas artes e artes." (Ribeiro, 1979: 48).

Mas o Ato Adicional de 1834, determinou a descentralização da organização e administração do ensino elementar e secundário, que se tornaram de competência das Assembléias Provinciais, como cita a autora Ribeiro,

"Após a abdicação de D. Pedro I (1831) é decretado o Ato Adicional a Constituição (1834), resultado do domínio de uma orientação descentralizadora (maior autonomia as provincias). Compete as Assembléias Legislativas Provinciais legislar sobre a instrução pública em estabelecimentos próprio e promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, ou cursos jurídicos, academias atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral." (Ribeiro, 1979: 50).

Com o advento da República nota-se uma preocupação maior com o ensino e a Constituição de 1891 tratou mais longamente do assunto. Atribui aos estados a tarefa de organizar seus sistemas educacionais, e tomar sob sua responsabilidade o ensino primário e normal, determinou que o secundário era de inteira competência da União. Dentre os Estados, São Paulo foi o que se dedicou ao problema de modo mais

persistente e em 1892 promulgou a lei organizando o ensino público. Ao mesmo tempo, surgiram novas faculdades nas principais cidades do País.

Com a sociedade brasileira se desenvolvendo em base urbano-comercial desde a segunda metade do Século XIX, vai o analfabetismo se constituindo num problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários a integração das pessoas em tal contexto.

As novas tendências da sociedade brasileira passavam a exigir mudanças visando a solução do problema apontado. Campanhas proclamando a necessidade da difusão da escola primária foram organizadas. Eram lideradas por políticos que, enquanto tais, reconheciam a necessidade da difusão, especialmente da escola primária como base da nacionalidade.

A partir de 1920, iniciou-se em vários Estados um movimento de renovação educacional, inspirado na Nova Escola européia.

Destacaram-se as reformas Lourenço Filho, no Ceará (1923), Anísio Teixeira na Bahia (1925), Francisco Campos em Minas Gerais (1928). No entanto elas esbarram com uma tendência tradicionalista e que visava apenas o crescimento do sistema educacional, em detrimento de uma renovação qualitativa, como expressa Ribeiro,

“Já não eram apenas ou predominantemente as políticas que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar elementar e os conseqüentes altos índices de analfabetismo. O Problema passava agora a ser tratado, por educadores de profissão. Caracteriza-se pelo entusiasmo, isto é, a crença de que pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda

do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo. A crença que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro. O modelo que estava sendo assimilado era o da Escola Nova.” (Ribeiro, 1979: 94).

É interessante notar que as forças sociais exercem pressão com vistas a esta abertura da escola, mas, ao mesmo tempo impõe seus limites. É o que mostra a passagem do que a seguir se transcreve:

“Já então as transformações econômicas e sociais do País e a tomada de consciência do nosso atraso em matéria de educação atuam no sentido de contínua expansão do ensino primário. Porém, aquela tomada de consciência, em muitos administradores, processa-se na direção de baixar o nível de aspiração com referência a duração e qualidade da escolaridade. Seria melhor dar quatro ou três anos de escola a muitos, alfabetizando-os, do que um ensino mais longo e de melhor nível a poucos; e a expansão dificulta os problemas de aperfeiçoamento da organização, e acentua a evasão e a repetência escolar.” (Ribeiro, 1979: 81).

✱ A insuficiência de verbas destinadas a Educação para um atendimento quantitativo e qualitativamente melhor é sentida pelos educadores que se viam diante do

dilema: atender menos e melhor, ou mais e pior. Isto se dá em decorrência do modelo econômico vigente, agrícola-comercial-exportador, que sendo contrário a redistribuição do lucro, comprometia tais verbas destinadas ao atendimento popular. Ribeiro ressalta essa colocação dizendo que,

“Optando por atender mais e melhor, foi possível atender a menos de um terço da população em idade escolar, isto equivale a dizer que mais de dois terços continuaram a ser excluídos da escola por completo, explicando-se assim em números absolutos o aumento de analfabetos.” (Ribeiro, 1979: 82).

A marginalização de boa parte da população brasileira dos benefícios advindos da escolarização tendia a perpetuar-se. Isto entra em choque com o próprio ideário republicano de um regime de participação política, onde um mínimo de escolarização comum era necessário, o que na época, já havia sido conseguido por certas monarquias burguesas européias.

Já o ensino secundário, embora deficiente, houve uma certa ampliação, que ocorreu no ensino particular. E esta marca da insuficiência da iniciativa oficial faz com que este nível (secundário) dê origem a outro ponto de estrangulamento na organização escolar brasileira, de tal maneira que a elitização se mantém como uma característica marcante.

Após a Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, encarregado dos Serviços Educacionais, em, 11 de abril de 1931 o governo provisório sancionou decretos organizando o ensino secundário e regulamentando a criação de universidades brasileiras.

No período de 1931 a 1937 foram realizados vários congressos, seminários e conferências, onde eram debatidos os princípios fundamentais que deveriam orientar a educação nacional. E nestes debates, duas orientações se conflitavam. Uma era já tradicional, representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada a doutrina religiosa (católica), a educação em separado e, portanto diferenciada para o sexo masculino e feminino, o ensino particular e a responsabilidade da família quanto a educação. Outra era apresentada por educadores influenciados pelas "idéias novas" e que defendiam a gratuidade, a responsabilidade pública em educação. Como fica expresso na citação a seguir:

"A escola pública, gratuita e leiga, era vista pelos educadores como a situação ideal, justamente com vistas ao atendimento das aspirações individuais e sociais, o que equivale ao contrário de qualquer imposição orientadora, quer seja de ordem política, quer seja de ordem religiosa. Ao indivíduo cabia fazer a opção." (Ribeiro, 1979: 105).

X A Constituição de 1934 dispôs especificamente sobre a educação e cultura, considerando direito de todos e devendo ser administrado pela família e pelos poderes públicos.

"Aos Estados segundo esta Constituição competia organizar e manter os seus sistemas educacionais, respeitadas as diretrizes definidas pela União. Estabelece que ao Governo Federal caberia fixar um plano nacional de educação, compreensivo do ensino

de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo território do País (Art. 151); cria o Conselho Nacional e Estadual de Educação (Art. 152) e determina a aplicação de nunca menos de 10% da parte dos municípios, e nunca menos de 20%, da parte dos estados, da renda resultante dos impostos "na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais." (Ribeiro, 1979: 107 e 108).

Esta Constituição procura intensificar o processo de democratização ao reconhecer na educação "um direito de todos" e ao instituir a liberdade de cátedra e de ensino em todos os graus e ramos, bem como, ao instituir a gratuidade e obrigatoriedade que deviam estender-se progressivamente do ensino primário a superior a fim de torná-la acessível a todos.

Posteriormente a Constituição de 1937 enfatizou o ensino pré-primário e vocacional. Mantém alguns princípios da Constituição anterior e procura dar ênfase ao trabalho manual.

"Em seu Art. 128, declara ser a arte, a ciência e o ensino livres a iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares; mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, instituindo, em caráter obrigatório, o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias, e, sobretudo, dá providência ao programa de política escolar em termos de ensino pré-vocacional e profissional que se destina as classes

menos favorecidas e é, em matéria de educação o primeiro dever do Estado (Art. 129) estabelece o regime de cooperação entre a indústria e o Estado.”

Por este texto fica explicitada a orientação política-educacional capitalista de preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas funções abertas no mercado. No entanto, fica também explicitado que tal orientação não visa contribuir diretamente para a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e manual, uma vez que se destina a classes menos favorecidas.

A Constituição de 1946, determinou a obrigatoriedade do ensino primário e deu competência a União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Em muitos pontos reafirmava os princípios de democratização, sendo entretanto mais restrita quanto aos propósitos relativos a gratuidade em comparação a Constituição de 1934.

“O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário se-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos. No mesmo artigo (168 - III e IV) é colocada a responsabilidade das empresas quanto a educação dos seus empregados menores e dos filhos dos empregados, se o número destes for superior a cem. O amparo a cultura é dever do Estado, a lei proverá a criação de institutos de pesquisa, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.” (Ribeiro, 1979: 123).

Em 1948 o Governo encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, que somente seria promulgado em dezembro de 1961. Ficou assim assegurado o direito a educação, cabendo ao Estado fornecer os recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se beneficiassem do ensino, quando fosse provada a insuficiência de meios para que fossem asseguradas oportunidades iguais para todos.

Em fevereiro de 1962 foi criado o Conselho Federal de Educação, em vigor desde 1931. Cabe a esse órgão, decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados; promover estudos de caráter geral, indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio; estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior.

O que se observa é que a luta pela democratização da escola ocorre em vários momentos na história da educação brasileira, mas,

“Somente é atendida quando há necessidade de redefinição na expressão econômica que implique o aparecimento ou o incremento da demanda econômica de recursos humanos de vários níveis de qualificação e também quando o remanejamento das forças na estrutura do poder objetive utilizar-se da modernização como ideologia de justificação e necessite aumentar as oportunidades educacionais em determinada direção, é que as pressões da demanda social de educação começam a ser consideradas. Esse processo é sempre definido em termos de interesses pelo aumento ou não da participação social no jogo político.” (Romanelli, 1980: 203).

Cinco anos depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1967, o Conselho Federal de Educação constatou a necessidade de novas mudanças e o Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 desencadearam essa reforma.

Posteriormente, o ensino primário e médio também passaram por uma total reformulação. A Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Dispõe que a educação de 1º e 2º graus tem por objetivo propiciar ao estudante a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, colocação para o trabalho e exercício consciente da cidadania. Percebe-se que esse ainda é o objetivo: a arrancada da "expansão econômica", após 64, num País dependente como o Brasil, exigiria um aumento do nível de escolaridade do trabalhador, mas por sua vez, esse aumento devia ser concedido, de forma compatível com a posição periférica de nossa economia. A industrialização crescente exige uma base de educação fundamental e algum treinamento, o suficiente para o indivíduo ser introduzido na manipulação de técnicas de produção e aumentar a produtividade, sem, contudo ter sobre o processo nenhum controle nem mesmo qualquer possibilidade de exigências salariais que um nível mais elevado de escolarização acabaria por suscitar. Enfim, era interessante para os meios empresariais que tivéssemos a mão-de-obra com alguma educação e treinamento, bastante produtiva e ao mesmo tempo, barata.

Ao mesmo tempo, diminuiria a crise porque passava a Universidade.

Pois, uma vez adquirida uma profissão, antes de ingressar na Universidade, o candidato potencial a ela, ingressaria na força de trabalho e se despreocuparia de continuar lutando pela aquisição de uma profissão que, na maioria dos casos, só era obtida através do curso superior.

A crise por que passava a Universidade ficava assim minorada, uma vez que, era provocada pela pressão por mais vagas.

* O ensino de 1º grau destina-se a formação integral da criança e do pré-adolescente; tem a duração de 8 anos letivos. O ensino de 2º grau destina-se a formação integral do adolescente, exigindo-se para o ingresso a conclusão do ciclo anterior. Que pela Lei 5.692 de 1971 deve ter um caráter profissionalizante, formando mão-de-obra qualificada, técnicos de nível médio.

No modelo sócio-econômico vigente, nos anos 60 e 70, conduzido pelo Estado autoritário e centralizador, a educação foi submetida à racionalidade técnica, deixando de ser uma questão política e passando ao domínio quase que exclusivo da tecnocracia. À escola coube executar os planos, assim concebidos, participando de modo eficiente, no contexto da divisão do trabalho, na execução de suas funções.

* A partir dos anos 70 começou a emergir movimentos populares (movimento das Comunidades Eclesiais de Base, Sindicais e outros), cuja orientação cria espaços para iniciativas de atendimento as suas necessidades básicas, sistematicamente desatendidas por não coincidirem com as necessidades políticas do Estado, comprometido com as burguesias nacionais e transnacionais, através do projeto de desenvolvimento econômico industrial.

As lutas políticas tornam-se impregnadas pela crítica às formas tradicionais de organização social, apresentando-se como alternativa à superação da condição de opressão e marginalização em que se encontram as massas populares no interior da sociedade nacional. Cresce, então, o movimento de resistência as políticas traçadas pelo Estado e as suas instituições. Em decorrência desse movimento de resistência após decorridos 15 anos da publicação da Lei 5.692, foi instalado em 1981, na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar os desvios dos projetos educacionais programados na Lei.

A partir de então, a profissionalização tornou-se optativa tanto para a escola, quanto para o aluno. Confirmando assim que, a luta política no Brasil, tanto como instrumento da conquista do significado da democracia, tanto como instrumento da conquista do poder, quanto como requisito básico para a superação da profunda desigualdade social e econômica.

A evolução do ensino brasileiro, tanto em relação a sua expansão, quanto em relação ao seu modelo formal respondeu sempre a injunções de ordem econômica, social e política. As contradições existentes na sociedade são reproduzidas da mesma forma no sistema educacional, pois a situação educacional de um país é um prolongamento de um sistema social e político.

A nova Carta Constitucional brasileira (1988), no que diz respeito a educação, abre algumas perspectivas e coloca determinados dispositivos que poderão permitir avanços no campo da escolarização ou do desenvolvimento escolar.

A atual Constituição, embora não se comprometa com a obrigatoriedade e gratuidade de ensino ao nível do 2º grau diferentemente do que ocorre com o ensino de primeiro grau, estabelece, no entanto, sua "progressiva extensão" enquanto ensino obrigatório e gratuito.

Então ao menos progressivamente, representará total responsabilidade do poder público com relação à oferta das matrículas necessárias ao atendimento gratuito deste ensino, com garantia de padrão de qualidade, conforme reza também o item VII do Art. Constitucional nº 206.

“A expansão da escolarização gratuita e obrigatória ao nível do 2º grau exige que se pense em uma escola de massa. Não, porém, uma escola para a massa e outra para a elite. Uma escola de massa que seja democrática, de boa qualidade e para todos, na perspectiva não individualizante, mas ligada ao bem-estar social da coletividade.” (Scheibe, Bazzo, 1989).

1.1 - A Escola Pública Seus Propósitos e Suas Contradições

Como instituição de ensino a escola tem percorrido um longo caminho na história. Em sua trajetória tem sido influenciada por diferentes correntes do pensamento científico que pretendem explicar algumas questões relacionadas à sistematização e à transmissão do saber. Entre essas questões podemos distinguir pelo menos duas, que embora aparentemente distintas estão estreitamente relacionadas, ou seja, a concepção que se tem de uma, interfere no fazer prático da outra. A primeira, que se constitui objeto de discussão da sociologia, questiona o papel da escola na sociedade de classes; a segunda, mais relacionada à Psicologia, discute a forma como acontece a aprendizagem.

O papel que assume a escola dentro da sociedade tem gerado muita discussão. No contexto dessas discussões destacamos 3 linhas de pensamento. Primeiro, acreditando-se na educação como meio de ascensão social, surge o movimento da “escola nova”. Reivindica-se escola para todos, busca-se a ingênua igualdade de chances para todos. Como ressalta Freitag (1980; 19),

“... igualdade de chances e não igualdade entre os homens.”

A segunda linha de pensamento, com a discussão da escola como aparelho ideológico do Estado, novos pontos de vista permeiam o discurso da educação. A escola passa de elemento benéfico à classe trabalhadora a seu maior inimigo. Como principal instrumento de imposição dos valores burgueses a escola está a serviço da classe dominante, cumprindo eficientemente a tarefa de alienação da classe popular.

Uma terceira linha, muito bem analisada por D'Ávila (1985), reconhece a função ideológica da escola, mas enxerga nela também a possibilidade de, aproveitando as próprias contradições que se dão em seu interior favorecer o nascimento da consciência de classe.

“Assim como a alienação é socialmente provocada, a conscientização popular também deve ser pedagogicamente provocada.” (diz, Barreto, in D'Ávila, 1985: 94).

- A escola passa a assumir importante papel na luta de classes.

Mas não são só as linhas de pensamento científico que influenciaram, influenciam e explicam a origem e a função da Escola Pública no Brasil.

★ O regime político e o modelo sócio-econômico impostos nos últimos anos a Nação Brasileira produziram danos marcantes na qualidade do ensino de nossas escolas, seja pela repressão política-ideológica que se abateu sobre toda a comunidade, seja pelo caráter flagrantemente antidemocrático de suas leis e decretos, que se reflete na elaboração e modificação ilegítimas de regimentos e estatutos das escolas.

A política educacional implantada levou à progressiva desobrigação do Estado com o custeio da Educação, e à expansão do ensino privado. Assim, a educação está aberta à ação dos empresários do ensino, sujeita às leis da iniciativa privada, sendo

negociada como mercadoria entre as partes interessadas em vender e comprar, o que revela o caráter elitista do atual processo educacional no Brasil.

Segundo o professor Carlos Wittmann,

“A educação sempre esteve a serviço do capital. No interior de nossa sociedade selvagemmente dividida, a educação tem concretamente reforçado e legitimado as decisões e desigualdades sociais. Nesta educação os educadores foram se descaracterizando, tendendo a uma prática alienada e alienante”. (1984: 1)

O trabalho alienado dos professores fundamenta-se na divisão social do trabalho. Além de contribuir para a reprodução da divisão social do trabalho, a educação incorpora e assume no seu próprio interior as divisões fundadas na contradição entre quem tem e quem trabalha, entre quem controla e quem produz, entre quem decide e quem faz. Esta ruptura entre quem decide e controla, quem faz e executa, cria condições materiais e objetivos para a reprodução das relações de dominação e de sobrevivência, no interior das práticas educativas. Reduz o professor a um tarefeiro, sumamente vulnerável ao tráfico de influência, uma vez que é mantido pelos grupos de poder.

→ A escola, historicamente, tem assumido a função de seleção social ou a função de qualificação de uma minoria para serem dominadores e exploradores e de desqualificação a maioria pelo não acesso, pela evasão e pela repetência, para serem submissos, subservientes, explorados e dominados.

Entretanto, há uma tendência crescente entre educadores e os demais sujeitos envolvidos no processo educacional, no sentido de colocar a educação a serviço da maioria e a escola como instância da democratização do saber.

“No atual contexto social, com 80% da população marginalizada no Brasil e o empobrecimento de contingentes maiores da população, a escola é a única instância social capaz de instrumentalizar as classes oprimidas com o saber socialmente construído, necessário para a afirmação histórica do povo brasileiro.”(Wittmann, 1984:1).

Dá a importância, urgência e necessidade da escola pública realmente de qualidade para todos os brasileiros, mas especialmente para a maioria marginalizada.

A desalienação do homem passa pela desalienação do trabalho. O trabalho desalienado é o lugar de produção do homem e de sua existência histórica. A desalienação se faz pela compreensão do fazer. Wittmann explica que,

“ A função da escola é desenvolver o polo do saber que dá consistência ao polo do fazer e ao mesmo tempo o supera”. (Wittmann, 1984: 2).

Portanto a escola é a agência que as classes populares tem para compreenderem o trabalho, a produção de si mesmo e da História. É através dela que as classes populares se apropriam dos princípios teóricos e metodológicos necessários para sua afirmação.

→ Evidentemente, não é a escola que constrói a democracia, mas esta não se fará sem a contribuição da escola.

→ O resgate da educação, implica democratização do saber e socialização do poder. Este resgate não é apenas, um compromisso dos educadores, mas de todos os sujeitos

envolvidos na construção de uma educação como prática social para afirmação das classes populares.

A defesa do direito de ensino para todos implica na defesa da escola pública, gratuita e de boa qualidade, para o que se torna necessário o aumento dos recursos governamentais para o ensino, destinados prioritariamente a recuperação dos salários dos professores, a construção de escolas e a merenda escolar e distribuição de material didático. Por outro lado é preciso que organizações representativas dos vários segmentos da comunidade escolar exerçam vigilância sobre o destino desses recursos, de modo a assegurar seu correto emprego.

Dentre essas organizações, situamos as APP's (Associações de Pais e professores) e o Grêmio Estudantil, órgãos de representação dos vários segmentos da comunidade escolar.

As perspectivas para a melhoria da qualidade de ensino, exigem a participação de todos na luta pela desalienação do trabalho da educação.

Isto implica em ruptura histórica, que destrua a educação a serviço dos interesses do capital, pela construção da prática da educação a serviço dos interesses da maioria. Para isto, não basta o desenvolvimento da função específica da educação, ou seja, o desenvolvimento da dimensão pedagógica da prática educativa, nem a satisfação e melhoria dos métodos e técnicas, que é a dimensão da competência da prática educativa.

É a dimensão sócio política da nossa prática, o nosso compromisso, que orienta, dá sentido e configuração à dimensão pedagógica e a verdadeira função da escola que não é só a de transmissão do saber, mas sim uma função social que busca a formação do verdadeiro cidadão. Cidadão este, consciente, crítico, participativo, disposto a mobilizar a sua classe, se responsabilizar pela história de que participa e se associa a grupos capazes de viabilizar ações.

✕ Não podemos pensar em formar cidadãos num local onde a prática diária mostra a alienação dos professores a um Estado autoritário ou a uma direção centralizadora de poder, e a submissão dos alunos aos desígnios de um professor que “sabe tudo” pois não são discursos que formam a consciência política. É a própria prática que dá sentido concreto a estes discursos.

Não se trata de fazer da escola uma “ilha da fantasia democrática”, mas sim permitir na escola o livre e crítico trânsito das experiências democráticas, participativas e mobilizadoras que hoje tentamos construir ao nível da sociedade global ou da comunidade particular onde a escola se insere.

1.2 - O Ensino Noturno de 1º e 2º Grau em Santa Catarina

O ensino noturno no Brasil tem mais de 100 anos. Desde os tempos do Império já haviam classes noturnas que transmitiam ensino primário a adolescentes e adultos analfabetos.

Esse tipo de ensino, entre 1870-1880, era destinado “aos que a idade e a necessidade de trabalhar não permitiam freqüentar cursos diurnos” serviam “ao homem do povo que vivia do salário”. Geralmente funcionavam em locais improvisados, seus professores recebiam apenas uma pequena gratificação para ministrar essas aulas. Poucos anos após sua instalação, as escolas noturnas não estavam produzindo os resultados esperados e a freqüência que era grande no início, diminuía sensivelmente no decorrer do ano letivo.

Mesmo assim os cursos noturnos continuaram a ser criados ao longo da legislação do Império, das Províncias e mais tarde dos Estados, “pois ainda assim não convinha desistir deles”, segundo Beisiegel (1974) em sua obra Estado e Educação Popular: um estudo sobre a educação de adultos ao analisar a expansão dos serviços

educacionais para adultos e adolescentes analfabetos no Brasil, centra suas hipóteses e o contexto de análise no conjunto de práticas adotadas pelo Estado brasileiro, nas diferentes áreas de atividades (econômicas, sociais e políticas) com interesse em conduzir nossa sociedade para o “desenvolvimento”.

Apesar do ensino noturno no Brasil ter mais de cem anos a criação de cursos noturnos para atender à continuação dos estudos, ou seja a nível de 2º grau é mais recente, e data da década de 50.

A oferta de ensino de 2º grau em Santa Catarina é apresentada em Unidades Escolares municipais, estaduais, federais e particulares que representam 4,56% de um total de 13.209 unidades escolares oferecidas entre a Pré-Escola e o Ensino Superior, ou seja, existem 602 escolas de 2º grau em Santa Catarina conforme podemos verificar na Tabela 01.

TABELA 01
SANTA CATARINA - DADOS EDUCACIONAIS
DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES POR TIPO DE ENSINO - 1991

TIPO DE ENSINO	UNIDADE ESCOLAR		MATRÍCULAS	
	Nº Abs.	Rel. (%)	Nº Abs.	Rel. (%)
Pré-Escolar	4.106	31,08	161.692	13,75
1º Grau	8.481	64,21	843.392	71,72
2º Grau	602	4,56	122.990	10,46
3º Grau	20	0,15	47.895	4,05
TOTAL	13.209	100,0	1.175.969	100,0

Fonte: SEC/DIRP/GEINF

Desse total de 602 unidades de ensino do 2º grau em Santa Catarina, temos - conforme dados da Secretaria de Estado da Educação/ Diretoria de

Planejamento/Gerência de Estatística e Informática 1991 - 06 unidades federais, 370 estaduais, 13 municipais e 213 particulares.

Sendo que na capital do Estado, Florianópolis, encontram-se 03 unidades federais, 43 estaduais, 02 municipais e 23 particulares num total de 71 unidades de ensino de 2º grau.

Com uma população de 4.536.433 habitantes, de acordo com os dados do IBGE-1991, Santa Catarina possui 932.976 analfabetos no total das 4 faixas etárias, apresentadas na Tabela 02.

TABELA 02
SANTA CATARINA - DADOS EDUCACIONAIS
POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E POPULAÇÃO NÃO ALFABETIZADA
1991

POPULAÇÃO TOTAL	FAIXA ETÁRIA				NÃO ALFABETIZADA	%
	0-6	07-14	15-19	+19		
4.536.433	803.672	902.985	568.831	2.260.945	932.976	20,57

Fonte dos Dados Brutos:

IBGE - Dados preliminares do Censo/91.

Projeção segundo a taxa anual de crescimento (2,05%) do Censo/91. Dados de população na faixa etária e não alfabetizada.

Dados da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto indicam que em Santa Catarina grande parte dos estudantes que cursam o 2º grau o fazem em cursos noturnos. A maior parte deles são jovens entre 15 e 19 anos. Pouco mais da metade destes estudantes cursam hoje um ensino não profissionalizante. A busca pela profissionalização é, porém maior nos cursos noturnos.

É hoje no curso noturno de 2º grau que encontramos um dos pontos de maior convergência das desigualdades educacionais e sociais no nosso País. Para entender e

discutir melhor esta problemática, apontamos algumas constatações que se entrecruzam e determinam-se reciprocamente e que serão descritas e analisadas uma a uma neste capítulo: 1) à concentração da maior parte das matrículas no ensino noturno; 2) à precariedade do índice de escolarização do jovem entre 15-19 anos no Estado; 3) ao problema da evasão no ensino do 2º grau noturno; 4) ao papel preponderante no entendimento da rede pública estadual de ensino; 5) à expansão que hoje se verifica, no Estado, do ensino de 2º grau não profissionalizante, exceção feita aos cursos noturnos.

Como já foi citado anteriormente, os jovens catarinenses, em sua grande maioria, cursam o 2º grau no período noturno. Dados da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto mostram que está em torno de 67% a parcela de matrícula no turno da noite. Ver Tabela 03.

TABELA 03
SANTA CATARINA - ENSINO DE 2º GRAU
MATRÍCULA POR TURNO (DIURNO-NOTURNO)

TURNO				TOTAL
DIURNO		NOTURNO		
Nº Abs	%	Nº Abs	%	105.482
34.633	32,83	70.849	67,17	

Fonte dos Dados Brutos: SEC/DIRP/GEINF

Um dado que chama a atenção, considerando que a expansão do ensino de 2º grau têm se verificado particularmente através de cursos noturnos, é o de que não é a matrícula fora da faixa etária que tem sido ampliada, mas sim a matrícula na faixa etária entre 15 e 19 anos. Isto significa que o curso noturno de 2º grau não é especialmente uma oportunidade para estudantes tardios e que não puderam cursar o 2º grau na idade

correspondente e sim, que o jovem catarinense é um trabalhador efetivo ou em potencial, e necessita exercer atividade remunerada para continuar a estudar.

Em 1990 segundo dados da Secretaria de Educação 89.107 jovens entre 15 e 19 anos estavam matriculados em cursos de 2º grau noturno, enquanto que 26.688 alunos estavam fora desta faixa etária, representando 32,20%, número esse que se iguala ao de 10 anos atrás quando em 1984 também tinha-se 32,20% de alunos matriculados fora da faixa etária de 15-19 anos. Esses números se comparados aos de 1971 aonde tinha-se 55,24% de alunos matriculados fora da faixa etária de 15-19 anos, justificam o que foi por nós citado no parágrafo anterior.

Se, por um lado, o alto índice de matrículas no 2º grau noturno evidencia, a condição de desigualdade social e, mais ainda, uma população majoritariamente pobre, é também oportuno interpretar este dado como evidência de um processo contraditório que se desencadeia via escolarização: se a necessidade de escola noturna é produto da desigualdade social, ela é também, ao mesmo tempo, uma possibilidade da sua negação. Sposito, (1988:191-92) faz o seguinte comentário a este respeito:

“O curso de 2º grau noturno, assim como qualquer atividade escolar nesse período, exprime uma contradição que aponta, de um lado, para a desigualdade da sociedade de classe que transforma grande parte em assalariados, em força de trabalho que se integra no mercado de trabalho, sem ter preparo na infância ou juventude (o trabalho infantil não é expressão apenas do capitalismo do séc. XIX). Mas de outra parte indica, também, um caminho trilhado pelos setores desprivilegiados para tentar resistir e enfrentar o processo de exploração da

desigualdade e, ao mesmo tempo, contém uma possibilidade de sua negação”.

Outro aspecto importante para análise do ensino de 2º grau em Santa Catarina é o precário índice de escolarização do jovem entre 15-19 anos.

No Brasil, o atendimento atual a essa faixa etária pode ser estimado aproximadamente em 20% da “demanda potencial teórica” para ensino de 2º grau. Já em Santa Catarina, há indicações de que é de 16,12% (em 1990) o índice de escolarização nesta faixa etária. Ver Tabela 04.

TABELA 04
SANTA CATARINA - ENSINO DE 2º GRAU
POPULAÇÃO E MATRÍCULA NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 15 E 19 ANOS

ANO	POPULAÇÃO	MATRÍCULA NA FAIXA ETÁRIA	ÍNDICE DE ESCOLARIZAÇÃO
1990	552.763	89.107	16,12 %

Fonte dos Dados Brutos: SEC/DIRP/GEINF

Conforme levantamento da UNESCO, no que se refere ao percentual de matrícula no 2º grau em relação às matrículas no ensino de 1º grau, o Brasil apresentava, em 1984, o índice de 11,90%. Neste mesmo ano, em Cuba, este índice era de 87,82%, na Argentina 36,91% e no Uruguai 56,6% (Cf. Cunha, 1988: 77). Esses dados confirmam o descaso governamental ainda existente para com a ampliação das oportunidades escolares, principalmente em Santa Catarina que é considerado um Estado em situação social e econômica dos melhores no conjunto brasileiro e que tem um índice de escolarização na faixa etária de 15-19 anos de 16,12%.

Porém, o grande problema, não está restrito ao oferecimento de vagas no ensino de 2º grau.

A perda de alunos ao longo do 1º grau também é responsável pelo baixo índice de escolarização entre os jovens de 15 a 19 anos. Em 1990 registrou-se em números absolutos a matrícula inicial de 255.442 jovens entre a 5ª e a 8ª série do 1º grau e obteve-se uma taxa de evasão de 37,55% no mesmo ano.

Porém, este problema da não permanência do aluno na escola não ocorre somente no 1º grau, mas sim, e de maneira muito significativa, também no 2º grau, principalmente no ensino noturno.

Célio Cunha, em uma de suas análises, informa que é correspondente a 15% das matrículas iniciais o nº de concluintes no 2º grau no Brasil. (Cunha, 1988: 66). Os dados disponíveis em nosso Estado quanto ao fluxo de entrada e saída dos alunos nos anos de 1987 e 1989, indicam uma perda de 49,80% dos alunos, o que evidenciaria uma média muito superior a média nacional. Ver Tabela 05.

TABELA 05
SANTA CATARINA - ENSINO DE 2º GRAU
FLUXO DE ENTRADA E SAÍDA DOS ALUNOS NOS ANOS 87 A 89

ANO	1ª SÉRIE	%	2ª SÉRIE	%	3ª SÉRIE	%	CONCLU- INTES 87 a 89
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	
1987	45.775	76,30					
1988	49.343	74,02	34.927	52,50			
1989	48.723		36.528	50,62	24.033	50,20	22.981
1990	48.564		35.333		24.978		

Fonte dos Dados Brutos: SEC/DIRP/GEINT

Destaca-se também o índice mais alto de evasão e reprovação que ocorre na 1ª série do 2º grau. Em 1990, para um índice geral de evasão de 18,76%, a 1ª série

apresentou uma percentagem de 23,92%, a 2ª série de 21,09%, a terceira de 8,92%. Dados gerais sobre reprovação em 1990 também indicaram que para um índice geral de 8,11%, na 1ª série houve 11,55% de reprovação, na 2ª série 6,46% e na 3ª série 3,11%. (Dados SEC/DIRP/GEINF).

De todas essas informações que geram esse quadro alarmante, quanto ao problema de evasão e repetência, cabe salientar que na Rede Federal de Ensino, esses índices são mais baixos, tanto em escolas urbanas quanto rurais (escolas federais agrícolas ou escolas técnicas), Scheibe (1991: 31) ressalta que:

“Sabemos que, embora em pequeno número, são estas escolas que contam com melhores condições objetivas de funcionamento, o que nos leva efetivamente a relacionar a questão da qualidade do ensino com a evasão”.

Melhores condições de ensino dão maior possibilidade à permanência dos alunos na escola. A Tabela 06, mostra em números, reforçando o que foi citado acima.

TABELA 06
SANTA CATARINA - ENSINO DE 2º GRAU
REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
MATRÍCULA INICIAL, FINAL, REPROVADOS, ABANDONO E
PERCENTUAL, SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DAS
ESCOLAS - 1989

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	REPROVADOS	%	ABANDONO	%
Federal	3.195	2.855	339	11,87	307	9,61
Estadual	11.869	7.949	1.385	17,42	3770	31,76
Particular	5.102	4.253	416	9,78	811	15,90
Municipal	274	158	41	25,95	113	41,24

Fonte Dados Brutos: SEC/DIRP/GEINF

Evidenciam-se nestes dados, a pobreza e a marginalização que atinge a maioria social, cuja oportunidade de escolarização está quase sempre relacionada às escolas públicas da rede estadual, para reforçar esta colocação, citamos Scheibe que faz a seguinte colocação:

“Há que ser considerado também que, nas escolas da rede pública federal, pelo menos nas Escolas Técnicas, existe um processo de seleção que exclui, via de regra, os estudantes com maiores dificuldades. Isto remete para a questão da clientela escolar, e das dificuldades sócio-econômicas que permeiam os resultados do ensino. Acaba matriculando-se na rede estadual a clientela mais sofrida em termos sócio-econômicos”. (Scheibe, 1991: 56).

O índice de evasão verificado na rede particular de ensino (15,90%), deve ter o seu principal foco nas Escolas Cenesistas, onde a clientela é de camada social extremamente mal remunerada. Sabe-se que embora estas escolas estejam incluídas na rede particular, suas condições de ensino são problemáticas e muito diversas daquelas escolas particulares que atendem às camadas mais privilegiadas da população, conforme estudos realizados por (Scheibe et. al., 1989).

Pode-se assim perceber que há uma relação muito íntima entre o alto índice de abandono e reprovação e a precariedade das condições de ensino. Acrescente-se, porém, às causas do fracasso, as condições sócio-econômicas e culturais da clientela.

Apesar de todos esses índices de evasão e reprovação nas escolas públicas de Santa Catarina no ensino de 2º grau, é a própria rede estadual de ensino público que atende a grande parcela das matrículas do 2º grau no Estado.

Dados de 1991 mostram que na Rede Federal estavam matriculados no 2º grau 4.531 alunos, na rede estadual 85.697 alunos, na rede municipal 1.844 e na particular 30.918 alunos totalizando 122.990 alunos matriculados no 2º grau em todo Estado de Santa Catarina, deste total observa-se que 69,68% estavam matriculados na Rede Estadual. (Secretaria de Estado da Educação. DIRP/GEINF, 1994).

Isso reflete que em matéria de oportunidades de ensino o Estado oferece um número maior de unidades escolares, são ao todo 270 estabelecimentos em todo o Estado, sendo que desse total 43 estão localizados na capital do Estado.

É também na rede pública estadual que há uma maior concentração de alunos por escola:

Enquanto nesta rede verifica-se uma média de 228 alunos por escola, na rede particular, esta média é de 157 alunos. (Cf. Scheibe, 1990: 27).

Todos estes aspectos e dados citados aqui, nos mostram que os maiores índices de matrícula são de escolas públicas da rede Estadual, que também tem os maiores números de evasão e repetência.

Os dados mencionados são todos em números, são quantitativos, mas para que possamos tentar entender as causas de muitos desses dados quantitativos é necessário que observemos também o lado qualitativo do ensino em nosso Estado.

Outro aspecto importante do ensino noturno trata-se do maior número de matrículas em cursos profissionalizantes nesse período em Santa Catarina.

Dados de 1989 mostram que de um total de 10.338 matrículas na região de Florianópolis, 4.431 matrículas foram efetuadas em cursos que forneciam habilitação, 3856 em núcleo comum e 2.051 divididos em cursos de Educação Geral e sem habilitação, como mostra o Quadro 01.

QUADRO 01

**SANTA CATARINA - ENSINO DE 2º GRAU
REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS - MATRÍCULA NO 2º GRAU NOTURNO POR
HABILITAÇÃO - 1989.**

NOME DO CURSO	MATRÍCULA
Núcleo Comum	3.856
Curso de 2º Grau	677
Sem habilitação	755
Educação Geral	619
Sub-Total	2.051
Técnico em Contabilidade	1.007
Assistente de Administração	893
Magistério - 1ª a 4ª série	615
Técnico em Eletrônica	231
Eletrotécnico	190
Processamento de Dados	188
Mecânica	179
Edificações	159
Técnico em Enfermagem	132
Técnico em Telecomunicações	129
Habilitação Básica em Crédito e Finança	100
Agrimensura	98
Saneamento	82
Técnico em Serviços Bancários	77
Técnico em Turismo	60
Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado	57
Técnico em Secretariado	54
Auxiliar Técnico em Escritório	50
Redator Auxiliar	45
Escola Maternal e Jardim de Infância	40
Desenhista de Inst. Elétricos	20
Desenhista de Arquitetura	14
Estradas	11
Sub-Total	4.431
TOTAL GERAL	10.338

Fonte dos Dados Brutos: SEC/DIRP/GEINF

Observando o Quadro 01, verifica-se que o número de vagas oferecidas em cursos de Contabilidade e de Assistente em Administração pode ser atribuída, em grande parte, ao mercado de trabalho que encontra o jovem hoje, na região de Florianópolis. Além disso são cursos que em termos financeiros exigem pouco de quem os mantêm. Os cursos de magistério, mais valorizados em tempos anteriores, já não representam hoje uma possibilidade muito atraente. Os outros cursos técnicos que compõe a lista das ofertas já com número bem inferior de oferta de matrículas, são cursos que dificilmente podem ser criados e mantidos pela maioria das escolas existentes, por exigirem laboratórios, material de ensino e mesmo campo de estágio.

E atualmente pode-se constatar a oferta e a procura pelos cursos de Processamento de Dados.

A escolha feita pelo aluno de cursos noturnos profissionalizantes está diretamente relacionada ao meio e as condições em que ele vive e que lhe são oferecidas.

Geralmente o aluno que estuda a noite, trabalha durante o dia. Em muitos casos a escolha do curso profissionalizante tem haver com o seu trabalho diurno.

No capítulo seguinte tentaremos mostrar a realidade deste colégio que fez parte deste contexto citado e trabalhado neste primeiro capítulo.

CAPÍTULO II

2 - O COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA DA F.E.S.C. À SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: O QUE MUDOU

Neste primeiro item deste 2º Capítulo farei um breve histórico do Colégio Aderbal Ramos da Silva desde a sua criação até os dias de hoje revelando sua estrutura organizacional, didática e física (material), nos atentando para o fato da mudança do regime jurídico único ocorrida em 1988 com a promulgação da Carta Constitucional Brasileira, que influenciou diretamente no Colégio modificando sua estrutura em todos os níveis.

O Colégio Aderbal Ramos da Silva, criado pelo Decreto nº SE. 1.488 de 28 de maio de 1962 como "Ginásio Industrial Aderbal Ramos da Silva" é um órgão subordinado a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. E que iniciou seu funcionamento em 1963, atendendo assim os apelos da comunidade estreitense que desde 1961 aspirava pela criação de um Ginásio Público, tendo sua localização a Rua Max Schram s/nº - Estreito - Florianópolis.

O C.A.R.S.¹, tem o nome do Dr. Aderbal Ramos da Silva, Governador do Estado de Santa Catarina de 1947 a 1951, Bacharel em Direito pela Faculdade de

¹ Para não nos tornarmos repetitivos, utilizaremos a nomenclatura utilizada pelo próprio Colégio: C.A.R.S. (Colégio Aderbal Ramos da Silva).

Direito da Universidade do Rio de Janeiro, destacando-se ainda na vida pública como Deputado Estadual em 1935 e Deputado Federal no período de 1955 a 1958, homem público que fez com que sua obra fosse voltada para o bem público, destacando-se o ensino. Sendo, também, homem de negócios destaca-se como empresário e administrador de empresas. Durante o seu mandato no Governo do Estado, não mediu esforços para que sua meta prioritária, o ensino público, alcançasse pleno êxito.

Assim, em 1962 foi homenageado pelo então Governador Celso Ramos como Patrono do Ginásio Industrial "Aderbal Ramos da Silva".

Um ano antes da criação do C.A.R.S., foi aprovada a Lei Federal nº 4.024 de 10 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Base da Educação), isso no final do regime populista e pouco antes do golpe dos militares que aconteceu em 1964.

No modelo sócio-econômico vigente nos anos 60, conduzido pelo Estado autoritário e centralizador, a educação foi submetida a racionalidade técnica, deixando de ser uma questão política e passando ao domínio quase que exclusivo da tecnocracia.

A escola coube executar os planos, assim concebidos, na execução de suas funções.

Aqui, tem-se claramente, conforme Gramsci, a escola como aparelho de hegemonia, isto que se manifesta a hegemonia "pela direção intelectual e moral que se faz através da persuasão promovendo a adesão por meios ideológicos na formação de um consenso de classe." (Carvalho, 1986: 35).

Essa situação reflete e é identificada ao ler-se as finalidades do C.A.R.S., quando da sua criação na década de 60. Finalidades estas já enquadradas na Lei e Diretrizes de Base da Educação que no seu art. 1º determina os seguintes objetivos:

- 1- continuar a formação da personalidade em continuidade a educação primária;
- 2 - prosseguir e acentuar a estruturação de valores morais, cívicos e humanísticos;

3 - levar o adolescente a compreensão do papel do técnico no mundo moderno;

4 - criar atitudes positivas em relação as atividades técnico-científicas, explorar e desenvolver habilitações no sentido prático;

5 - orientar o adolescente na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores;

6 - dar uma sólida formação cristã, moral e cívica.

Em 20 de janeiro de 1964, pelo Decreto nº 2.244, passou a funcionar com as características de Ginásio Moderno "Aderbal Ramos da Silva" inclusive no período noturno e com uma filosofia caracterizada pela sondagem de aptidões e conseqüente orientação para o trabalho. Dispunha de um corpo docente, técnico e administrativo devidamente habilitado, além de ambientes específicos, possibilitando assim o desenvolvimento da filosofia proposta.

Em 20 de maio de 1965, passou a integrar a Fundação Educacional de Santa Catarina - FESC - pelo Decreto nº 2.802, do Governo do Estado, ficando, portanto, subordinado a esta, administrativa e financeiramente, ainda sob a supervisão da Secretaria de Educação e Cultura.

No início de 1967, o Ginásio deixou a sede na Rua Max Schram, passando a funcionar na Rua Coronel Pedro Demoro, nº 1860, Estreito, aonde funciona até hoje, com uma área de 14.000m² e na época uma área construída de aproximadamente 2.000m².

Didaticamente organizava-se da seguinte forma e com as respectivas atribuições:

- Conselho de Professores

Órgão consultivo e deliberativo didático;

- Departamento Pedagógico

congregar os professores e respectivas atividades pedagógicas;

- Serviço de Orientação

orientar e integrar o aluno ao ambiente escolar;

- Biblioteca

fonte de informação, recreação e apoio didático;

- Inspetoria de Disciplina

zelar pela integridade física da escola e disciplina do aluno.

Fisicamente organizava-se da seguinte forma e com as respectivas finalidades:

- Salas de Aula

destinadas ao desenvolvimento curricular na área de Educação Geral;

- Sala-Ambiente de Ciências

para o ensino das Ciências Biológicas;

- Sala-Ambiente de Educação para o Lar

para o ensino de Corte e Costura, Bordado, Pintura, Puericultura, Culinária e Higiene;

- Sala-Ambiente (Escritório Modelo)

para o ensino de Técnicas Comerciais;

- Sala-Ambiente (Artes Industriais)

para a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho nas áreas de marcenaria, tipografia, eletricidade, mecânica e cerâmica;

- Biblioteca

para consulta, pesquisa e recreação;

- Salão Nobre

para encontros, conferências, palestras e projeções.

Administrativamente organizava-se da seguinte forma e com as respectivas atribuições:

- Direção Geral

órgão executivo e coordenador;

- Secretaria

serviços de escrituração, arquivo e documentação;

- Tesouraria

serviços relativos a recursos humanos, financeiros e contábeis.

Em 1970, a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, estabelecida pelo novo Sistema Estadual de Ensino fez com que o C.A.R.S., adaptando as novas orientações de conformidade com a Lei Federal nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 oferece a partir de 1972 o ensino de 1º grau inicialmente oferecendo o Núcleo Comum (1ªs séries) e em 1974 implantou duas habilitações "Assistente de Administração" e "Técnico de Serviços Bancários", conforme Decreto nº 129, de 08 de março de 1976, com base no Parecer nº 267/74 do Conselho Estadual de Educação, Decreto este que transformou, também, a denominação de "Ginásio Moderno Aderbal Ramos da Silva" para Colégio "Aderbal Ramos da Silva". Também a partir de 1976, o Colégio passou a cobrar

anuidades, tendo em vista que o Estado se desincumbiria do compromisso de manutenção das Unidades de Ensino de 1º e 2º Graus da F.E.S.C.

Em 1979, verificando o acréscimo da clientela que afluía ao estabelecimento, sentiu o Colégio a necessidade de oferecer novas opções para a formação profissional a nível de 2º Grau. Como resultado da pesquisa realizada em 1978 junto as empresas, as famílias e aos próprios alunos do Colégio, foram implantadas em 30 de março de 1979 de acordo com o Decreto nº 7.329, com base no Parecer nº 29/79 do Conselho Estadual de Educação, de 06 de março do mesmo ano, duas habilitações na área secundária da Economia, Habilitação Básica em Química e Habilitação Básica em Eletrônica.

Em 1981, tendo em vista a insistente solicitação da comunidade estreitense, o Colégio implantou o ensino Pré-escolar, inicialmente, oferecendo matrícula para duas turmas, num total de 43 alunos.

A partir de 1982 o C.A.R.S. já contava com uma área construída de 2.951m², ou seja, foram construídos em 15 anos de sede na rua Cel. Pedro demoro 951m² para acompanhar o crescimento da demanda e proporcionar maior e melhor oportunidade e ambiente de estudo aos alunos, passando a contar com os seguintes Blocos:

Bloco Administrativo

- Gabinete da Direção Geral;
- Gabinete da Direção Administrativa;
- Gabinete da Direção de Ensino;
- Serviço Social;
- Recepção;
- Secretaria;
- Tesouraria, Pessoal e Patrimônio;
- Sala dos Professores.

Bloco Salas-Ambiente

- Laboratório de Línguas;
- Laboratório de Química;
- Laboratório de Eletrônica;
- Mini-Agência Bancária;
- Sala de Mecanografia;
- Sala de Educação Física;
- Biblioteca conjugada a Biblioteca Municipal "Prof. Barreiros Fº".

Bloco Acadêmico

- Centro Cívico;
- Salas de Aula (16 salas);
- Sala especial para o Jardim de Infância e Pré-escolar;
- Sanitários;

Bloco de Esporte e Lazer

- Quadras polivalentes iluminadas e área reservada para pista de Atletismo;
- Área delimitada para o Jardim de Infância;
- Pátio interno alajotado;
- Bancos concretados no pátio interno;
- Instalação de som interno e externo.

A Escola funciona dentro dos Padrões e Normas estabelecidos em Leis, na Orientação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, vide Hierarquia das Leis - Anexo de nº 01.

A estrutura organizacional do C.A.R.S. (que pode ser encontrada neste trabalho como anexo nº 02), está assim constituída:

- I - Órgão de Consultoria: Conselho Comunitário;
- II - Órgão Deliberativo: Conselho Diretor;
- III - Órgão de Apoio e Assessoramento: Ass. de Pais e Professores e Centro Cívico Escolar.

- Direção Geral;
- Direção Administrativa;
- Direção de Ensino.

Ao verificarmos esta estrutura organizacional, podemos perceber logo de início que grande parte do que está ali discriminado inexistente ou não funciona na Escola. Para tentar esclarecer esta dúvida fui entrevistar o Diretor Geral Prof. Manoel Medeiros e a Diretora Administrativa Prof^a Ivone Cadernutto para saber e tentar entender a não compatibilidade existente entre a estrutura citada no papel e a que realmente funciona.

Em relação ao Conselho Comunitário que deveria “estudar e sugerir medidas que viabilizem o funcionamento harmônico de todos os setores da Unidade, em consonância com os anseios da Comunidade” (Costa, Silveira, 1982: 22), o Diretor Geral Manoel Medeiros afirmou que: “antes mesmo de que eu tomasse posse esse Conselho Comunitário já não existia mais, foi extinto em 1988”.

O mesmo acontece com o Centro Cívico Escolar que desde 1990 já não congrega os alunos, não apóia a Direção e não realiza atividades, percebendo-se assim, que os alunos estão sem representatividade e organização a 4 anos, ficando todas as decisões do Colégio sem a sugestão e participação dos alunos, fazendo com que o Conselho Diretor que é constituído pelo Diretor Geral do Colégio, Diretor Administrativo e Diretor de Ensino delibere e execute todos os atos pedagógicos e técnico-

administrativos relativos a qualidade de ensino sem o apoio e assessoramento desses dois órgãos contanto única e exclusivamente com a Ass. de Pais e Professores - A.P.P. - que segundo o Diretor Geral:

“é a A.P.P. que toca essa Escola, se não fosse a A.P.P. seria tudo muito mais difícil, pois as verbas da Secretaria muitas vezes passam até 2 meses sem serem repassadas ao Colégio. Temos o Ginásio de Esportes da Escola que existe desde 1992 e levou 6 anos para ser construído e foi construído 80% com recursos da A.P.P. e 20% com recursos Municipal, Estadual e Federal”.

Na Estrutura Organizacional do C.A.R.S., aparecem também vinculado a Direção Administrativa: transporte e vinculados a Direção de Ensino o Gabinete Odontológico e o Serviço Social.

Quanto ao transporte a Diretora Administrativa Ivone Cademutto ressaltou que *“na época da FESC,² até 1988 a FESC dispunha de veículos que emprestava ao Colégio. Depois que passou para a Secretaria nunca tivemos um carro a disposição da Escola. Nós usamos quando necessário carro próprio, geralmente o meu “fusquinha”.*”

Já o Gabinete Odontológico ainda funciona, porém precariamente como explicou a Prof^a Primária Isabel: *“a dentista vai até as salas de aula, examina as crianças e manda um comunicado para os pais, que geralmente procuram o colégio querendo*

² Fundação Educacional de Santa Catarina - sob quem o C.A.R.S. ficou subordinado administrativa e financeiramente até 1988, quando o Art. 39 da Constituição Federal instituiu o regime jurídico único para servidores da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal.

saber como entrar em contato com a dentista para fazer o tratamento nas crianças. Só que aqui na Escola a dentista não pode fazer muita coisa pois o Gabinete Odontológico não tem condições nenhuma de atender as crianças, não tem material e até a estufa está estragada, quando o Colégio era subordinado a FESC não tínhamos esse problema, agora não temos é verba”.

A Diretora Prf^a Ivone Cadernutto ainda ressalta que: *“no período em que era subordinado a FESC, o Gabinete Odontológico funcionava melhor, as verbas vinham certas. Hoje é através da Associação de Pais e Professores que podemos manter a dentista, pois a Secretaria de Estado não reconhece o Gabinete Odontológico na Escola”.*

Como podemos perceber enquanto o Colégio foi subordinado a Fundação Educacional de Santa Catarina, ele oferecia aos alunos e a comunidade condições favoráveis a um bom ensino e assistência, tinha condições materiais e físicas para suprir as necessidades didáticas. Porém a partir da extinção da FESC e conseqüentemente o retorno do C.A.R.S. à subordinação da Secretaria de Estado da Educação houve uma queda considerável na qualidade e nas condições que o C.A.R.S. proporcionava à sua clientela.

Essa queda na qualidade do C.A.R.S. dá-se ao fato de como órgão estadual e unidade educacional não pode recusar matrícula, pelo contrário é obrigada a aceitar números excessivos de matrícula, conforme expressam os incisos I e IV do Art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, transcritos a seguir:

“Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.”

Podemos verificar, observando o mesmo Art. da Constituição em seu inciso VII o que na prática torna-se impossível garantir.

Pois com uma Política Educacional que institui ensino público e gratuito porém que não oferece condições, nem recursos às escolas para que possam satisfazer as mínimas necessidades de manutenção e oferecer recursos a uma boa capacitação e aprendizado por parte dos seus usuários não pode garantir padrão de qualidade.

As escolas são obrigadas a atender e aceitar números excessivos de matrículas, muitas vezes até tendo que desativar laboratórios, salas-ambiente de ensino específico entre outros para que possam abrigar os alunos que tem igualdades de condições para o acesso a escola muitas vezes até tendo que “amontoar” esses alunos em salas de aulas

que deveriam comportar 30 alunos para que os mesmos tivessem um bom rendimento na realidade comportam 42, 46 e até 48 alunos.

Esse é o caso do C.A.R.S., que a partir de 1989 *“foi obrigado a desativar o Salão Nobre e o laboratório de línguas para construir novas salas de aula o que é um crime”* comenta a Diretora Administrativa do C.A.R.S. Ivone Cadernutto e ainda ressalta que *“de 16 salas de aula em 1988 o Colégio passa hoje a contar com 36 salas de aula; fazendo com que sua estrutura física se transformasse radicalmente, e que o Colégio crescesse desordenadamente, de 1.912 passamos a comportar 3.218 alunos nos 3 turnos que a escola oferece com matrícula do Pré-Escolar a 1º e 2º graus este último com as habilitações em: Técnico de Serviços Bancários; Assistente de Administração; Técnico em Processamento de Dados e 2º Grau não ensejando habilitação específica”*

Apesar de todas as dificuldades conseqüentes da mudança da FESC para a Secretaria de Estado o Colégio procura criar espaços e recursos para proporcionar melhores condições de aprendizado a seus alunos. O Colégio conta hoje com uma sala de vídeo que conforme a Diretora Administrativa será transformada em “oficina pedagógica”, possui sala de computadores para as aulas práticas do curso de Processamento de Dados e o Ginásio da escola, palco de eventos realizados para promover a integração entre alunos, pais e professores.

Já com relação ao Serviço Social não obtive muitas informações, o pouco que pude constatar é que havia Assistente Social no Colégio até 1992, quando Adervani a Assistente Social pediu demissão; ela era contratada como Assistente Social até 1988 quando o Art. 39 da Constituição Federal instaurou regime único para servidores da Administração Pública, dissolvendo a FESC, fazendo assim com que Assistente Social fosse registrada na Secretaria de Educação como professora, porém continuando a trabalhar no Colégio como Assistente Social. Infelizmente não existem arquivos e

nenhuma documentação referente ao Serviço Social escolar no C.A.R.S. além de alguns T.C.C.³ feitos por estagiárias que passaram pelo C.A.R.S. de 1978 à 1982 quando havia campo de estágio no C.A.R.S. para o Serviço Social. Todo o material que possivelmente havia foi extraviado e/ou danificado nas várias mudanças internas ocorridas no C.A.R.S., conforme relato de uma funcionária do Colégio.

O Colégio ficou 10 anos sem estagiárias de Serviço Social e foi em 1992, quando da necessidade de alunas que não podiam freqüentar estágio durante o período diurno que o Departamento de Serviço Social na pessoa de sua Chefe, Prof^a Krystyna Matys Costa se propôs a contactar com o C.A.R.S. para reativar o campo de Estágio no Colégio. E foi assim que em agosto de 1992 iniciamos a busca da conquista de um espaço para mostrarmos e desenvolvermos um trabalho que viesse de encontro aos interesses como estagiárias de Serviço Social em relação a nossa formação profissional. Toda essa caminhada, além da nossa atuação como estagiária de Serviço Social no C.A.R.S. será sistematizada no Capítulo III.

2.1 - O Período Noturno e o Aluno um Perfil Sócio-Político-Pedagógico

No ano de 1993, conforme dados da Secretaria do próprio Colégio, estavam matriculados 1.919 alunos da 5ª série do 1º grau a 3ª série do 2º grau, sendo que no período noturno haviam 42 alunos matriculados na única turma do 1º grau neste período a 8ª série "G" e 705 alunos matriculados no 2º grau divididos em 19 turmas sendo 06 de 1ª série, 08 de 2ª série e 05 de 3ª série do 2º grau não ensejando habilitação profissional, Técnico de Administração, Técnico em Serviços Bancários e Técnico em Processamento de Dados.

³ Trabalho de conclusão de curso que é apresentado ao Departamento de Serviço Social da UFSC para obtenção do título de Assistente Social pela estagiária, acadêmica de Serviço Social.

Diante do exposto, verifica-se que a escola abre espaço para a formação profissional de seu aluno e que a procura torna-se maior, sendo que dos 396 alunos matriculados nas 2ª e 3ª séries do 2º grau 243 optaram pelos cursos profissionalizantes que para muitos significa a maneira mais fácil de se engajar no mercado de trabalho. Muitos alunos preferem sair da escola com pelo menos uma formação em habilitação profissional específica, pois muitos acreditam ser “um caminho para conseguir um emprego” (Andréa - 3ª Adm.) ou “mudar para um emprego melhor, tentando até um estágio aonde futuramente eu possa ser efetivado” (Emerson 2º P.D.) - pois os alunos podem contar com o convênio que o Colégio mantém com C.I.E.E. - Centro Integrado Empresa-Escola.⁴

Os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio funcionam exclusivamente no período noturno. E é exatamente neste período que vamos nos ater, pois foi o nosso campo de estágio, para traçar um perfil desse ensino e dos alunos que o freqüentam. Para elaboração desses dados foram realizados por nós pesquisas junto a Secretaria do Colégio e foram feitas entrevistas com funcionários, professores e alunos.

O período noturno do C.A.R.S. conta hoje com 42 professores sendo 20 ACT's e 22 efetivos, distribuídos nas disciplinas curriculares dos cursos de Educação Geral e os profissionalizantes, sendo que os professores encontram-se frente a problemas que deterioram as condições de emprego e que também provocaram a perda da autoridade.⁵

Ao entrevistar alguns professores pude perceber que alguns encontram dificuldades quanto a sua carga horária e a má remuneração, porém explicam que *“não se deve transmitir pessimismo aos alunos, o negativismo atrai coisas negativas. O*

⁴ C.I.E.E - Centro Integrado Empresa-Escola - organismo social de ação auxiliar. Instituição de Direito Privado, sem intuito lucrativo, de utilidade pública e de fins filantrópicos, com atuação em âmbito nacional que por convênio com a escola tem incumbência de conseguir estágio para alunos matriculados e frequentando regularmente a escola.

⁵ Para melhor esclarecer este assunto, sugiro ler (Scheibe, Leça et. al, O Ensino de 2º grau no Brasil. Caracterização e Perspectiva - Estado de Santa Catarina. Florianópolis : INEP/SEE/UFSC/UDESC, 1989, 197 p.

ideal é buscar alternativas para desviar a atenção desse aluno que já chega cansado ao Colégio e tem que enfrentar 4 horas de aula. No meu caso por exemplo eu procuro me movimentar muito em sala de aula e descontrair os alunos, dou total liberdade e exijo disciplina e eles correspondem, os alunos da noite são 100%”. (Prof. Jossel - E.M.C.). O mesmo acontece com a Professora Lisa de Português que diz “ser necessário buscar alternativas para despertar o interesse do aluno para uma atividade ao mesmo tempo séria, educativa e agradável”.

O Colégio conta também com 19 funcionários para atender o período noturno assim distribuídos: 02 na secretaria, 03 orientadoras educacionais, 01 supervisora, 02 porteiros, 03 coordenadores, 06 funcionários para serviços gerais (zeladoria e limpeza) e 02 na recepção. Para ilustrar citarei a seguir um trecho da entrevista realizada com Sr. Ivo porteiro do C.A.R.S.:

“Bem, eu só trabalho a noite porque preciso, se eu pudesse a esta hora estaria em casa. Mas apesar disso eu gosto de trabalhar a noite aqui no C.A.R.S. (...) acho que não é porque eu ganho mal que eu vou tratar mal as outras pessoas, mesmo porque a disciplina aqui é boa a grande maioria dos alunos são bem educados e me tratam bem, o único problema é que querem sair a toda hora”.

Quando eu perguntei a ele sobre o cadeado no portão ele me respondeu que “é para zelar pela segurança do próprio aluno, existem pessoas estranhas ao colégio que entram mesmo com o portão fechado e agredem os alunos, imagina se esse portão ficasse aberto.”

Ao indagar sobre a disciplina dos alunos ao outro porteiro Sr. Iedo este me respondeu que *“os alunos até que são muito bons pelo que o Colégio oferece. (...) a culpa não é da direção é do Governo, pois sabemos que as verbas não chegam como deveriam”*.

Quanto a caracterização do aluno, consideramos neste estudo as seguintes variáveis: idade, sexo, residência e origem social, que foram coletadas através de questionários (vide apêndice 01) distribuídos a 423 alunos do total de 747 do período noturno.

Para apanhar a origem social do aluno, usamos como indicador básico a ocupação,⁶ que para Srour, 1982 indica *“de onde o indivíduo retira basicamente seus meios de subsistência, é que define a pertença de classe. A ocupação nos leva a determinar como se distribuem os indivíduos numa estrutura social, isto é, a que classe ou a que extrato de classe eles pertencem”* do pai informado pelos alunos uma vez que não são todos os estudantes que trabalham.

As informações referentes às ocupações foram agrupadas para efeito de análise em classes sociais conforme mostra o Quadro 02.

⁶ Pereira (1969: 139), *“o recurso técnico mais frequentemente empregado na determinação das origens sócio-econômicas de um conj. de indivíduos, consiste na identificação das posições de chefes..., tomando-se a ocupação profissional destes como indicadores dessas posições”*.

QUADRO 02
CLASSIFICAÇÃO DAS OCUPAÇÕES 2º IBGE

CLASSE SOCIAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL*
Proprietários ou burguesia	- proprietários e administradores de grandes empresas, proprietários e administradores de médias empresas.
Pequenos proprietários	- Profissionais liberais e outros profissionais que trabalham por conta própria; - Pequenos proprietários de pequenas empresas; - Agricultores.
Não proprietários ou trabalhadores divididos em Trabalhadores qualificados	- Administradores de pequenas empresas; - Professores de nível superior que não trabalham por conta própria; - Professores técnicos de nível médio; - Professores do 2º grau; - Técnico do setor primário; - Técnicos auxiliares.
Trabalhadores semi-qualificados	- Professores de 1º grau; - Ocupações de escritório; - Militares não oficiais e atletas profissionais; - Ocupações da indústria mecânica e metalúrgica; - Outras ocupações do setor industrial.
Trabalhadores não- qualificados	- Ocupações do transporte e comunicações; - trabalhadores na indústria de construção; - trabalhadores na indústria de madeira e móveis; - outras ocupações qualificadas e semi-qualificadas não industriais; - trabalhadores na indústria de alimentação; - trabalhadores do setor primário; - trabalhadores diversos não qualificados de setor de indústria, artesanato, comércio ou serviços.

(*) As ocupações foram categorizadas segundo o rol de ocupações utilizado pelo IBGE.

Porém, para que conheçamos realmente o aluno desse período e possamos tentar entender melhor seu cotidiano fizemos um levantamento sobre os que possuem ocupação.

Em conformidade com o Quadro 02, a análise sócio-econômica evidenciou que a maioria dos alunos pertencem à classe dos trabalhadores nas categorias semi-qualificados (40%); não-qualificados (25%); qualificados (20%); e pequenos proprietários (2%); sendo que 13% dos alunos declararam ocupação dos pais.

E o número de alunos que trabalha é de 167, ou seja, 45% dos alunos entrevistados exercem algum tipo de trabalho, além de freqüentar a escola. É necessário enfatizar, ainda, que entre esses alunos que trabalham 45 enquadram-se na categoria de estagiários, o que significa uma forma de trabalho não definida, mas que também ajuda na manutenção do aluno trabalhador.

Referente ao sexo, 240 são de sexo feminino e 180 são do sexo masculino. Distribuídos por cursos, verifica-se que as mulheres preferem os cursos profissionalizantes e os homens o curso de Educação Geral.

Com relação a idade, a maior parte dos estudantes desse período situa-se na faixa de idade entre 15 e 18 anos e residem em sua maioria, 132 alunos, no Bairro de Barreiros (São José) e 11 no Estreito (Florianópolis), sendo que os outros alunos residem nas adjacências do Estreito (Capoeiras, Bairro de Fátima e Jardim Atlântico), São José (Bela Vista I, II e III, Bairro Ipiranga, Flor de Nápoles, Kobrassol, Campinas, Forquilha), Biguaçu e Serraria. Sendo muito reduzido o número dos que residem no Centro (02), Trindade (01) e Praia do Campeche (02).

Utilizando o mesmo instrumento metodológico (o questionário), fizemos indagações sobre quantos alunos participam de atividades fora do Colégio, conforme Gráfico 01, a grande maioria dos alunos pesquisados não participa de nenhum tipo de atividade fora do Colégio. Temos aí explícito que grande contingente de agentes de transformação, de sujeitos do real, está estagnada por falta de motivação e interesse.

Foi perguntado também se havia interesse por parte dos alunos em participar e quais seriam as sugestões dos alunos para possíveis eventos, formação de grupos, etc.

Conforme Gráfico 02, pudemos perceber que somente 02 dos alunos que responderam o questionário não tinham interesse e não sugeriram nenhum tipo de atividade.

Após a decodificação dos dados citados, temos o perfil do aluno do período noturno do C.A.R.S. como sendo um jovem com média de idade de 17 anos, proveniente da classe trabalhadora (média), residente na periferia da cidade, que pouco desenvolve e não participa de atividades culturais fora da escola, porém, que se mostra interessado e até sugere tipos de atividades e formação de grupos de debates. Mostra-se então o jovem, sujeito apático em sua realidade, porém demonstrando que está a espera de oportunidades, de alguém que o incentive e sirva de mediador e assessor para questões de organização e participação.

GRÁFICO 01

Número de Alunos que participam em atividades fora do Colégio

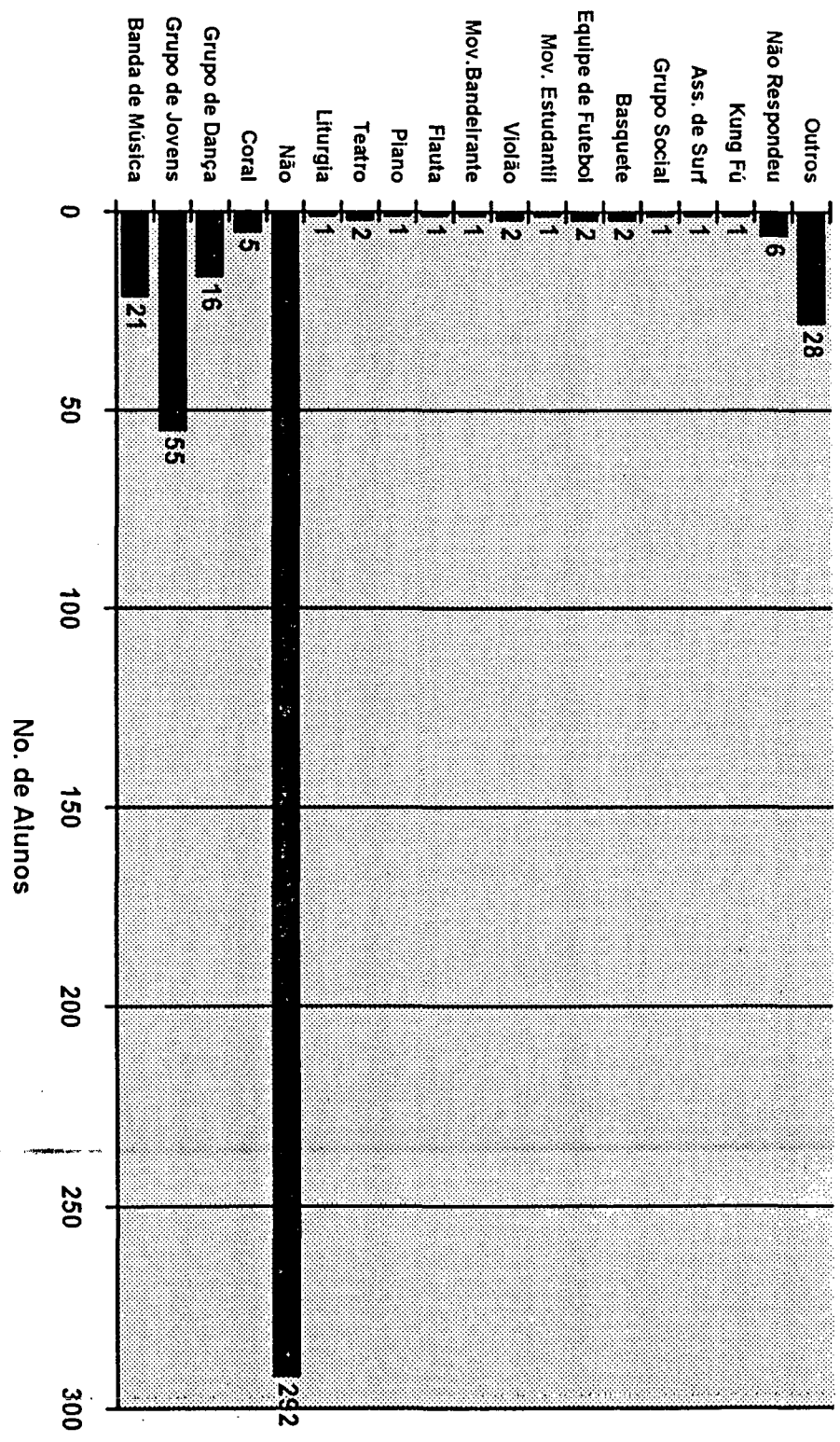
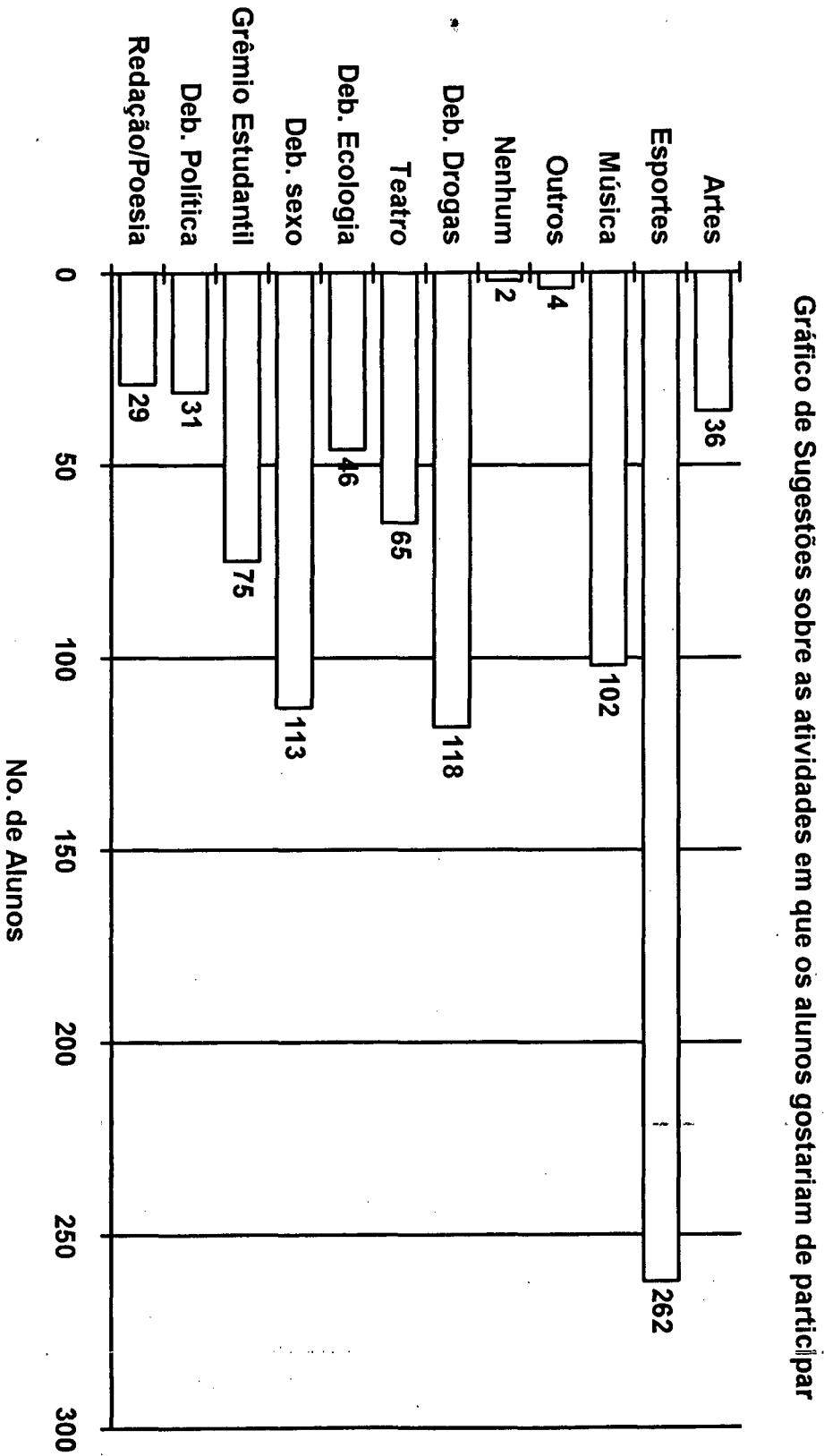


GRÁFICO 02



CAPÍTULO III

3 - SERVIÇO SOCIAL ESCOLAR NO C.A.R.S.: SUAS POSSIBILIDADES E SEUS LIMITES

3.1 - A Chegada das Estagiárias na Instituição

O Departamento de Serviço Social da UFSC com a intenção de ampliar os campos de estágio e proporcionar um campo noturno à alunas que trabalham, junto ao interesse das alunas dentro do contexto educacional, verificou a importância da experiência do Serviço Social em uma Entidade Educacional. A partir destas idéias, entramos em contato com o Colégio e foi marcada uma reunião com a direção expondo as intenções do estágio. A princípio a equipe de estagiárias contava com 04 alunos, que no decorrer do semestre se reduziu a 02.

Nesse primeiro momento em que participamos de reuniões com a Direção Geral, Direção de Ensino e Supervisão Noturna do Colégio Aderbal Ramos da Silva, tínhamos como objetivo promover a aproximação, colocarmos a nossa proposta - proposta essa que buscava trabalhar não a nível sócio-econômico junto aos alunos e sim trabalhar em processo político-pedagógico junto a orientação educacional no período noturno do C.A.R.S., conquistar o nosso próprio espaço de trabalho e contar ainda com o apoio da

Direção e Equipe de Ensino para podermos assim compartilhar e chegarmos a um desenvolvimento dessa proposta político-pedagógica.

Na reunião realizada em 08 de setembro de 1992 com a equipe e a direção de ensino do C.A.R.S., foi debatida a situação dos alunos e professores, a desmotivação existente em ambos os lados, a evasão dos alunos na Escola e a inexistência de atividades que possibilitem ao aluno um espaço para desenvolvimento de relacionamento, cidadania, organização e participação.

Porém o que nos chamou a atenção foi a evasão na Escola foi identificada como a problemática que seria trabalhada pelo Serviço Social. Baseada nessa premissa começamos a nos organizar e trabalhar para montar uma proposta de Ação que pudesse nos fornecer subsídios, e uma aproximação da realidade. Proposta essa aprovada pela Direção Geral do Colégio em reunião, nos oficializando como estagiária do S.S. no C.A.R.S..

Vale ressaltar que o Colégio não contaria mais com Assistente Social e ficando assim a Supervisão de nossas atividades a cargo da Prof^a Chefe do Departamento de Serviço Social Krystyna que se propôs a nos orientar durante esse período de estágio no C.A.R.S..

Utilizando então o estudo exploratório, que permite o uso da documentação e informações, de entrevistas e reuniões que nos leva ao desenvolvimento de uma série de hipóteses relativas ao problema da evasão, foi mais fácil chegar ao processo de dedução de questões pertinentes na investigação dessa evasão.

Nesse processo de investigação pudemos nos aproximar dos alunos, funcionários e professores do C.A.R.S..

A priori o instrumento utilizado para tentarmos uma aproximação mais significativa com os alunos foi o de Palestras sobre "Sexualidade Humana" ministrada

pela Sra. Jussara T^a Cabral na turma de 1º ano do 2º grau e sobre “Cultura Catarinense” com a Prof^a Lélia na 3ª série do 2º grau, turma Administração.

Essas palestras surtiram um efeito muito bom no que diz respeito ao interesse e participação dos alunos durante as mesmas.

Paralela a estas atividades fui entrando em contato com alunos, professores, funcionários e direção do Colégio, para perceber dos mesmos as visões dos aspectos pertinentes ao seu cotidiano escolar.

Essa relação direta com os entrevistados nos proporcionou uma visão mais ampla da situação em que se encontra a educação e a crise pertinente na Escola.

“As desigualdades constituintes do ensino capitalista mostram-se diretamente na relação professor-aluno, em função de suas posições frente à “cultura escolar” e aparecem também através de suas várias mediações: recursos da escola, qualificação do professor, quantidade de alunos para cada professor, existência ou inexistência de orientador, coordenador pedagógico, Assistente Social e etc.” (Zanotta, 1983: 35).

A explanação citada acima vem ao encontro do que foi percebido por nós nos contatos mantidos com alunos, professores e Direção. A cultura escolar, a responsabilidade, o comprometimento de alunos e professores é restrito. Era necessário um comprometimento a longo prazo de uma proposta político-pedagógica, no que envolve, o aluno, como sujeito dentro da escola que é o espaço para o conhecimento e desenvolvimento do indivíduo na sociedade. Partindo dessa necessidade começamos a elaboração de uma ficha de identificação (vide apêndice 01), que foi orientada pela

nossa supervisora e as orientadoras educacionais do C.A.R.S., que após devidamente revisada e aprovada pela Direção do Colégio foram distribuídos por nós em 14 das 19 turmas do período noturno do Colégio. Momento este em que aproveitamos para divulgar aos alunos as nossas propostas frente as demandas do Colégio. No desempenho da tarefa dividimos o trabalho com outra estagiária de Serviço Social. A nossa intenção era colher dados referente ao cotidiano do aluno e a questões de interesse, participação e expectativa desses alunos do período noturno do Colégio.

Paralela a essa atividade, foi organizada uma palestra sobre o Plebiscito de 21 de abril de 1993, acompanhada de uma simulação de votação. Essa atividade foi organizada e elaborada pelo Serviço Social em conjunto com a Direção do C.A.R.S. e foi realizada em 15 de abril de 1993 às 19:30 horas no Ginásio do Colégio direcionada a professores, funcionários e alunos do Colégio. Ao Serviço Social coube contactar e trazer os palestrantes e organizar e assessorar os alunos na hora da votação simulada.

A partir da reação positiva dos alunos frente as oportunidades proporcionadas pelo Serviço Social e dos resultados da tabulação das fichas de identificação distribuídas aos alunos (Apêndice 02 e 03; e Gráficos 01 e 02) foi dado direcionamento ao trabalho a ser desenvolvido, o que irá determinar a prática do Assistente Social na Instituição.

3.2 - A Construção da Prática de Estágio

Este item tem como objetivo, revelar as referências técnico instrumentais de Serviço Social para atuar na prática de estágio no C.A.R.S.. Esta experiência teve início em agosto de 1992 a junho de 1994, junto aos alunos do período noturno.

No primeiro contato, como já fora mencionado no item anterior tivemos uma aceitação e receptividade acolhedora, o que nos proporcionou inicialmente um

entrosamento imediato tanto com a direção e equipe de ensino como com os funcionários e alunos.

Nossa intenção primeira que tinha como objetivo compreender a realidade institucional em sua dinâmica, bem como as relações existentes entre alunos, professores e a instituição, no primeiro semestre de estágio compreendido entre setembro e dezembro de 1992 como foi descrito no item anterior deste capítulo.

A Assistente Social que supervisiona a prática de estágio nos proporcionou um clima favorável para conhecermos e atuarmos no espaço do Serviço Social conforme entendessemos o momento adequado.

Como ficou claro, trabalhamos com adolescentes que em sua maioria estão iniciando a preparação para o trabalho ou já estão inseridos no mercado de trabalho, que nos faz pensar sobre a função social da escola. Para podermos discorrer sobre o assunto e relacioná-lo com a nossa prática nos baseamos na autora Roseli Salette Caldart que acredita que "A função social da escola diz respeito à relação entre escola, produção e sociedade, estando definitivamente inserida na polarização - conservação - transformação social."

Sobre a relação entre escola e produção⁷, sabe-se que o nexos entre escola e produção sempre existiu, fez parte do jogo dialético das relações entre as várias esferas da vida social.

O que define o homem mais essencialmente é o seu Trabalho Produtivo⁸. Sendo assim, se a educação e por decorrência a escola enquanto instituição educativa historicamente determinada está a serviço do homem e de sua socialização, então o seu

⁷ Um esclarecimento prévio: a referência à produção e não ao trabalho (como se costuma fazer) quer evidenciar a necessidade de uma abordagem mais ampla da preparação que a escola deve fazer em relação aos sujeitos do trabalho, não se faz falar em restritas especializações profissionais. É preciso conceber a produção mais do que na sua dimensão econômica e muito mais do que na sua simplificação capitalista (Caldart, 1988, p. 15).

⁸ entendido aqui genericamente como intervenção humana na natureza que cria a sociedade e faz história.

grande objetivo é a formação do Homem Produtivo*.-

Hoje, na sociedade capitalista, o trabalho assume uma natureza profundamente contraditória, ao mesmo tempo que o trabalho continua sendo a fonte possível de toda riqueza material e espiritual do homem, ele é também a fonte da miséria absoluta, da exploração e da alienação deste mesmo homem.

Sem dúvida não é fácil superar as circunstâncias alienantes e desumanizadoras em que vivemos. Porém sabemos que a escola pode ser o espaço para sistematização e articulação do processo de desalienação e de humanização, baseados na função da escola de formar o cidadão e nos espaços de convivência e relacionamento que ela proporciona.

Ao mesmo tempo que o vínculo educação e produção é base necessária sobre a qual se pode construir a cidadania, esta última, por sua vez é a condição do desenvolvimento do sujeito produtor.

É como cidadão, ou seja, como sujeito político com deveres e direitos de intervenção nos destinos da comunidade que o indivíduo eleva à consciência sua condição de sujeito produtor e assume-a voluntariamente.

Se o objetivo da escola é formar o trabalhador, por decorrência também será o de formar o cidadão.

O que significa realmente falar em cidadania entre nós? O que é ser cidadão? Habitante da cidade? É impressionante como nos habituamos a usar certas palavras sem pensar muito no seu sentido histórico e sem perceber o progressivo esvaziamento do seu conteúdo. Se compararmos o uso da palavra "cidadão" entre os gregos e entre nós, hoje, constataremos que ela se tornou uma palavra vazia. Mas este vazio, na verdade, é a própria expressão do conceito de cidadão exigido pela nossa ordem social. O cidadão que é ao mesmo tempo vítima e cúmplice de sua alienação em todos os níveis.

* Grifo Nosso

A escola reflete e uma alienação, como foi constatado na pesquisa realizada por nós no C.A.R.S., nas respostas dadas pelos alunos a pergunta nº VI (ver gráfico nº 1) do nosso questionário que também vem anexo a este.

A cidadania da indiferença realizada por nós quando do nosso descaso aos assuntos da escola, da comunidade, de nossa economia e se pensarmos na própria trajetória da participação política que não reunia consciência profunda do que se queria e pelo que se estava lutando mesmo em 1988 em plenos comícios pelas “diretas já”, aonde muitas pessoas iam aos comícios como se fosse para uma festa ou show. Porém podemos perceber todo o movimento de reação contra este tipo de cidadania nos movimentos pelo “impeachment” do Presidente Fernando Collor de Mello em 1992, mas mesmo assim a grande maioria da população brasileira segue ainda presa ao tipo de cidadania da indiferença, não participativa e sem criticidade.

Como a escola entra nisso tudo? Qual a sua função social diante da questão da cidadania? A escola deve exatamente se contrapor ao tipo de cidadania da indiferença, da passividade e da falta de crítica e apoiar, por integração, todo o movimento social que vise a formação de outro tipo de cidadão, o cidadão que se responsabiliza pela história. E aí é que se indentifica a atuação do Serviço Social Escolar que irá possibilitar a participação, a associação e a organização de grupos capazes de viabilizar ações conseqüentes.

A finalidade da escola é formar indivíduos-com-vontade-política, isto é, que tenham consciência dos próprios objetivos, que tenham noção exata do próprio poder e que consigam se mobilizar e organizar diante dos seus objetivos.

De qualquer forma, podemos dizer que a escola participa da formação do cidadão conscientemente organizado quando: 1) fornece uma base sólida de conhecimentos gerais que permite ao aluno conhecer sua realidade próxima, bem como os seus nexos com a realidade mais ampla. Isto significa unir instrução com formação

intelectual. Informar também é educar numa era onde quem detém a informação detém o poder; 2) e principalmente quando oportuniza a vivência de relações sociais que antecipam uma ordem social mais coletiva, participativa, igualitária. É preciso que a escola pelo menos não esteja atrasada em relação a outras instituições sociais, no que se refere à quebra do autoritarismo, do burocratismo, do centralismo e outros "ismos", que cristalizam as relações entre direção, professores, alunos e comunidade.

É preciso pensar na riqueza das experiências de participação e de auto-organização que podem ser desenvolvidas na escola.

Diante do trabalho alienado e mecânico chamamos a escola para formar um trabalhador consciente e com domínio da ciência do seu trabalho; diante de uma cidadania passiva e indiferente é preciso que a escola se comprometa a formar o cidadão crítico e organizado. E diante da tristeza, do desânimo e do desinteresse que a maioria dos nossos alunos tem, qual a função da escola?

Já vimos que a função de preparar o aluno para atuar na sociedade - o que nós já citamos vinculando escola e produção e escola e cidadania - não parece realmente trazer a alegria e o interesse pela escola em muitos de nossos alunos, essa função de estar com o aluno no seu presente, despertando nele o interesse pela escola e fazendo florescer a alegria de conviver e se relacionar de forma sadia e proveitosa foi o ponto principal e de partida para a construção da nossa prática de estágio. O processo educacional, dentro da perspectiva a que se propõe o Serviço Social Escolar, se realiza através de diversas práticas. Através de práticas formais e práticas informais que se articulam, pois a educação não se processa apenas no âmbito da sala de aula.

“A análise da prática do Serviço Social, leva em conta, inicialmente, o duplo caráter da educação, que não se limita no espaço institucional da denominação da educação formal, devendo incluir necessariamente a prática da educação não-formal. Assim, quando se propõe o debate da atuação profissional nesta área está se considerando a prática do Serviço Social nas variadas formas e tendência em que o processo educativo, não apenas no âmbito da educação formal, mas sem excluí-la.” (V. Amas. Cortez, 1987).

A introdução de equipes interdisciplinares significa dessa maneira, não mais um instrumento para fortalecer o atual sistema escolar, tal como se apresenta hoje. Ao contrário, a inserção de profissionais implica numa profunda revisão de uma das funções sociais mais importantes que a escola vem exercendo, principalmente as da rede pública, onde desenvolvemos nossa prática.

As ações do Serviço Social se caracterizam a serviço de uma prática político-pedagógica junto aos agentes envolvidos no processo educacional e basicamente nas relações sociais existentes. Sua ação visa complementar a realização do processo de aprendizagem, através da ampliação da assistência e do assessoramento a nível de organização, mobilização e participação do estudante contribuindo para a elevação da qualidade do ensino público.

Busca-se dessa maneira a formação do homem crítico, transformador, solidário, organizado e participativo, ou seja, a formação do homem consciente de seu papel de construtor da história, construtor de uma sociedade mais justa, democrática. O papel da escola é essencialmente político, na medida em que contribui com todo o processo de

transformação social. A escola só pode ser entendida na relação que institui com a sociedade.

Da crítica a escola como aparelho ideológico do Estado e reprodutor da dominação, passou-se de acordo com Emediato (1986, p. 11), “... à *visão mais dialeticizada de uma escola onde se aprende e desaprende, que submete mas pode ajudar a libertar, da escola como um espaço público que pode e deve ser reclamado como um espaço democrático de serviço coletivo*”.

Quando iniciamos nosso estágio no C.A.R.S. - agosto de 1992 - nossa preocupação se assentava sob dois pontos centrais: a possibilidade de um trabalho voltado para a construção de um novo conhecimento na abrangência do Serviço Social e, um segundo, em nossa contribuição na elaboração deste novo conhecimento, passando pela garantia de proporcionar ao aluno um espaço de participação, organização e relacionamento.

Nosso trabalho acontecia diariamente na escola no período noturno. Constitui num primeiro momento, no conhecimento da instituição e de sua clientela.⁹

Aos poucos nos foi possível compreender a dinâmica da instituição escolar. A reprodução das relações sociais acontecem de forma contraditória e heterogênea, de acordo com as correlações e articulações de forças num determinado momento histórico.

Entendemos que as ações desencadeadas em nossa prática cotidiana devem propiciar uma intervenção que estejam de acordo com as necessidades que a população atendida apresenta.

São inúmeras as dificuldades no ensino público, falta de verbas para equipamentos, reformas, ampliação; falta de comprometimento de muitos profissionais da área; falta de programas que possibilitem ao aluno participar e se fortalecer como

⁹ Como já foi descrito no item anterior a este:3.1 - “A Chegada das Estagiárias a Instituição.”

parte significativa da escola; superlotação nas escolas; evasão de grande parte dos alunos durante as aulas e durante o ano; etc...

São estas questões que presenciamos em nossa prática diária, como nos referimos anteriormente, percebendo claramente o efeito da política educacional adotada nas últimas décadas.

Ao Serviço Social cabe a contribuição no conhecimento da realidade social na qual a escola se insere.

O Serviço Social Escolar tem por objetivo geral, segundo Souza (1984: s/n) *“contribuir para que o processo educacional corresponda aos direitos, necessidades, e melhores condições de vida e de trabalho da população abrangida pela ação da escola e assim, cumprir plenamente suas finalidades de formação e transformação social”*.

Sua presença na escola, não se dá portanto, apenas para a consecução de uma prática assistencialista voltada a sanar irregularidades flagrantes na instrumentalização do sistema escolar, mas visa contribuir no ensino público, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais que interferem no processo pedagógico.

Como fruto de sua formação o Assistente Social detém conhecimentos que o permitem ler, analisar e intervir na realidade social.

Inicialmente, cabe situarmos a metodologia adotada, ou seja, o conjunto de procedimentos sistematizados, que transforma o objeto e concretiza os fins propostos.

Kisnerman refere-se em sua obra “Serviço Social” Pueblo, 1974,

“que o conjunto de procedimentos científicos na consecução dos objetivos propostos, que definem a ação profissional, constitui-se no método (meta, caminho). Dessa forma, o conjunto de métodos de uma disciplina, ou estudo no método em si mesmo, constitui a metodologia. Define processos como sendo passos

ou etapas do método, que se apresentam como um conjunto ordenado de ações ou uma sucessão sistemática de mudanças em uma determinada direção. Portanto não basta que se tenham presentes formas gerais de pensamento - conceitos, juízos, raciocínios. É preciso conhecer as formas em que científica e sistematicamente o pensamento se sucede, transformando-o em agir técnico e científico.”

Como referencial teórico buscamos o processo dialético de conhecimento da realidade, bem como dos conhecimentos específicos do próprio método em si. A teoria subsidiando a prática, a síntese e novos conceitos.

Baseados no método científico a metodologia adotada compreende dois momentos:

- 1) Investigação Diagnóstica;
- 2) Intervenção Planejada.

A Investigação Diagnóstica compreende a realização de questionários, entrevistas com alunos, professores, funcionários, visando levantar os aspectos políticos-pedagógicos que influem na boa aprendizagem do aluno visando a participação e as relações sociais existentes no âmbito escolar para que se possa traçar as linhas de intervenção.

A Investigação Diagnóstica compreende as seguintes etapas:

- a) Coleta de Dados;
- 2) Diagnóstico;
- 3) Perfil Político-Pedagógico-Cultural dos alunos.

A Intervenção Planejada apresentação dos dados fornecidos pelos questionários e entrevistas. Os objetivos gerais partiram das necessidades apresentadas pelos alunos e das possibilidades de atuação no colégio.

Os objetivos gerais podem ser assim caracterizados:

- reduzir pesquisas visando caracterizar a clientela atendida, com o objetivo de adequar as relações sociais existentes na escola com as necessidades reais da população;

- auxiliar o trabalho da constante adequação dos objetivos e práticas educacionais à população atendida;

- compreender a demanda social na escola e a resposta do Serviço Social face a mesma;

- desenvolver atitudes e habilidades profissionais que respondam as questões vivenciadas;

- analisar a realidade na comunidade escolar do C.A.R.S. propondo alternativas com a intenção de despertar a curiosidade e interesse dos alunos pelas questões pertinentes à formação da cidadania;

- sistematizar as experiências realizadas e divulgá-las;

- analisar as condições de ensino-aprendizagem propondo alternativas para a escola;

Existe ainda, grande dicotomia entre os objetivos propostos e a forma como pudemos trabalhar.

Porém todas as ações propostas e realizadas constituíram grande passo dado a uma possível efetivação dos objetivos.

Temos clareza que o trabalho é lento, árduo, mas possível.

3.3 - A Caminhada do Serviço Social Junto aos Alunos do C.A.R.S.

Este item tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas em nossa prática de estágio realizada no período noturno do C.A.R.S.

Não podemos deixar de citar a delimitação que foi dada a nossa atuação. Em reunião com a Direção de Ensino do Colégio ficou claro que nosso espaço seria limitado, haviam 2 orientadoras educacionais e a preocupação de que o Serviço Social interferisse em “casos” que diziam respeito a Orientação Educacional. A intenção era de fazer um trabalho multi-disciplinar unindo Supervisão Escolar, Direção de Ensino (orientadoras, coordenadores) e Serviço Social sendo que tudo que gerasse relações inter-escolares seria nossa função.

Diante da problemática vivida pela escola pública colocada anteriormente, o Serviço Social Escolar nesta instituição tem como proposta trabalhar as relações sociais no sentido de elevar o nível de consciência dos sujeitos (alunos) envolvidos, contribuindo na ampliação de espaços, na aquisição de consciência, na mobilização, organização e a participação destes sujeitos.

Nosso primeiro passo foi a partir das entrevistas e dos questionários respondidos pelos alunos. Tivemos com este levantamento a possibilidade de conhecer uma série de aspectos pertinentes a questão da participação, da vontade de participar e das relações que existem e possam vir a existir entre os alunos, alunos e a escola.

Convidar os alunos a participarem da primeira reunião de representantes de turma por nós conduzida foi uma experiência nova, realizada no final de abril de 1993.

Ao mencionarmos a reunião como instrumento do Serviço Social na prática, julgamos importantes algumas considerações: A reunião segundo Mário Barbosa, *“constitui-se no estabelecimento de uma dinâmica grupal, onde emergem correlações de força; as forças vivas do grupo...Trabalha-se a dinâmica das relações*

estabelecidas pelas relações sociais” (Barbosa, 1989, mimeo). Com a colaboração do Coordenador do período noturno do Colégio fomos em todas as turmas convidar os representantes de cada turma e alunos interessados a participar da reunião que realizaria-se em 05/05/93, uma quarta-feira às 20:00 horas, na sala da turma 3ª Administração. A Escolha do local, data e horário deu-se ao fato de ser o dia de paralisação Estadual dos Professores na luta por melhores salários e condições de trabalho, aonde os alunos não seriam prejudicados em ter que sair da sala de aula para comparecer a reunião.

No dia da reunião chegamos ao Colégio e já haviam alguns alunos a nossa espera o que nos causou surpresa¹⁰ e satisfação pelo primeiro sinal positivo da nossa prática. No horário marcado iniciamos a reunião que contava com a presença de 16 alunos entre representantes de turma e alunos interessados, e tinha como objetivo: levantar questionamentos com os alunos sobre quem é o representante de turma, quais seus deveres e direitos; saber quais as dificuldades enfrentadas pelas turmas; colher sugestões sobre como enfrentar estas dificuldades; expor nossas propostas de atuação enquanto estagiárias com o objetivo de proporcionar estrutura para a mobilização, organização e participação dos alunos no Colégio.

Foi uma reunião “produtiva”, ou seja, houve uma participação ativa de todos os alunos, aonde criou-se uma oportunidade de troca de interesses comuns e da socialização de uma série de informações.

Após essa reunião, sentamos para analisar e refletir sobre a posição dos alunos frente a seus problemas, sobre a participação, os interesses e as sugestões dos alunos.

¹⁰ Ficou claro a visão que os professores tem da escola e do aluno. Vêm a escola como instituição falida que limitou alunos e professores em sala de aula, que desestimulou atividades extra-classe e tornou-se basicamente local de ponto de encontro de alunos que não estão habituados a trabalhos extra-classe, que são desmotivados e que não encontram na escola comprometimento por parte dos profissionais da educação.

O trabalho realizado por nós no C.A.R.S., consiste também na utilização do diálogo como estratégia de ação. É através do diálogo que se amplia a consciência tanto do cliente como do Assistente Social, pois a troca mútua de saberes se faz presente.

Priorizamos em nossa prática o diálogo como instrumento de relação. O diálogo é um compromisso a serviço dos interesses e preocupações das pessoas; supõe ainda uma posição em relação ao mundo, na possibilidade de poder transformá-lo, ou seja é o compromisso com o homem e com o mundo em termos de transformação. O compromisso consciente, assumido pelo profissional de Serviço Social, vai determinar o diálogo como processo de reflexão.

Cada encontro que realizávamos através dos diálogos com os alunos, eram momentos de aprendizagem em todos os sentidos. A troca de informações possibilitava novas percepções, tanto de homem como de mundo. Naqueles momentos sentíamos a riqueza do relacionamento pessoal, da troca, da confiança. Estes momentos reforçam nossa aproximação com o aluno, bem como compromissos com a prática.

Através desses contatos com os alunos eram criados espaços importantes pois, refletíamos conjuntamente, a respeito das situações que motivaram os alunos a nos procurarem.

O espaço físico ocupado pelas estagiárias de Serviço Social, constitui-se de "plantão" como um canal de atendimento a "clientela" nos seus aspectos mais gerais. Esta postura alternativa por nós assumida, atende às necessidades do cliente, a partir de sua capacidade; do seu poder de decisão. O relacionamento entre Assistente Social e cliente é visto sob forma de diálogo, de igualdade, onde emerge o desenvolvimento de um processo decisório. O Assistente Social e o cliente estabelecendo um quadro de atuação e receptividade.

Desta forma, pudemos desenvolver um trabalho mais amplo em relação ao Serviço Social, e não em ficar somente na especificidade de determinadas situações que restringem a ação profissional.

Muitas vezes alguns alunos nos procuravam com problemas dos mais variados, como de relacionamento em sala de aula com outros alunos e problemas pessoais e familiares que influenciam no rendimento escolar e como esses alunos depositaram confiança em nós, em nossas propostas, nos procuravam antes de qualquer outro profissional dentro da Escola (instituição). Porém nestes casos apresentados não podíamos intervir pois eram assuntos entendidos pela escola como pedagógicos e deveriam ser encaminhados a orientação educacional. Conversávamos com o aluno, explicávamos a situação e fazíamos o encaminhamento a orientação educacional aonde junto com o aluno procurávamos a orientadora e colávamos o fato a ela. Continuávamos a fazer o acompanhamento dos casos, mesmo que indiretamente e pudemos constatar que algumas vezes a orientação não conseguia atender adequadamente.

Participamos de uma reunião de Conselho de Classe, e embora estivéssemos como "ouvinte", nos preocupamos em observar a dinâmica da reunião, as relações, as contradições presentes. Nesse primeiro contato com a avaliação pedagógica dos alunos fomos apresentados pela orientadora educacional Sandra que coordenava a reunião, como estagiárias, e dizendo que poderiam dispor da nossa atenção no setor do Serviço Social, bem como que nos atendessem da mesma forma. Fizemos uma análise da reunião e percebemos que faz-se necessário uma nova forma de trabalhar dinâmica do grupo, bem como o repasse das informações necessárias. O que acontece é um questionamento e posicionamento unilateral, ou seja, o aluno não participa, não expõe os problemas e dificuldades da turma, não tem voz em uma reunião que define e avalia os destinos da turma.

Sabemos que a escola em si, é um local aonde podemos identificar as desigualdades sociais e o repasse da ideologia dominante, mas ao mesmo tempo é um espaço para organizar, estruturar e motivar a participação social.

O direcionamento dado pelo Serviço Social ao trabalho a ser desenvolvido, determinará a prática do Assistente Social, ou seja, de reverter o caráter de desinteresse pela participação do aluno através de um trabalho de mediação.

As mediações são passagens, movimentos, que “exigem o afastamento de oposições irreduzíveis e sem sínteses superadoras, o que não, significa a negociação e ausência das contradições, ao contrário, é preciso compreender que forças e relações contraditórias existem e coexistem no processo, na totalidade, produzindo o momento.” (Netto & Falcão, 1987, p. 52). Assim, são nestes espaços contraditórios que o Serviço Social age como mediador na relação dominantes/dominados.

Fomos chamados pela Direção do C.A.R.S. para colaborar na elaboração da programação e nos eventos da semana comemorativa ao 31º Aniversário do Colégio que realizar-se-ia de 24 a 28 de maio de 1995. Participamos da reunião realizada pela Direção do Colégio que definiria a comissão organizadora e encarregada das atividades com os alunos. Definidas as responsabilidades de cada um ficamos encarregados de colaborar com a Diretora Administrativa e a Secretária da Associação de Pais e Professores - A.P.Ps. - na programação das atividades. Na oportunidade aproveitamos para sugerir a Direção a elaboração de atividades para os alunos do período noturno.

O cotidiano vivenciado por nós junto a população e a oportunidade de trabalharmos com eles as relações sociais-político-pedagógicas que surgiram nas atividades em comemoração ao 31º Aniversário do C.A.R.S. nos deram oportunidade de frente as situações apresentadas anteriormente pelos próprios alunos (não existência de um espaço e atividades para desenvolvimento das relações, da participação e da

cidadania) criar um espaço para desencadear um processo mobilizador e participativo entre eles.

Assim utilizamos a Gincana Cultural do período noturno como estratégia de ação para o serviço Social permitindo aos alunos a mobilização, participação, conscientização para a transformação de uma realidade.

Na segunda semana de maio de 1993, começamos a elaborar as tarefas da Gincana, para tal entrei em contato com a Prof^a Vera Ribas do Instituto Estadual de Educação e o Prof. Jefferson do Colégio Nossa Senhora de Fátima que colaboraram na elaboração das tarefas.

Simultaneamente a esta atividade começamos a divulgar o evento através de “folders”¹¹ distribuídos nas salas de aula e em conversas amistosas com os alunos para tentar despertar o interesse deles em participar deste evento que seria a oportunidade de criar o processo de conscientização, mobilização e participação dos alunos, um espaço que não existia na escola e que poderia ser muito bem aproveitado.

No dia 15 de maio convidei uma reunião com os líderes de turma e os alunos interessados em participar da Gincana Cultural. Compareceram ao todo 30 alunos que demonstravam interesse e estavam dispostos a mobilizar uma boa parte de seus colegas para a realização da gincana.

Nesta reunião foram passadas aos alunos informações referentes aos contatos feitos com a Direção do Colégio sobre a realização deste evento e foram levantadas propostas que foram discutidas e questionadas sobre a forma de organizar as equipes participantes.

Foram realizadas mais 2 reuniões, compostas basicamente pelo mesmo grupo de alunos, até que pudéssemos definir a formação das equipes, o número de integrantes das mesmas, e a data para entrega das tarefas aos representantes de cada equipe. A nossa

¹¹ Ver apêndice de número 04.

posição nas reuniões não era de manipulador ou ditador de informações, nossa presença era reflexiva e complementar. Isto porque a relação entre o Assistente Social e o grupo reunido deve estar livre de preconceitos, pois a confiança e a dedicação mútua proporcionam a realização dos objetivos.

“Os grupos fazem parte do movimento da sociedade, estão nas famílias, nos bairros, nas associações de moradores, na escola; compõem o próprio movimento da sociedade” (Vasconcelos, 1985:25). Com isso o Assistente Social deve trabalhar na perspectiva de uma ação coletiva, buscando reforçar os laços solidários grupais.

Assim foram formadas 08 equipes com uma média de 18 integrantes cada, para participar da Gincana. A premiação ficou a cargo da Associação de Pais e Professores do Colégio que ofereceu a seguinte premiação: a equipe 1ª colocada Cr\$ 300,00 e um troféu; a equipe 2ª colocada Cr\$ 200,00, e um troféu e a equipe 3ª colocada Cr\$ 100,00 e um troféu. E ainda um troféu para a melhor torcida. Durante a semana do Colégio, promovemos também um varal literário e exposição de Artes (desenhos feitos pelos próprios alunos) com um número significativo de obras que foram expostas no pátio do Colégio em frente a sala do Serviço Social.

A Gincana Cultural facilitou o convívio dos alunos de diferentes turmas, com professores e com a própria escola, através do clima de espontaneidade e alegria que provocou, facilitando as relações humanas. (Ver anexo 04, fotos da Gincana).

Facilitou e despertou também a vontade de mobilizar e organizar grupos diante dos seus objetivos, ajudando a formar o cidadão consciente e organizado. Oportunizou também a vivência de relações sociais que antecipam uma ordem social mais coletiva e participativa, despertou a criatividade e a forma consciente de encarar os fatos que permeiam a sociedade demonstrados na realização das tarefas nºs 06, 08, 09, 17, e 18 da Gincana. (Ver anexo 03 e 04, fotos).

A Gincana foi realizada no Ginásio do C.A.R.S. e contou com a presença de praticamente todos os alunos do período noturno que se dividiam entre participantes, colaboradores e torcedores e uma boa parte dos professores que também colaboraram com as equipes.

Os agasalhos arrecadados na Gincana foram distribuídos na favela que fica localizada na praia do Balneário, por voluntários da Paróquia Nossa Senhora da Glória e alguns alunos do Colégio.

Na primeira semana de junho fizemos uma reunião com os alunos que participaram da Gincana para fazermos juntos uma avaliação das experiências vivenciadas durante a semana do C.A.R.S., curiosamente estavam presentes alunos que não participaram ativamente da Gincana, demonstrando o interesse de outros alunos em participar do nosso trabalho. Podemos destacar alguns pontos positivos levantados na reunião que foram identificados durante a realização da Gincana Cultural principalmente o depoimento de um aluno que foi mero espectador.

“Eu vim a reunião para dizer que no início não quis fazer parte do evento pois não consegui perceber o tamanho do significado e da força que esse evento se tornou, não foi só uma Gincana Cultural que nos proporcionou lazer, foi um veículo de organização, mobilização e participação e eu tenho certeza que muitos aqui aprenderam muito com este evento. Gostaria de dizer que estou disposto a participar dos próximos eventos.” (Depoimento do Aluno Marcelo).

Já o aluno Jean que participou ativamente da Gincana Cultural ressaltou que *“foi um dos eventos que sem dúvida foi o melhor modo de união dos alunos e integração com professores. Movimentos como esses deveriam ser obrigatórios no período estudantil.”*

Não foi possível avaliar o evento com a Direção de Ensino, não conseguimos reunir todos devido a uma série de fatores, porém tivemos a oportunidade de discorrer

sobre o assunto com alguns professores como o Professor Jossel que considerou a *“Gincana de extrema importância, pois além de fazer o aluno se organizar e participar fez com que o aluno conhecesse o seu Colégio e promoveu integração e união entre todos.”* E alguns diretores como a Professora Ivone e o Diretor Geral do C.A.R.S. Professor Manoel Medeiros que colaboraram e fizeram parte do evento. O Diretor Geral comentou:

“Gostei muito da Gincana, foi um evento que aproximou as pessoas, que fez com que os alunos mostrassem sua criatividade, gostei muito da parte dos “shows” apresentados pelos alunos, principalmente das “freirinhas”.”¹²

Tais depoimentos, refletem um entendimento na importância de espaços dentro da escola para desenvolver nos alunos a criatividade, a organização, a mobilização e acima de tudo a participação consciente com a certeza do objetivo a alcançar. Esse espaço é fundamental para a contribuição da escola na formação do cidadão e na garantia da elevação do nível de ensino.

Durante a reunião de avaliação da Gincana, os alunos perguntaram se não haveria Festa Junina no C.A.R.S., pois havia interesse principalmente das turmas que estavam se formando a 8ª Série e as 3ªs Séries em participarem com “barracas” pois seria uma forma de angariarem fundo para a formatura. Informei aos alunos que iria entrar em contato com a Direção de ensino para saber da possibilidade da realização da Festa Junina e da possível participação de algumas turmas com “barracas” na festa.

¹² A Equipe Arrastão apresentou na tarefa nº 18 uma dublagem de uma cena do filme “Mudança de Hábito”.

Ao entrar em contato com a Direção fui convidada a participar de uma reunião para colaborar na realização da Festa Junina. Ficou claro também que o conceito que os alunos tinham perante a escola se modificou após a realização da Gincana, a Escola passou a considerar de uma forma mais significativa os seus alunos tanto que foi aberto um espaço para que os alunos também participassem da reunião sobre a Festa Junina. Durante os dias que antecederam a reunião providenciei para que os alunos se preparassem para a Festa (Ver apêndice 05).

Alunos, professor, Diretor e estagiária de Serviços Social reuniram-se e decidiram juntos a forma de realização e organização da Festa Julhina”.

“Julhina” devido a data da realização da Festa que ficou para os dias 2 e 3 de julho de 1993.

Da mesma forma que a Gincana Cultura, a Festa “julhina” movimentou o C.A.R.S.. O período noturno assim firmava um espaço apresentando uma “Dança de Quadrilha” e “Casamento na Roça” com a participação de 18 casais de alunos, e também foi criado espaço para apresentação de um “show” pelos alunos a pedido do Diretor Geral “as freirinhas” retornaram ao palco do C.A.R.S. para se apresentarem na festa “julhina”.

Mais uma vez ficamos sem poder avaliar oficialmente um evento realizado no C.A.R.S., após a festa os alunos entraram em férias e logo após ao retorno em agosto de 1993 os professores da Rede Pública Estadual entraram em greve.

O Estado de greve permaneceu por quase 33 dias causando um prejuízo significativo na continuidade do nosso trabalho, pois quando retornaram as aulas os alunos foram muito exigidos para que houvesse a recuperação do tempo paralisado e não nos foi possível um contato com os alunos pois a prioridade da Escola era cumprir o calendário não abrindo espaço para a atuação do Serviço Social. Porém em conversas amistosas com alunos, professores e diretores, percebemos que nossa prática no

C.A.R.S. desencadeou um processo de conscientização e relacionamento e da própria Escola que passou a perceber seu aluno como sujeito e não mais objeto no sistema escolar.

Ao encerrar o relato deste trabalho não temos condições ainda, de fazer uma análise aprofundada da experiência vivenciada, porém esperamos que sirva de questionamento, de debate, onde futuramente possa vir a ser objeto de pesquisa para mim e para outras pessoas.

Assim, fica aqui registrada uma proposta de prática, como estratégia de ação para o Serviço Social através do espaço cultural proporcionado pela própria escola permitindo as pessoas a mobilização, organização, participação e conscientização para a transformação por uma nova escola.

CAPÍTULO IV

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é o resultado de uma caminhada e de um momento em nossa vida, no processo de formação profissional. Temos consciência de seus limites e imperfeições.

No entanto, isso revela as determinações que sofremos no desencadear desse processo.

A elaboração do mesmo foi de grande validade, proporcionando rever, aprofundar e buscar novos conhecimentos.

A vida é um longo processo de aprendizagem, porém o que se aprende não está finalmente acabado ou concluído, está em constante transformação. E nós, enquanto pessoa ao rever toda essa trajetória percorrida ao longo de 4 anos de universidade e elaboração deste trabalho de Conclusão de Curso, sentimos que também crescemos e nos transformamos.

O estudo aqui apresentado procurou fazer uma análise sobre o Ensino no Brasil, situando a Escola Pública o ensino noturno em Santa Catarina e revelando a contribuição do Serviço Social desencadeando um processo político pedagógico sendo este decorrente de nossa atuação em uma escola Pública Estadual, o C.A.R.S..

Nessa perspectiva, apresentaremos algumas reflexões acerca da nossa experiência de estágio junto aos alunos, a partir de uma proposta alternativa e uma estratégia de ação desenvolvida pelo Serviço Social no C.A.R.S..

Evidencia-se hoje um descontentamento com a situação de nossas escolas, pelo fato destas não atenderem as aspirações, necessidades e realidade da clientela. O que aí está é fruto de muitos anos de regime arbitrário e de exploração, onde o investimento na educação não era prioritário.

Ao mesmo tempo, dentro de um contexto mais global, sentimos claramente os efeitos da política adotada pelo Estado que, coloca a educação do País e em particular, a educação do Estado de Santa Catarina, sob sua total responsabilidade. Ou seja, a educação não se faz coletivamente, visando a participação nas decisões e estabelecimento de uma política educacional que busque uma aproximação da realidade que se insere.

Verificamos que é principalmente nas redes públicas que percebemos um dado interessante: ao mesmo tempo que, se instituem as especializações na área educacional, a taxa de repetência e evasão educacional existentes vem aumentando, mesmo diante à presença dos especialistas que inicialmente são introduzidos visando a elevação da qualidade do ensino. Da mesma forma os professores continuam desamparados, pois, apesar do aumento das funções para ampliar a melhoria do ensino, isso não acontece. O pior é que, isto acaba por gerar uma disputa de espaços e poder no interior da escola.

Esta disputa acaba muitas vezes por extrapolar os muros institucionais, caindo em concorrências de caráter corporativo na qual, o que menos está em jogo é a melhoria do ensino.

Tudo isso gera insatisfação e desmotivação no aluno que não encontra na escola um espaço para desenvolver o processo de participação, organização e mobilização que formam o cidadão consciente.

Desta forma, nossa atuação foi no sentido de viabilizar espaços aonde o aluno pudesse refletir sobre seu cotidiano escolar, procurando estabelecer relações com a totalidade do processo social, participando, se organizando, se mobilizando.

Temos consciência dos limites desse estudo. Porém preferimos ousar correndo o risco de errar, do que permanecer apenas reproduzindo o discurso e a prática do próprio sistema.

Nossa contribuição significa um compromisso com a causa da formação do cidadão consciente e participativo que gera a transformação social compreendida não de modo funcionalista, mas em um horizonte dialético.

O processo de luta e conquista de uma escola voltada aos reais interesses populares é um longo caminho a ser percorrido por todos os cidadãos. Considera-se assim o homem como ser capaz e consciente pode desenvolver um processo de construção de uma nova sociedade. Assim, como sujeito de sua própria história pode direcionar suas ações no sentido da transformação social.

Sugestões

- Inicialmente, sugerimos ao C.A.R.S. que reative o Serviço Social Escolar que pode contribuir muito no processo de formação do cidadão consciente, participativo.

- Que o Departamento de Serviço Social da UFSC, incentive e apoie a reativação do campo de estágio no C.A.R.S. que apresenta uma demanda muito significativa e rica para atuação do Serviço Social.

- Que o período de estágio seja maior, antecipando seu início para a 5ª fase proporcionando maior adaptação do aluno na instituição em que irá estagiar.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Aída e outros. A Questão Política da Educação Popular. Ed. Brasiliense, 1984, 198 p.
- BARBOSA, Mário da Costa. Questões Metodológicas: instrumental técnico em Serviço Social. Belém : XI Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social. Mimeo.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Educação. 15ª Ed. Col. Primeiros Passos nº 20. São Paulo : Brasiliense, 1985, 116 p.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação Popular. São Paulo : Pioneira, 1974.
- CARVALHO, Alva M. Pinho de. A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise Gramsciana. Cortez, 1986, p. 44.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. Ensino Noturno: realidade e ilusão. 2ª ed., São Paulo : Cortez, 1984, 112 p.
- CECCON, Clauduis et. al. A Vida Escolar e a Escola da Vida. Rio de Janeiro : Vozes, 1982, 123 p.
- CLARK, Mª Angélica Callardo. A Práxis do Trabalho Social em Uma Direção Científica. 2ª ed., Buenos Aires : ECRO, 1974, 148 p.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL. Revista dos Tribunais. 1989. 144 p.
- COSTA, Krystyna Matys & SILVEIRA, Zeferino Sabino da. Colégio Aderbal Ramos da Silva: 20 anos crescendo e integrado a comunidade. 1982, 28 p.
- CRITELLI, Dulce Mara. Educação e Dominação Cultural: Tentativa de Reflexão Antológica. São Paulo : Cortez: Autores Associados, 1980, 92 p.

- CUNHA, Célio da. O Ensino de 2º Grau: impasses e perspectivas. Anais do ensino de 2º grau - perspectivas. São Paulo : USP/Faculdade de Educação, 1988.
- CUNHA, Diana A. As Utopias na Educação: ensaio sobre as propostas de Paulo Freire. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, 79 p.
- DEMO, Pedro. Participação é Conquista. São Paulo : Cortez, 1988, 176 p.
- DEMO, Pedro. Educação, Cultura e Política Social. Porto Alegre : FEPLAM, 1980, 122 p.
- EMEDIATO, Carlos Alberto. A Crise da Escola. In: Alternativa, Vida & Cultura. São Paulo : Quatro Eceanos Editora Ltda, nº 08, 1986.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Saber Profissional e Poder Institucional. 3ª ed., São Paulo : Cortez, 1991, 159 p.
- FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. 11ª ed., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980, 150 p.
- GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo : Ática, 1987, 160 p.
- GADOTTI, Moacir. Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito. 7ª ed., São Paulo : Cortez: Autores Associados, 1987, 143 p.
- HARNECKER, Marta. Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico. São Paulo : Global Editora, 1981, 317 p.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica metodológica. São Paulo : Cortez e Celatz, 1982, 383 p.
- IBGE, Censo Demográfico de SC. Rio de Janeiro : 1982.
- IBGE, Dados Preliminares do Censo/91. (mimeo).
- JARDIM, Ilza Rodrigues et. al. Ensino de 1º e 2º Graus: estrutura e funcionamento. Porto Alegre : Professor Gaúcho, 1976, 240 p.
- KAMEYAMA, Nobuco. Concepção da Teoria e Metodologia. Palestra Proferida. S/D, mimeo.

- KOWARICK, Lúcio. As Lutas Sociais e a Cidade. São Paulo : Paz e Terra, 1988.
- LIBANEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 9ª ed., São Paulo : Loyola, 1990, 149 p.
- MACHADO, Lia Zanotto. Estado, Escola e Ideologia. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1983. 242 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Subsídios à Elaboração de Políticas Para o Ensino Médio. Secretaria de Ensino de 2º Grau. Brasília : 1989.
- NETO, José Paulo & FALCÃO, M^a do Carmo. Cotidiano, Conhecimento e Crítica. São Paulo : Cortez, 1987.
- PEREIRA, Luiz. O Magistério Primário Numa Sociedade de Classe. São Paulo : Pioneira, 1969.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira: a organização escolar. São Paulo : Cortez & Moraes, 1979, 166 p.
- RODRIGUES, Neidson. Por Uma Nova Escola. O transitório e o Permanente na Educação. São Paulo : Cortez - Autores Associados, 1985.
- ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da Educação no Brasil. 2ª ed., Petrópolis : Ed. Vozes, 1980, 267 p.
- SACHET, Celestino. A Educação, A Escola e a Empresa. ind. graf. Edeme. 1:108 p.
- SALM, Cláudio; WARDE, Miriam J. e SALGADO, M^a U. C. Pesquisa Educacional e Políticas Governamentais em Educação. Ensino de 2º Grau. Cadernos de Pesquisa. 1985, 55 p.
- SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Série Retrospectiva da Educação Pré-Escolar, Ensino de 1º e 2º Graus. 1986/1990. Florianópolis : 1990.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. A Evolução do Ensino em Santa Catarina 1980/91. Florianópolis : DIRP/GEINF, 1994, 96 p.
- SAVIANE, Demeval. Educação: do senso comum a consciência filosófica. 2ª ed., São Paulo : Cortez, 1982, 224 p.

SCHEIBE, Leda. BAZZO, Vera Lúcia. O Ensino de 2º Grau e a Nova Carta. Artigo Publicado in Em Aberto, Tema: A Educação na Nova Constituição: o ensino de 2º grau. Brasília : ano 8, nº 41, Jan/mar 1983.

SCHEIBE, Leda et. al. O Ensino de 2º Grau no Brasil: caracterização e perspectivas - Estado de Santa Catarina, Florianópolis : INEP/UFSC/UEDESC/: SEE, 1989 (Relatório Final de Pesquisa).

SERRA, Rose Mary Souza. A Prática Institucionalizada do Serviço Social: determinação e possibilidades. São Paulo : Cortez, 1982, 83 p.

SINGER, Paul. Dominação e Desigualdade. Rio de Janeiro : 1981.

SROUP, Robert Henry. Política nos Anos 70 no Brasil. São Paulo : Econômica Editorial, 1982.

VALCONCELOS, Ana Mª. Intenção no Trabalho Social. São Paulo : Cortez, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE 01

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA
RUA. CEL. PEDRO DEMORO Nº 1030
ESTREITO - Fpolis - SC

Matrícula: _____

EICHA DE IDENTIFICAÇÃO

CURSO _____ SÉRIE _____ TURNO _____

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

NOME DO ALUNO: _____
DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: _____
ESTADO CIVIL: _____
ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____
BARRIO: _____ FONE: _____
PROFISSÃO: _____ LOCAL DE TRABALHO: _____
ENDEREÇO DE TRABALHO: _____ FONE: _____

II - FILIAÇÃO:

NOME DO PAI: _____ PROFISSÃO: _____
ENDEREÇO DO TRABALHO: _____ FONE: _____
NOME DA MÃE: _____ PROFISSÃO: _____
ENDEREÇO DO TRABALHO: _____ FONE: _____

III - QUAL SUA ESCOLA ANTERIOR ?

IV - PORQUE ESCOLHEU O C.A.R.S. PARA ESTUDAR ?

V - O QUE VOCÊ ESPERA DO C.A.R.S. ?

VI - VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM TIPO DE GRUPO EM SUA COMUNIDADE ?

<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> BANDA DE MÚSICA	<input type="checkbox"/> GRUPO DE ARTES
<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> GRUPO DE JOVENS	<input type="checkbox"/> CORAL
<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
<input type="checkbox"/> GRUPO DE DANÇA	<input type="checkbox"/> NÃO
<input type="checkbox"/> _____	
<input type="checkbox"/> OUTROS: _____	

PEQUISA REALIZADA PELAS ESTAGIÁRIAS DE SERVIÇO SOCIAL NO C.A.R.S.
CLEIDY E ELAINE

VII - O C.A.R.S., ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ENSINO E DO SERVIÇO SOCIAL, TERCEIROS PROMOVER ATIVIDADES DE LAZER, CULTURAIS E LÚDICAS, ASSINALE EM QUAL ASSUNTO VOCÊ SE IDENTIFICA PARA INTEGRAR OS GRUPOS DE ATIVIDADES, OU DÊ SUGESTÕES SOBRE QUAL O GRUPO/ASSUNTO COSTARIA DE PARTICIPAR.

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] GRUPOS DE DEBATES SOBRE |
| <input type="checkbox"/> [] ARTES | <input type="checkbox"/> [] POLÍTICA. |
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] GRUPOS DE DEBATES SOBRE |
| <input type="checkbox"/> [] MÚSICA | <input type="checkbox"/> [] SEXO. |
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] GRUPOS DE DEBATES SOBRE |
| <input type="checkbox"/> [] REDAÇÃO/POESIA | <input type="checkbox"/> [] DROGAS. |
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] GRUPOS DE DEBATES SOBRE |
| <input type="checkbox"/> [] TEATRO | <input type="checkbox"/> [] ECOLOGIA. |
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] |
| <input type="checkbox"/> [] ESPORTES | <input type="checkbox"/> [] GRÊMIO ESTUDANTIL |
| <input type="checkbox"/> [] | |
| <input type="checkbox"/> [] OUTROS.----- | |

VIII - QUAL A MODALIDADE ESPORTIVA QUE VOCÊ COSTARIA DE PRATICAR ?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] |
| <input type="checkbox"/> [] FUTEBOL | <input type="checkbox"/> [] HANDEBOL |
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] |
| <input type="checkbox"/> [] VOLEI | <input type="checkbox"/> [] PING-PONG |
| <input type="checkbox"/> [] | <input type="checkbox"/> [] |
| <input type="checkbox"/> [] BASQUETE | <input type="checkbox"/> [] ATLETISMO |
| <input type="checkbox"/> [] | |
| <input type="checkbox"/> [] OUTROS JOGOS DIVERSOS.----- | |

— PESQUISA REALIZADA PELAS ESTAGIÁRIAS DE SERVIÇO SOCIAL NO C.A.R.S.

CLEIDY E ELAINE

EM MARÇO DE 1993

cms/93

APÊNDICE 02**RESPOSTA DOS ALUNOS A PERGUNTA Nº IV DA FICHA DE
IDENTIFICAÇÃO**

NOME	TURMA	POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
ADRIANA CARDOSO	1º D	ERA O MAIS APROPRIADO
ADRIANA DUARTE	3º A	BOM COLEGIO
ADRIANA FERNANDES	3º CB	PORQUE SIM
ADRIANA HEMSING	1º C	NA EPOCA QUERIA ESTUD.A TARDE
ADRIANO CORDEIRO	1ª F	TRABALHO DIA/ ESTUDO A NOITE
ALESSANDRA BASTOS	1º G	INDICACAO DE OUTRAS PESSOAS
ALESSANDRA BITTENCOURT	1º C	NA EPOCA ERA O MELHOR
ALESSANDRA DE FREITAS	3º C	ME FORMAR
ALESSANDRA HELENA CAMPOS	3º A	PELO CURSO
ALESSANDRO DA SILVA	1º D	MAIS OPCOES
ALESSANDRO ROCHA MENCIA	3º A	INDICACAO DE BOM COLEGIO
ALESSANDRO VILMAR DA ROSA	1º E	NA EPOCA ERA O MELHORZINHO
ALEX JOSE DA SILVA	1º C	BOM NIVEL DIDATICO NA MIN OPINIA
ALEX LOURENCO	3º A	BONS CURSOS
ALEX SANDRO DE JESUS	3º A	CURSO E INTERESSANTE
ALEXANDRA ELIZEU	3º CB	PERTO DE CASA
ALEXANDRE DIAS DE OLIVEIRA	1º C	ACHEI QUE ERA BOM COLEGIO
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA	1º D	POR TER VAGA E GOSTEI
ALEXANDRE MUNIZ MARQUES	1º E	BOM COLEGIO
ALEXANDRE RODRIGUES CHAVEIROS	8ª G	PENSEI QUE FOSSE BOM COLEGIO
ALEXANDRE ROSA RODOLFO	1º H	ESTUDO DESDE A 1ª SERIE
ALEXANDRE SCHWEITZER	1º D	E BARATO E TINHA VAGA
ALEXSANDER BERNEIRA OLIVEIRA	1º D	JA ESTUDAVA AQUI
ALEXSANDRO MACHADO	3º A	O QUE AGRADOU
ALEXSANDRO MIGUEL RITA	2º A	OBTIVE UMA VAGA
ALINE MARGARETH D.	3º A	SEMPRE ACHEI UM COLEGIO BOM
ALINE V. MANCINE	2º C	POR TODOS FALAREM QUE ERA BOM
ALIPIO E.FERREIRA JUNIOR	1º G	MINHA MAE DISSE QUE ERA O MELHOR
ANA CARLA ESPINDOLA	1º H	MEUS PAIS ME COLOCARAM AQUI
ANA CLAUDIA GASPAR DA SILVA	2º C	POR NAO TER 2º NO ANTERIOR
ANA LUCIA DE P.XAVIER	3º C	NAO SEI
ANA PAULA CARDOSO	1º D	UNICO QUE CONSEGUI VAGA
ANDERSON CATARINENSE VIEIRA	3º A	PELO CURSO
ANDERSON DUTRA DE BARROS	8º G	POR TER VAGA
ANDERSON GONCALVES	1º H	PROXIMO DE CASA E BOM COLEGIO
ANDERSON TELES ADRIANO	1º I	EU GOSTO
ANDRE ALEXANDRE KEZISCH	2º A	NAO
ANDRE ALVES	3º CB	COLEGIO MUITO BOM
ANDRE BRAGA XAVIER	3º C	MAIS BARATO,PERTO DE CASA E BOM
ANDREA ALVES	1º H	PROXIMO DE CASA
ANDREA CORREA MEIRA	2º C	NAO ESCOLHI MEUS PAIS COLOCARAM
ANDREA G LUZ	3º CB	PENSEI QUE FOSSE BOM, MAS...
ANDREA MONTANARI	2º A	MELHOR PARA O 2º GRAU
ANDREI AGENOR DA SILVA	3º A	PELO CURSO DESEJADO
ANDREI PIRES	3º CB	E UM COLEGIO MUITO BOM
ANDRESA CRISTINE DE BORBA	1º G	NO MOMENTO ERA O MELHOR
ANDRESA LUIZ	1º D	NAO
ANETE VANDA J.DE MELO	2º A	NAO PREENCHEU
ANGELITA LONARDELLI	1º C	MAIS PROXIMO DE CASA
ANTONINHA PADILHA DOS SANTOS	1º D	PELO CURSO DE PROC.DADOS
ANTONIO C.MIELIZARSTI DA SILVA	3º A	PROSIMO DE CASA
ARTHUR R.FILHO	1º H	PROXIMO DE CASA
ASSIS PONTEL JUNIOR	8º G	SEM MOTIVO
	1º H	PROXIMO DE CASA

NOME	TURMA	POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
BIANCA LEITE	2º A	CURSO DESEJADO
CAMILLA N.RAMOS	1º H	DESDE O PRE QUE ESTUDO AQUI
CARLA FERNANDA FURTADO	2º A	POR TER CURSO DESEJADO
CARLOS CASSEMIRO GRAMS	1º E	FOI O UNICO QUE CONSEGUI VAGA
CAROLINA TELES DA CUNHA	8º G	CONHEC.PELO NIVEL DE ENSINO
CAROLINE LEHMKULL	2º C	POR CONVENIENCIA AMIZADES
CHARLES C.VIEIRA	8º G	POR NAO TER 8ª NA OUTRA ESCOLA
CHRISTIANE CASSIA PEIXOTO	1º E	NAO
CLARISSE DA LUZ NASCIMENTO	2º C	PREPARO DE VESTIBULAR
CLAUDIA A.DOMINGOS	2º A	POR TER CURSO DE BANCARIO
CLAUDIA MARA DA SILVA	1º C	ESTUDO MAIS INDEPENDENTE
CLAUDIA MARA DE SOUZA	3º A	PELO CURSO
CLAUDIA MARA OLIVEIRA ROSA	1º G	PROXIMO E BOA FAMA
CLAUDIA MARTINS	1º E	FOI O 1º QUE CONSEGUI VAGA
CLAUDIANE A.DUARTE	1º C	CONFIEI E PERMANECE O TRABALHO
CLAUDIO ROBERTO COSTA	1º D	FICAR SEM ESTUDAR NAO PODIA
CLEIA MARIA CIDADE	3º CB	ERA O MELHOR DO ESTREITO
CLOVIS DRAPRINEHINSKI	3º A	PELO CURSO
CRISTIAN FERNANDES	3º C	PORQUE SIM
CRISTIANE HILDA MARTINS	1º D	BOM
CRISTIANE QUIMELLI	3º A	PERTO DE CASA E A NOITE
CRISTIANO GOULART MONDADORI	2º C	UNICO DISPONIVEL
CRISTINA LENITA RODAO	2º A	PELO CURSO DE BANCARIO
CRISTINA MARA SCHUBERT	2º C	UNICO COLEGIO PUBLICO COM VAGA
CRISTINE DA ROCHA	3º A	PELO CURSO
DANIEL CESAR DRESSLER	1º G	E O MELHOR
DANIEL SELL MACIEL	1º E	POR QUE OS PARTIC. ESTAO ASSALTO
DANIELA FERNANDES	1º H	GOSTARIA DE ESTUDAR NO CARS
DANIELA REGINA LINHARES	2º C	PARA CONCLUIR 2º GRAU
DANIELA TEIXEIRA CHAVES	1º E	ERA BOM COLEGIO C/BOM ENSINO
DEBORA CRISTINA CRUZ	1º E	JA TENHO 2 IRMAOS LA
DEBORA DE SOUZA	1º H	BOM COLEGIO
DEBORA FERNANDES	3ª A	PELO CURSO
DEBORA MACHADO	2ª A	GOSTO DE ESTUDAR NESTE COLEGIO
DEBORA RAMOS DI BERNARDI	1º I	PROXIMO CASA
DEBORA TEIXEIRA	1º C	PROXIMO DA MINHA CASA
DEISE DE MELLO	3º CB	IMAGINEI SER BOM COLEGIO
DEISE LUCIA ROVIRE	1º E	SEMPRE QUIS ESTUDAR AQUI
DEISE MIRIAM PEDRA	3º A	PELO CURSO BANCARIO
DILCIANO JOSE SCHMITT	3º C	NO COLE.ANTERIOR NAO TINHA 2ºGRA
DIOPENES RICARDO DA SILVA	1º E	E MAIS PERTO E QUERO FAZER ADMIN
DIOGO ANDRE BUNN E FARIA	1º E	PORQUE EU ACHO LEGAL
DISMAEL SAGAS	1º H	PELO CURSO PREFERIDO
EDNA ELZA VIEIRA	3º A	O CURSO ME INTERESSOU
EDNA REGINA KOSTETZER	2º C	MAIS ADEQUADO E CURSO DESEJADO
EDUARDO GERBER	2º A	ACHAVA QUE ERA O MELHOR
EDUARDO R.SERAFIM	3º A	CURSO DE BANCARIO
ELAINE CORREA DA SILVA	3º C	MINHA MAE ME COLOCOU AQUI
ELAINE CRISTINA DA SILVA	2º A	NAO FOI EU QUE ESCOLHI
ELAINE CRISTINA DE ANDRADE	1º E	PORQUE FOI ONDE CONSEGUI VAGA
ELAINE CRISTINA DE SOUZA	1º E	PORQUE ME MUDEI PARA O ESTREITO
ELAINE CRISTINA FIGUEIREDO	1º E	JA ESTUDAVA NO C.A.R.S.
ELAINE DE MELO	3º CB	PENSEI QUE FOSSE BOM COLEGIO
ELAINE LOPES	1º E	PROXIMO CASA E GOSTO DELE
ELAINE PINHEIRO	1º E	PRETENDO FAZER ADMIN/CONTABEIS

OME	TURMA POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
LIGIANE ELIANE DA SILVA	1º I ERA MAIS ADEQUADO, ENSINO MELHOR
LIZA LOBO	1º H ACHAVA MELHOR AGORA NAO
LIZABETE WATERKEMPER	3º A LOCALIZAR-SE PERTO DE CASA
LIZANDRA KRZYZANAWSHI	1º E ONDE ESTUDAVA NAO TINHA 2º GRAU
LIZANGELA GRANDI	3º CB PENSEI QUE FOSSE BOM COLEGIO!
RLLECHON AMILTON CABRAL	3º CB MAIS BARATO
WANDRO DE LIMA	1º E PERTO DO SERVICO
WANDRO JOSE SABINO	1º C BONS CURSOS
WANILDA A.VIEIRA	1º H NAO
ABIANA BARBOSA	1º D INFLUENCIAS DE AMIGOS
ABIANA DE SOUZA	1º H ESTUDAR A NOITE
ABIANA ROSA	3º A QUERIA FAZER O CURSO
ABIANA Y.MORIGUCHI COSTA	3º C COLEGIO BOM E MAIS EM CONTA
ABIANO EMYDIO DA SILVA	1º I PROXIMO CASA, TER AULA A NOITE
ABIANO GODINHO	2º A MINHA MAE TRABALHA NO CARS
ABIANO MARCELINO	8º G MENSALIDAD EBARATA
ABIANO RAMOS	1º H ESCOLA ESTADUAL
ABIO EDUARDO DA SILVA	1º C BOM COLEGIO E MAIS BARATO
ABIO MARTINS	8º G PROXIMO DE CASA/MELHOR L.MILLER
ABIO MORIGUCHI COSTA	1º E PROXIMO DA RESIDENCIA
ABIOLA SCHMITT	2º C MENSALIDADE BAIXA E PROXIMO CASA
ABRICIA DENISE QUINT	1º I NO ANTERIOR NAO TINHA O GINASIAL
ABRICIO TEOFILO KINDERMANN	1º E OFERECIA VAGA
ERNANDA CAMPOS	1º C OFERECE CURSOS MELHORES
ERNANDA DA SILVA FIGUEIREDO	1º H PROXIMO DE CASA
ERNANDA MAGALI DE SOUZA	2º C UM BOM ENSINO EDUCACIONAL
ERNANDA PURIFICACAO	1º H PROXIMO DE CASA
ERNANDO DE SOUZA	1º D PARA OBTER MELHOR ESTUDOS
ERNANDO FERNANDES	1º G EU GOSTO DO COLEGIO
ERNANDO LETICIA DA SILVEIRA	1º H PROXIMO DE CASA
LAVIA DE SOUZA	1º C NA EPOCA OFERECIA BOM ENSINAMENT
LAVIA DOS SANTOS	1º H CONSEGUI A VAGA
LAVIA RODRIGUES NAPOLIAO	1º H MORO PERTO COLEGIO
LAVIA SILVA	2º A PELO FATO IRMAOS JA ESTUDAREM
RANK NORDER	3º C INFLUENCIAS
ABRIELA BUNN SANTOS	1º E PORQ ERA O MELHOR DEPOIS DO IEE
ABRIELA DE SOUZA KNAKKEN	2º C PROXIMO DE CASA
ERLI L.DUARTE	8º G BOM ENSINO
ILMAR GONCALVES	1º E E MUITO BOM, CURSOS SAO BONS
ILVAN CESAR RODRIGUES COSTA	2º C QUIS MUDAR DE COLEGIO
IOVANE MICHEL	3º C PROXIMO DE CASA
ISELE CARVALHO DE FARIA	1º C UM DOS MELHORES COLEGIOS DO ESTD
ISELE CRISTINA DE MELO	8º G OPTEI PELO MELHOR E OFER.VAGA
ISELLI CRISTINA SANTIAGO	3º C BOM NIVEL DE ENSINO
ISELLI DENIZE DA SILVA	1º D MEUS COLEGAS ESTUDAM AQUI
ISELLY REGINA OLIVEIRA	3º CB INDICACAO DE UM BOM COLEGIO
ISLAINE CRISTINA MOREIRA	1º I OTIMO COLEGIO:
RAZIELA A DA CUNHA	2º A POR TER O CURSO TEC.SERV.BANCARI
RAZIELA E.DA SILVA	3º A PROXIMO E PELO CURSO
RAZIELA JACQUES	2º C TIVE QUE VIR NA MARRA
RAZIELA MARIA LEMOS	3º A OPTEI PELO CURSO
RAZIELI DE SOUZA	2º A POR TER O CURSO DESEJADO
REICY MERY OLIVEIRA	3º CB NA EPOC.FESC ERA MELHOR\ESPERANC
EDIO LEANDRO MERIZE	2º C MEUS PAIS ME COLOCARAM AQUI
IEVERTON LUIZ SEWOLD	1º E PARA TERMINAR OS ESTUDOS

OME
ILDA CAROLINA FEIJO
DIONEI MANOEL RODRIGUES
EDA SUANE KOSTETZER
RATANIA A.SILVA GONZAGA
TAMAR ADEMIR DE CAMPOS
VONI PEREIRA
ACKSON LUIZ VIEIRA
ADSON RODRIGO LEITE
AILSON JOSE DA SILVA
AIR DA SILVA JUNIOR
AISSON DA SILVA
AN FABRICIO KOERICH
ANAINA GOETH
ANAINA REGINA DE MELO
ANDERSON LUIZ PEREIRA
ANE ADALETE MELO
ANICE JUNKES
ANICE VIEIRA
ANILSON DOS ANJOS
AQUELINE DA S. PEREIRA
ARDEL J.SIMAO
EAN CARLOS SCHAPPO
EAN MACHADO
OAO RODRIGO FRANZ
OEL GOULART MARIA
OELSON WEBER
OHN PIERRI DE ALMEIDA
ORGE JOAO DE SOUZA
ORGE LUIZ HINCKEL
ORGE WERNER
OSE ERMINDO DA SILVA JUNIOR
OSE TIBURCIO DA SILVA NETO
OSEANE D.MARCHI
OSETTE MULLER
OSIANE DA SILVA
OSIANE KATIUSI BECCARI
OSIANE KONS
OSIANE MARIA COELHO
OSIANE MOREIRA
OSINEIDE GUESSER
OYCE ECHELI
UCELIA S.GONCALVES
ULIANA G.SILVA AGUIAR
ULIANO SESSIN HACKMANN
ULLIANA RIBEIRO DA CUNHA
ALLY CRISTINA DALLAGNELO
AREM REGINA KIRCHOL
ARINA ROSA RAMOS
ARLA AMORIM
ATIA REGINA MAFRA
ATIA BRAGA
ATIA REGINA CRISPIN
ATIA REGINA SILVEIRA
KELI VIVIAN BRINEL
KELLY KRISTINE MARTINS

TURMA POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
1º G PROXIMO CASA,INDICADO COMO BOM
1º C PAGO MENOS
2º C TEM O CURSO QUE DESEJO FAZER
2ª A O MELHOR
1º D MELHOR NOS ESTUDOS
1º E QUERIA FAZER O ANO LETIVO
3º A INDIC.DE BOM COLEGIO/MAS NAO E
1º E IDENTIFICACAO C/MANEIRA ESTUDANT
3ª A POR APRESENTAR BONS CURSOS
1º F PORQUE SEMPRE QUIS ESTUDAR CARS
1º E PARA FAZER PROC.DADOS
1º E PROXIMO A RESIDENCIA
1º E PROXIMO CASA
2º A POR TER O CURSO DE BANCARIO
3º A INTERESSE PELO CURSO
1º E O UNICO QUE TEM O CURSO Q. QUERO
3º CB ME INDICARAM E PROXIMO DE CASA
3º A PELO CURSO TECNICO
2º A PELOS CURSOS PROFISSIOANALIZANTE
1º E NAO PREENCHEU
1º G PENSEI QUE FOSSE BOM MAS NAO E
3º CB ACHAVA QUE ERA O MELHOR
2º C UM DOS MELHORES DE FPOLIS
3º CB JA FOI UM BOM COLEGIO
3º A PROXIMO DA CASA
2º C NAO TIVE OUTRA ESCOLHA
3º CB E BARATO
3º A PELO CURSO
2º C ANTERIOR ERA CARO
1º F O QUE OFERECIA VAGA
2º A TER CURSO DE BANCARIO
1º F O IRMAO ESTUDA NO C.A.R.S
1º C POR SER OTIMO
3º CB PERTO DE CASA E BOM COLEGIO
3º A PELO CURSO
1ª F ESTUDO MAIS APERFEICOADO/FORTE
1º E COLEGIO EXCELENTE, C/VARIOS CURS
1º G E BOM DE ESTUDAR
8ª G MENSALIDADE BARATA E E BOM
1º E A FAMILIA ACHA OTIMO O COLEGIO
3º A PROXIMO DE CASA
1º D AQUI TEM CURSO QUE DESEJO FAZER
1º D UNICO QUE TINHA VAGA
1 F REFERENCIAS BOAS A RESPEITO
1º F BOM COLEGIO E QUERO FAZER BANCA
3º A PELO CURSO
1º D TIREI NO PALITO
8º G FAMILIA
1º G NAO SEI
1º G PROXIMO CASA
1º D PROXIMO DE CASA
1ª F BOM COLEGIO
3º A ESCOLHA PELO CURSO BANCARIO
2º A POR SER COLEGIO PUBLICO E VAGA
3º A ACESSO E MENSALIDADE

ME
LILLY RACHADEL CALDEIRA
PHY MARENA REINALDO
TRYN FABIANA CIDADE
EBER ALEXANDRE DUARTE
EBER SCHMIDT DA COSTA
IZE TAMARA DAS NEVES
URA REGINA FERNANDES LIMA
ILA SA SILVA VALERIO
ILE PLARES DA ROSA
NOIR DE LOURDES SCHAPPO
ONARDO DOMINGOS
VERSON TEIXEIRA DE SOUZA
LIAN MONGUELHOTT
LIANA FREITAS
SANDRA DA SILVA
SLAINE PEREIRA DUARTE
CIANA DO NASCIMENTO SILVEIRA
CIANA DUARTE
CIANA LOCATELLI FLORES
CIANE M^a DE ANDRADE
CIANO DOS SANTOS
CIANO O.DE SOUZA
CIANO W.BOSA
IZ ADOLFO DURANTE
IZ ANTONIO WAGNER
IZ CARLOS KELN
IZ DUTRA
IZ FERNANDO ALVES
DE LURDES S.HEIDERSCHIEDT
ICON MARANGONI
RCELO CARLOS SANTOS
RCELO DAMAZIO JAQUES
RCELO DE SOUZA
RCELO K.TEIXEIRA
RCELO L.ALEXANDRE
RCELO PORTO SCHMIDT
RCELO SCHMIDT DA COSTA

TURMA POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
1^a F O PRIMEIRO QUE APARECEU
2^o A PARA FAZER 2^o GRAU
3^o CB PENSEI QUE FOSSE BOM
3^o C MEU PAI QUE ESCOLHEU
8^o G COMENTARIOS DE BOM COLEGIO
8^a G PROXIMO DE CASA
2^o A NAO FOI EU QUE ESCOLHEU
3^o CB JA FOI BOM HOJE NAO A MESMA COIS
8^o G INICIEI OS ESTUDOS AQUI
3^o A DESENVOLVER CURSO TECNICO
1^o F NAO TINHA VAGA EM OUTRO
3^o C MINHA MAE QUE PROVIDENCIOU
8^a G ERA MELHOR EM APRENDIZAGEM
3^o A UNICO POSSUI CURSO TEC.BANCARIO
3^o CB PERTO DE CASA E PENSEI ERA BOM
1^o F FACIL ASCESSO
1^o E ADERBAL E MAIS BARATO
2^a A TINHA O CURSO QUE PRETEND.FAZER
2^o C UNICO ENSINO PUBLICO COM VAGA
3^o A PELO CURSO
3^o A POR SER BEM CONCEITUADO
1^o H PROXIMO DE CASA
2^o C UNICO QUE TINHA VAGA
1^o H PROXIMO DE CASA
1^o H MEUS PAIS ME MATRICULARAM
3^o A PELO CURSO
8^a G POR TER AULA A NOITE
1^o H BOM ENSINO
1^o F MELHORES COLEGIOS DE FPOLIS
1^o H BOAS INFORMACOES
3^o C JA ESTUDEI AQUI
1^o D PROXIMO DE CASA (QDO MORAVA AQUI
2^o A POR SUA LOCALIZACAO
1^o H ERA MAIS BARATO
8^o G BOM ESTUDO
3^o CB PROXIMO CASA E FOI UNICA OPCAO

3ª A POSSUI O CURSO QUE DESEJO

ARCELO VOLTOLINE SOUZA	1º I	O ENSINO E MELHOR
ARCIA R. SOUZA PEREIRA	1º I	BOM COLEGIO
ARCIA W. ALVES	1º D	BOA CLASSE
ARCIANO BACK	3º CB	PENSEI QUE FOSSE BOM MAS NAO E
ARCIO ANDRE CUNHA	3º C	FICA PROXIMO TRABALHO
ARCIO ANDRE DEL CASTANHEL	2º A	TRABALHO DIA ESTUDO A NOITE
ARCIO DE LIMA	3º CB	NAO
ARCIO LUIZ DE SOUZA	1º D	INDICACAO
ARCIO ROBERTO DA SILVA	1º G	PROXIMO MINHA CASA
ARCIO RODRIGO RIBEIRO DA CUNHA	1º F	E MAIS ORGANIZADO
ARCIO SIGATTI	1º C	BOM COLEGIO
ARCOS ALEXANDRE SERAPIAO	3º A	PELO BOM ENSINO
ARCOS ANTONIO FAVERO	3º C	RECOMENDACOES DE OUTRAS PESSOAS
ARCOS AURELIO DOS PASSOS	1º F	MELHOR DA REGIAO
ARCOS AURELIO KOSOSKI	3º C	MELHOR LOCALIZACAO PARA MIM
ARCOS PAULO M. COUTO	1º G	DEVIDO AO RECURSO
ARCOS ROBERTO DE CAMARGO	1º F	DIZEM QUE O ENSINO E OTIMO.
ARCOS ROBERTO SCHMITT	3º A	NA EPOCA ERA O MELHOR

ME	TURMA	POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
ARCUS FERNANDO DA SILVA	3º CB	PERTO DE CASA
ARIA HELENA DE SIMAS	1º C	OFERECE BONS CURSOS
ARILENE PRATES DE SOUZA	1º F	MELHOR ESCOLA PUBLICA
ARIO CESAR CABRAL	2º C	POR CONVENIENCIA E SIMPATIA
ARLON MERIZI	2º A	FICA PROX.CASA E PAI TRAB. AQUI
ARLON SOUZA	1º C	NO ANTERIOR NAO HAVIA 2º
ATHEUS CORDEIRO CARDOSO	1º H	NAO SEI
AURICIO FELIPE	1º H	PROXIMO CASA
AURICIO LEMOS NUNES	3º A	PELO CURSO
AURICIO MACHADO	1º I	COLEGIO PARTICULAR ESTA CARO.
AURILIO CALIXTO LIMA	1º D	NAO
AURO ULYSSES DOS SANTOS	8º G	NAO
AXIMILIANO EDUARDO RESENDE	1º C	BEM CONCEITUADO
AYKELL EVANDRO MACHADO	1º C	NA EPOCA ERA BOM
AYCHEL LEANDRO MACHADO	1º F	E UM COLEGIO MUITO ESFORCADO
AYCHELI MARA DA SILVA	3º CB	PELAS CONDICOES FINANCEIRAS
AYCHELLE RAMOS	1º G	MEUS PAIS ESCOLHERAM
AYCHELLI SABINO	1º F	PERTO DA MINHA CASA
AYLENA MARIA GONCALVES	2º C	PROXIMO CASA
AYLIANE DE MELO	1º C	PELO CURSO DE BANCARIO
AYLTON ZANINI Jr	1º G	COLEGIO PUBLICO
AYRIAM TZELIKIS	1º D	PROXIMO DE CASA E CONCEITUADO
AYRIAN FRANCISCO	1º F	DERAM-ME BOAS REFERENCIAS
AYRICA BITTENCOURT	1º F	FAMA DE BOM E PERTO DE CASA
AYRICA MORAES	1º F	ESCOLA MAIS BARATA E PROX.CASA
AYRELLI NEIS LUIZ	1º F	BEM CONCEITUADO
AYRHARAVAN LUIZ FERREIRA	3º A	PELO CURSO DE PROC.DADOS
AYRTALIE GONDOLFI PERES	1º I	DO ANTERIOR FUI TRANSF.CARS
AYRZARE I. DA ROSA	1º C	MUITO BOM EM TERMOS DE ENSINO
AYRERIA MARA VENANCIO	1º H	BOM COLEGIO
AYRILCECLEIA NUNES DOS SANTOS	1º D	COLEGIO BOM ADMINISTRADO
AYRARA CIRANA BERRIDA	1º F	INDICACAO E PROXIMO RESIDENCIA
AYRSMAR GUESSER	1º F	ACHO UM BOM COLEGIO
AYRAVINO DA SILVA JUNIOR	2º A	POR SER BOM COLEGIO
AYRABLO GILBERTO M. SOUZA	1º I	OTIMO CENTRO EDUCACIONAL
AYRATRICIA ALVES DE SOUZA	1º C	NAO SEI.
AYRATRICIA KINGEKI PACHECO	8º G	NAO TIVE OUTRA ESCOLHA
AYRATRICIA MATTOS	1º F	OFERECE CURSOS E PERTO DE CASA
AYRATRICIA OLIVEIRA DE ALMEIDA	3º C	PROXIMO DE CASA
AYRATRICIA RAMOS	8º G	BOM COLEGIO E PROFESSORES
AYRATRICIA ROSA DE OLIVEIRA	3º A	PELO CURSO
AYRATRICIO SUZANI ZONNER	3º CB	MAIS BARATO
AYRATRICK DAUSSEN	1º I	OFERECIA BOAS CONDICOES ESTUDO
AYRATRICK M. ROSA	1º I	BOA QUALIDADE ENSINO
AYRAULA ELENA LOPES TORRES	1º H	BOM COLEGIO
AYRAULA SILVANA C.COSTES	2º A	CURSO DESEJADO
AYRAULINO L.ROLDAO	8º G	ENSINO BOM, MAS MUITOS N.APROVEI
AYRAULO DOUGLAS CORREA	1º I	ACONSELHARAM QUE ERA OTIMO COL.
AYRAULO ROBERTO MARCELINO	1º F	FAZER CURSO DE PROC.DADOS
AYRAULO ROBERTO MARCELINO	1º F	FAZER CURSO COMPUTACAO
AYRERCIO LARBO DA LUZ	2º C	INICIE NO PRE
AYRERISCILA MACHADO PEREIRA	1º D	INDICACAO DE BOM COLEGIO
AYRAFAEL MADEIRA DA COSTA	2º C	MORO PROXIMO AO COLEGIO
AYRANGEL MELO	1º I	UNICO QUE CONSEGUIU VAGA.
AYREGIANE AMARAL	1º F	PARECIA MAIS VIAVEL COM 2º GRAU

NOME	TURMA	POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
REINANDO C.DE AZEVEDO JR.	1º H	NA EPOCA FALARAM BEM DO COLEGIO
REJANE DA GLORIA MARTINS	3º CB	ACHEI QUE FOSSE BOM COLEGIO
RENATA CHRISTIANE ROSENAU	1º G	MAIS BARATO
RENATA DA SILVA	1º C	MEUS PAIS ACHARAM MELHOR
RENATA SORAIA DA SILVEIRA	1º H	PROXIMO DE CASA
RENATO DE OLIVEIRA	1º G	PORQUE E O MELHOR
RENATO DOS PASSOS ROSA	3º A	PELO CURSO
RICARDO BORNHAUGEM	1º G	DEVIDO AS AMIZADES
RICARDO FABIANO DUARTE	1º I	PELO ENSINO E PELAS AMIZADES
RICARDO RAMOS	3º A	QUESTAO MATERNAL E PATERNAL
RITA DE CASSIA CAMARGO	1º G	MELHOR E PROXIMO
ROBERTA DE SOUZA	1º I	FALTA DE VAGAS, SORTEADA P/CARS.
ROBERTA PEREIRA BORGES	1º F	TODOS DIZIAM QUE ERA BOM
ROBERTO A.SPRADA	1º F	MELHOR LOCALIDADE
ROBERTO MORITZ	3º A	PELO CURSO E PELA MENSALIDADE
ROBERTO PERES GOULART	3º A	PELO CURSO
ROBISSON ANTONIO TELES	1º G	NAO PODIA ESTUDAR ESCOLAR ANTERI
RODRIGO B.SOUZA	3º CB	POR QUE EU GOSTO
RODRIGO CUNHA	2º A	A MAE QUE ESCOLHEU
RODRIGO DA S.PORTO	1º I	A OPCAO NAO FOI MINHA
RODRIGO MAURICIO COLLACO BARRETO	1º E	PORQUE E PERTO DE CASA
RODRIGO NASCIMENTO CASTRO	1º C	A SITUACAO CATARINENSE
RODRIGO PACHECO CORDOVA	1º G	MELHOR COLEGIO ESTAD.REDONDEZA
RODRIGO PEREIRA BORGES	1º F	PROFESSORES COMPETENTES
RODRIGO R.HARSEN SCHAPPO	1º F	UNICA ESCOLA DISPONIVEL
RODRIGO SOARES ALVES	1º E	ACHO LEGAL E PORQUE GOSTO
RODRIGO VOSS ROSA	1º F	NAO FUI EU, FOI MINHA MAE
ROGGERS JOSE DE MELLO	2º C	ACHEI QUE ERA ORGANIZADO
ROSA DENIZE L.FARIAS	8º G	INFORMACOES DE UM BOM COLEGIO
ROSANA PEREIRA DA SILVA	1º C	TEM O CURSO QUE DESEJO FAZER
ROSANGELA SIEGEL	3º A	MENSALIDADES MAIS BAIXAS
ROSIANE VIEIRA	3º CB	ACHO UM DOS MELHORES COL.ESTADO
ROSINEI JOSE CIPRINI	2º A	CONSEGUI A VAGA
RUTE JONCK	3º A	PELO CURSO MAIS ME DECEPCIONEI
SAMUEL NATHAN LEVY	1º G	FOI AQUI QUE MEU SOGRO ARRUMOU
SANDERSON A.DE JESUS	3º A	INDICACAO
SANDRA AZEVEDO	1º C	PROXIMO CASA
SANDRA INES SANGALETTI	3º A	CONSIDERADO MELHOR QUE OS DEMAIS
SANDRA T.MOTA	1º G	PROXIMO CASA E BOM
SANDRO LUIZ DE ALCANTARA	3º A	NO COL.ANTERIOR NAO TINHA CURSOS
SANDRO RIBEIRO	1º G	MAIS PERTO DA RESIDENCIA
SARA CRISTINA BASCA	1º H	DECIDI IR PARA O CARS
SAYONARA SILVA RAMOS	2º A	MELHOR PARA CURSAR 2º GRAU
SCHEILA DOS SANTOS	1º I	BOM COLEGIO
SCHELLI SANTOS	1º F	OFERTA CURSOS FACIL APRENDIZAGEM
SERGIO LUIS PERES JUNIOR	1º I	OFERECE VARIOS CURSOS
SERGIO R.SILVEIRA	3º A	ENTRE OS PESQUISADOS O MELHOR
SHEILA APARECIDA GOMES DA SILVA	1º I	PROXIMO CASA
SHEILA HELENA DE OLIVEIRA	8º G	COLEGIO BOM E PROF.OTIMOS
SHIRLEY ALESSANDRA LUZ	3º A	EM RELACAO AOS OUTROS E MELHOR
SIDNEY DA CUNHA	1º C	UNICO QUE TINHA VAGA
SILENE PINHO	1º H	MEUS PAIS QUE DECIDIRAM
SILVANA BOELL NUNES.H	1º H	BOAS INFORMACOES E CURSOS TECNIC
SILVANA SIMAS	3º C	BOM COLEGIO
SILVIA MARIA DA SILVA	3º A	DESENVOLVER CURSO TECNICO

NOME	TURMA	POR QUE ESCOLHEU O C.A.R.S.?
SIMONE A.PEREIRA	3º A	PELO CURSO
SIMONE CRISTINA DE SOUZA	2º A	POR TER O CURSO DE BANCARIO
SIMONE GODINHO	1º I	MINHA GALERA ESTUDA AQUI.
SIMONE M.B.DA SILVA	2º C	PROXIMO DE CASA
SIMONE MARIA DA SILVA	1º G	PORQUE ERA BOM COLEGIO, PROXIMO
SIMONE VIEIRA	1º G	CONSEGUI MATRICULA
SIMONI LEITE	3º A	PELO CURSO DESEJADO
SIRLENE MARLENE PEREIRA	1º G	O CURSO DESEJADO TEM NO C.A.R.S
SOLANGE N.BORGUESAN	1º C	POR SER UM BOM COLEGIO
SONIA CRISTINA DA SILVA	1º G	PROXIMO DE CASA E MUITO BOM
FAIS BERTO DE OLIVEIRA	1º I	APROPRIADA E MELHOR NA MINH.OPIN
TANIA S.DO NASCIMENTO	1º H	BEM CONCEITUADO
TATIANA AVILA	1º D	PELO CURSO TECNICO
TATIANA BERNARDI	1º G	O UNICO QUE CONSEGUIU VAGA
TATIANA BERTO DE OLIVEIRA	1º I	COLEGIO COM ENSINO PERFEITO
TATIANA CARDOSO	1º I	BOM COLEGIO PRECISA MELHORAS
TATIANA COSTA	3º CB	DA PARA VIR A PE
TATIANA HEIMEN SERAFIM	2º C	PROXIMO DE CASA
TATIANA LAUTERT	1º H	MEUS PAIS ME COLOCARAM AQUI
TATIANA MACHADO COSTELA	1º H	O COLEGIO ANTERIOR PROPORCIONOU
TATIANA PEREIRA ROSA	2º C	CONSEGUI VAGA
TATIANA SILVA RACHADEL	2º A	NAO
TATIANA SPINOSA	1º G	E BOM DE SE ESTUDAR
TATIANE B.MELLO	1º H	MEUS PAIS ME MATRICULARAM
TATIANE DE SOUZA FELISBINO	8º G	PELO FATO DA GARANTIA DA VG P/1º
TATIANE MARIA DE LIMA	3º A	PORQUE O COLEGIO OFERECIA CURSO
TATIANI A.DA SILVA	1º H	NA EPOCA ERA BOM
TEJARE RAMOS FRANCA	1º G	GOSTO DO COLEGIO
THAIS HELENA M.DA SILVA	8º G	PROXIMO CASA
THATIANE CHRISTINE M.DE OLIVEIRA	2º A	FOI O QUE APARECEU
TONE ANGELO GONCALVES	3º CB	INDEFINIDOS
TONY PEREIRA	3º A	PELO CURSO
VALDECI MANOEL FERREIRA	3º A	BOAS INDICACOES E POR TER ESTAGI
VALERIA MARIA VIEIRA	1º G	POR NAO ACHAR VAGA EM OUTRO
VANIA CARLA FLORIANO	1º I	COLEGIO PART.CARO, UNICO C/VAGA.
VERIANE PEREIRA DE CASSIO	1º G	CONSEGUI MATRICULA
VIVIANA SIMARA FRANZ	3º CB	A MINHA TURMA VEIO PARA CA
VIVIANE COELHO	1º I	PORQUE ERA UM DOS MELHORES COLE.
WANDIR GOULART JUNIOR	3º A	PERTO DE CASA
WILLIAN CESAR LAUS	3º A	PELO CURSO E PENSEI Q/FOSSE BOM
WILSON C. DE ALMEIDA JUNIOR	1º I	PROXIMO DE CASA
WLADIMIR AUGUSTO A.OLIVEIRA	8º G	FAREI 2º GRAU E PRET ME FORMAR
ZENIR VIEIRA DE SOUZA	3º A	OFERECIA O CURSO DESEJADO

APÊNDICE 03**RESPOSTA DOS ALUNOS A PERGUNTA Nº V DA FICHA DE
IDENTIFICAÇÃO**

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?

1º H CRESCA CADA VEZ MAIS

3º CB LABORATORIOS/VIDEOS/

1º G NAO SEI

1º C QUE VOLTE A SER COMO ANTES

1º H BOM NIVEL DE APRENDIZAGEM P/VEST

1º G MAIS SALA DE AULA E QUADRAS

3º A MELHORAR NIVEL EDUCACIONAL

1º G QUE SEJA BOM P/COMPETIR C/OS OUT

1º I NAO

3º A UMA GRANDE REVIRAVOLTA

1º G ENSINO DE BOM NIVEL

1º I TOMAR PROVIDENCIAS SOBRE BAGUNCA

1º F PASSAR DE ANO

1º F UMA BOA EXPERIENCIA

3º A UM BOM ENSINO

3º A MELHORAS NIVEL EDUCACIONAL

1º G BOM DESEMPENHO: PROF E DIRECAO

3º CB NADA ESTE E ULTIMO ANO QUE EST.

2º A QUE VOLTE A SER COMO NO PASSADO

1º I QUE MELHORE COM PASSAR TEMPO

1º E QUE ELE MUDE PARA MELHOR

1º C MELHORE MUITO

1º G GOSTO DE ESTUDAR AQUI E BOM COLE

1º F FORMAR JOVENS CAPAZES P/COMPETIR

1º F UMA GRANDE MELHORA

1º E BOM APROVEITAMENTO

1º F QUE ME ENSINE CADA VEZ MAIS

2º C MAIS ORGANIZACAO

8º G CONSIGA ME FORMAR EM UMA PROFISS

1º C BOM APROVEITAMENTO DOS ESTUDOS

3º A UM LUGAR LEGAL

3º CB MELHORE MAIS NO ENSINO

2º A QUE MELHORE

3º A UM LUGAR GOSTOSO PARA SE ESTUDAR

1º G ENSINO BOM, PARA FAZER VESTIBA

3º A MELHORAS

1º C MELHOR DA PRESENCA PROFESSOR

3º A NAO SEI BEM O QUE ESPERAR DELE

1º G CONTINUE COM BOM ENSINO

3º A UMA MARAVILHA

1º G BOM RELACIONAMENTO ALUNO/PROFES.

1º H ALGUMAS MELHORAS

2º A BOM DESEMPENHO

1º I NAO

1º F MUITAS COISAS

1º I MUITAS MELHORAS

3º A ~~ALGUMA-COISA-~~

1º I NADA

8º G UM COLEGIO COM BOM ENSINO

3º A BOM ENSINO

1º C ATENCAO NOS ALUNOS

1º H QUE MELHORE

1º H MELHORAS NO ENSINO (MATEMATICA P

3º C MUITA COISA QUE ELE NAO TEM

3º A MELHORA DO PROFºS E DIRECAO ENSI

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?

3º CB ESPERO QUE SEJA UM DOS MELHORES

1º C MELHORE ORGANIZ.QUE REVOLTA ALUN

1º F NAO PREENCHEU

2º C INFORMACOES CULTURAIS ATRACOES

2º A NOVAS ATIVIDADES PARA MELHORAR

1º C PROFº N/TRAGA PROBL.DE CASA

1º H MUITAS MELHORAS

1º H NADA

3º A ESPERO QUE MELHORE

1º I SOMENTE SE FORMAR NO 2º GRAU

1º D MELHORAS

8º G POLICIAMENTO PONTOS DE ONIBUS

1º C APRENDER PARA SAIR DAQUEI C/EMPR

1º C NAO

1º F CAMPEONATOS

3º CB ALGUMAS MELHORIAS

1º G SEMPRE ESPEREI ALGO, SO MUD.PROF

1º F NAO PREENCHEU

2º C NAO

1º C QUE MELHORE MAIS

1º G QUE PASSE DE ANO

1º D MELHORAS

1º F QUE AUMENTE O MEU CONHECIMENTO

1º F QUE TENHAM RESPEITO ENTRE TODOS

1º F UMA BOA EDUCACAO

1º F PROPOSTA DE MELHOR ESTUDO

3º A UMA BOA BASE PARA O FUTURO

1º I QUE CADA VEZ MELHORE MAIS.

1º C CONINUE SENDO UM BOM COLEGIO

1º H COLEGIO EXEMPLAR

1º D MELHORAS

1º F QUE SEJA BOM COMO A INDICACAO

1º F UM BOM COLEGIO

2º A RECEBA BOM CONHECIMENTO

1º I LEI MAIS RIGIDA.

1º C NAO

8º G ENSINO MAIS ATUALIZADO

1º F APRENDER

3º C QUE SEJA MAIS ORGANIZADO

8º G BOM ENSINO

3º A MELHORAS NO ENSINO

3º CB USAR O GINASIO PARA SHOWS

1º I MELHORE A QUALID.E ATENCAO ESPOR

1º I MAIS RESPONSABILIDADE PROFºS.

1º H MAIS ORGANIZACAO

2º A NAO

8º G S/GREVES QUE SO PREJUDICAM O ALU

1º I MAIS ORDEM, PORT.E PROF. GROSSOS

1º F QUE ENSINE

1º F ENSINE MUITAS COISAS

2º C MORALIZACAO E NAO POLITIZACAO

1º D MELHORAS

2º C DECENCIA E ACERTOS NA DIRECAO

1º I MUITAS MELHORAS

1º F UM BOM ESTUDO E FORMACAO

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?
 1ª F QUE O NIVEL DE ENSINO CRESCA
 2ª A BOM DESEMPENHO
 3ª CB GINACANAS ESPORTIVAS /CULTURAIIS
 3ª C MELHORAS NO ENSINO
 8ª G QUE SEJA TAO BOM QTO FALAM
 8ª G PAREM AS GREVES
 2ª A MELHORAS POIS ESTA MUITO RUIM
 3ª CB MELHORAS
 8ª G SEM GREVE/ESTUD.SEJA COMO ANTIGA
 3ª A MELHORA DOS PROFESSORES
 1ª F UM BOM ENSINO
 3ª C TOTAL RECUPERACAO
 8ª G MELHORE O ENSINO
 3ª A PROPORCIONEI BOM CURSO TECNICO
 3ª CB MAIS ORGANIZACAO E RESPEITOS ALU
 1ª F ENSINO
 1ª E PROF.C/ VONTADE DE DAR AULA
 2ª A MELHORE
 2ª C NAO
 3ª A A SITUACAO E CRITICA:MELHORAS
 3ª A SAIR DAQUI FORMADO
 1ª H QUE SEJA ESCOLA MODELO DE SC
 2ª C MELHORAS NO ENSINO
 1ª H QUE SEJA OTIMO
 1ª H MAIS ENSINO
 3ª A MELHOR ORGANIZACAO E MATERIAIS
 8ª G CONSIGA TERMINAR OS ESTUDOS
 1ª H CONTINUE COMO ESTA
 1ª F MELHORAS
 1ª H MAIS PROFº/SALA AUDIO/SEGURANCA
 3ª C MELHORAS NO ENSINO
 1ª D REFORMAS
 2ª A UM BOM ENSINO
 1ª H NADA
 8ª G SER PROFISSIONAL
 3ª CB MELHORE NOS CURSOS E MAIS CURSOS
 3ª A CONDICoes PARA SER BOM PROFISSIO
 1ª I CRESCA E SE TORNE O MELHOR DE SC
 1ª I BOM ENSINO, PROFºQUALIFICADOS
 1ª D MELHORAS
 3ª CB RECEBER MEU DIPLOMA
 3ª C NAO
 2ª A ME FORMAR NO CURSO ESCOLHIDO
 3ª CB NAO
 1ª D QUE OS PROFº COMPARECAM MAIS
 1ª G PROPORCIONAR COISAS:GINCANA/TEAT
 1ª F CRESCIMENTO
 1ª C MELHORE E PROPORC.MELHOR ENSINO
 3ª A MAIS COMPUTADORES PARA AULA PRAT
 3ª C PREPARA-ME PARA VESTIBULAR
 1ª F CAPACIDADE DE ENSINO
 3ª C SUFICIENTE PARA ME FORMAR
 1ª G MELHORIAS NO ESTUDO
 1ª F MELHORAR A MANEIRA DE ESNINAR
 3ª A ME DE CONDICoes DE TRABALHAR

URMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?
2 G ESPERO RESPEITO DOS FUNCIONARIOS
2 C UM BOM ENSINAMENTO
2 C QUE MELHORE
2 A AJUDE A CRESCER PROFISSIONALMTE
2 D MAIS EDUCACAO
2 E TER MAIS DIREITOS PARA OS ALUNOS
2 A QUE FIQUE BOM
2 E POSSA ME FORMAR NO 2º GRAU
2 A QUE SEJA MAIS ORGANIZADO
2 F QUE MELHORE MUITO MAIS
2 E BOM COLEGIO E APTO F/COMPUTACAO
2 E BOM GRAU DE ENSINO
2 E COLOQUEM LABORAT.E VIDEOS
2 A MELHORE CADA VEZ MAIS
2 A QUE CRESCE
2 E UM OTIMO ENSINO
2 CB MAIS ORDEM NO COLEGIO
2 A BONS ESTAGIOS PARA OS ALUNOS
2 A IMPULSO DA VIDA E ESTUDOS
2 E SEJA BEM ORGANIZADO
2 G ESPERO QUE MUDE! OS PROF.FIS/ING
2 CB BOA EDUCACAO,ESTUDO E RESPEITO
2 C AULAS
2 CB O MELHOR
2 A SEM GREVES POIS QUERO TERM.CURSO
2 C MELHORAS NOS PROXIMOS ANOS
2 CB USAR O GINASIO PARA SHOW
2 A CRESCA E SEJA MELHOR
2 C MELHORAS NA ORGANIZACAO
2 F QUE EU SAIA APTO A CONTINUAR EST
2 A MELHOR COLEGIO E ME FORMAR
2 F UMA GRANDE MELHORA
2 C BOM ENSINO
2 CB MELHORAS
2 A MELHORAS E MAIS MICROS PARA AULA
2 F QUE CONTINUE ASSIM
2 E TENHA BONS PROFESSORES
2 G ALGUMAS MELHORAS
2 G MAIS RECREACOES
2 E SAIR BEM NOS ESTUDOS
2 A MELHORAR O ENSINO
2 D MELHORAS
2 D ESTA BOM E PORTAO ABERTO
2 F QUE SEJA BOM SEGUND AS REFERENC
2 F TRAGA CONHECIMENTOS
2 A MELHORIAS
2 D QUE DEIXEM O PORTAO ABERTO
2 G MELHORE PROFES/ORGANIZ/SEM GREVE
2 G MAIS AUTORIDADE PROFª AOS ALUNOS
2 G MAIS ORGANIZADO/HORAS VGAS LAZER
2 D MELHORA NO TRATAMENTO AOS LAUNOS
2 F BOM NIVEL DE ENSINO
2 A TERMINAR O 2º G.COM BASE P/VESTI
2 A TUDO
2 A MAIS AULAS PRATICAS

TURMA O QUE ESPERA DO COLEGIO?

1º I MAIS RECURSOS PARA NOSSO ENSINO

1º H NAO

3º A ESPERO QUE ELE SE DESENVOLVA

1º E MELHORAS E MAIS ORGANIZADO

3º CB USE MELHOR A MENSALIDADE PGA APP

3º CB MELHORAS NO ENSINO

1º E BOM ESTUDO COMO PRECISO

1º C QUE SEJA BOM COLEGIO

1º H NAO

1º D MAIS DISCIPL ALUN/PROF/DIRECAO

1º H MELHORAS

3º A ESPERO MELHORAS

3º C QUE EVOLUA

1º I MAIS AUTORIDADE:DIRECAO E PROFº

2º A SEJA O MELHOR DO ESTREITO

8º G MAIS REALIZACOES P/RESPONSAVEIS

1º H BOM APRENDIZADO

1º C ACABE C/AUTORITARISMO DO COLEGIO

8º G ESTA BOM ASSIM

1º E BONS PROFESSORES E SEM GREVE

2º C UM BOM NIVEL DE AULA

1º I MELHORAS

1º E ME FORMAR COM BOA BAGAGEM P/FUT

1º C MA ORGANIZACAO REVOLTA OS ALUNOS

1º H UM DESENVOLVIMENTO MELHOR

2º C NAO

1º H GINCANAS E ATIVIDADES DIVERAS

1º D MELHORA NA EDUCACAO

1º G CONTINUE MELHORANDO, INCENT. ESPOR

1º H QUE ME PASSEM PARA O PERIODO VES

1º C MELHORAS NO ENSINAMENTO

1º H MELHORAS NA EDUCACAO E ESTRUTURA

1º H MELHOR DESENVOLVIMENTO

2º A SALAS MAIS CONFORTAVEIS

3º C MELHORIAS ESTA UMA BAGUNCA

1º E NAO FOSSE ESQUEC. E TEN.UM GREM

2º C QUE MELHORE OS ESTUDOS E O COLEG

8º G SER UM BOM PROFISSIONAL

1º E SE TORNE MAIOR

2º C MELHORAS

3º C MELHORAS URGENTES

1º C MELHORE LABORAT.BANH.C/CHUVEIRO

8º G MELHORAS

3º C ORGANIZACAO

1º D NEM SEI

3º CB MELHORAS

~~1º I~~ MELHORAS, ACABE C/DROGADOS NO ARS-

2º A UM FUTURO OTIMO

3º A MELHORA DO ENSINO

2º C TERMINAR O 2º GRAU

3º A BOM APROVEITAMENTO

2º A ME FORMAR

3º CB MELHORAS

2º C ME FORMAR COM BOA APRENDIZAGEM

1º E COMPLETAR MEUS ESTUDOS SEM GREVE

IA O QUE ESPERA DO COLEGIO?
A MELHORAS
I MELHORAS NAS SALAS E NO ENSINO
A APRENDER
E NAO ESPERO NADA
F OFERECA ATIVIDADES DIVERSAS
D QUE MELHORE A QUALIDADE DE ENSIN
E MELHOR ESTRUT.NAS SALAS E ALUNOS
D O MELHOR...
A CORRESPONDA E PROF.MELHOREM
D NAO
A MAIS DESEMPENHO MEU E PROF°S
E APRENDIZADO E SEGURANCA
E MAIS CONSCIENC.PARA OS ALUNOS
C UM GREMIO ESTUDANTIL, MELHORAS
D AUXILIAR OS ALUNOS
CB MAIS RESPEITO COM OS ALUNOS
A QUE MELHORE
C TUDO
D 100% DE MELHORAS
A MELHORE CADA VEZ MAIS
C BOA BASE PARA VESTIBULAR
A PASSAR DE ANO
C MAIS DESEMPENHO EM TUDO
C MELHORAS NO ENSINO OFERECIDO
A PROGRIDA CADA VEZ MAIS
G MUITO ESPORTE
E ESTA NA MEDIA MAS ESPERO MAIS
H MELHORAS
C BOM PREPARO PARA VESTIBULAR
E QUE CUMPRA SEU DEVER: ENSINAR
E UM BOM APRENDIZADO
H UM COLEGIO MELHOR COM MAIS ATIVI
A TER BOM CONTEUDO PARA O FUTURO
A UMA MELHORA NO ENSINO
I SEJA EXEMPLAR ALGUM DIA
C ESTA BOM MAS SE TIVE UM GREMIO
CB COMPETENCIA/RESPONSAB/AMPLIACAO
E ENS. SUFIC. P/PASSAR NO VESTIBA
A BOA FORMACAO NO CURSO TECNICO
C REATIVAR OS LABORATORIOS
E ENSINO BOM SEM GREVE
E ESPERO QUE HAJA LABOR. E COMPUT
H MUITA ATENCAO AOS ALUNOS
A MAIS ORGANIZACAO
C MELHORAS
A MAIS ORGANIZACAO
A QUE O ENSINO ME QUALIFIQUE
C EVOLUCAO
A MELHORAS: PROFESSORES/DIRECAO
E QUE CONTINUE CADA VEZ MELHOR
E NAO TENHO NADA A RECLAMAR
E CAPAZ DE ALCANCAR MEU OBJETIVO
CB MAIOR COMPETENCIA PROF° E ADMINI
E ESCOLA EXEMPLAR
E BOM NIVEL DE PROF. E RESPEITO

MA O QUE ESPERA DO COLEGIO?

D UM COLEGIO SERIO
A MELHORAS
CB USAR GINASIO PARA FAZER SHOWS
C MAIS ORGANIZACAO E MATERIAIS
F ESPERO QUE PROGRIDA
G QUE SEJA UMA BOA ESCOLA
C NIVEL APRENDIZAGEM MELHOR
C ME DE CONDICOES DE FORMAR
A MELHORAS
D MAIS LIBERDADE E RESPEITO
A QUE MELHORE MUITO
E ORDEM
C MAIS LIBERDADE
A ME DE CONDICOES DE SER B/PROFISS
A AMPLIACAO SALAS E MELHORAS ENSIN
CB MAIS ATIVIDADES FORA HORAR.AULA
C MELHORA NO QUADRO DE PROFESSOR
D MELHORAS
E ESCOLA EXEMPLAR
G ESPERO MELHORE ENSINO/SEGUR/ORGA
H MELHORAS
D NADA TA BOM ASSIM
D ME POSSIBILITE PROFISSIONAL FUTU
A BOM ENSINO E CAPACITADO P/MERCAD
A BOM ENSINO
A VOLTE A SER C/ANTES:ORGANIZ/EQUI
C BASTANTE BAGUNCA
G NADA
H MAIS INCENTIVO AOS ESPORTES
C ESPERO ME FORMAR E MELHORAS CARS
C QUE MELHORE PARECE UMA PRISAO
D NADA
A MELHORAS EM ENSINO E PROFESSOR
G COM COLEGIO E FORM.COMPUTACAO
H MELHORAS
I QUE PENSE MAIS NOS ALUNOS
A NAO
CB TUDO
C QUE MELHORE
H TERMINAR O 2º GRAU
C ENSINO MELHOR
CB MAIS ORDEM
A MELHOR DESEMPENHO
A MELHORAS DE SALA AULA E INFRAEST
CB TUDO
G ENSINO COMO SEMPRE FOI:TRADICAO
D MAIS RESPEITO E DIGNIDADE
A MELHORAS
C UM BOM CURRICULO
D RESPEITO AOS ALUNOS
A APRENDER E SEGUIR EM FRENTE
H CRESCA CADA VEZ MAIS
G MELHORA DOS PROFESSORES
H APRENDER P/TRABALHAR

TURMA	O QUE ESPERA DO COLEGIO?
3º A	MELHORAS E MICROS PARA AULAS
2º A	NAO
1º I	TENHAM AULAS NORMAIS, MAIS ESP.
2º C	NAO
1º G	SER EXEMPLAR E QUE POSSA ME FORM
1º G	BOM COLEGIO
3º A	MELHORAS NO ENSINO
1º G	MELHORAS
1º C	ME PASSAR CONHECIMENTOS
1º G	SEMPRE BOM DE ENSINO
1º I	BONS ESTUDOS SEM FALTA DE PROFº
1º H	MELHORAS
1º D	MELHORES PROFESSORES
1º G	CADA VEZ MELHOR
1º I	PROFESSORES SUBSTITUTOS
1º I	QUE MELHORE BASTANTE
3º CB	USAR GINASIO PARA SHOW
2º C	MELHORAS
1º H	NAO ESPERO NADA
1º H	MELHORAS
2º C	MELHORE ENSINO DE ENSINO
2º A	NAO
1º G	MAIS SALAS COM VARIOS CURSOS
1º H	VOLTE A SER COMO ANTES.
8º G	MAIS CURSOS
3º A	MELHORE SETOR INFORMATICA
1º H	UM COL. EXEMPLAR C/ESTUDO E DIVER
1º G	BOAS COISAS
8º G	QUE MELHORE
2º A	MELHORAS
3º CB	BOM FORMACAO
3º A	ME FORMAR
3º A	FALTA DE COMPUTADOR
1º G	MAIS ORGANIZADO E LAZER HOR.VGAS
1º I	BOM ENSINO, BONS PROFºS., ORDEM
1º G	BOM COLEGIO
3º CB	ME SAIR BEM NO VESTIBULAR
1º I	QUE CONTINUE COMO ERA ANTES
3º A	UM BOM DESEMPENHO
3º A	MAIS ORGANIZACAO EM TODAS AREAS
1º I	NAO
8º G	COLEGIO QUE ENSINE BEM
3º A	MELHOR NIVEL DE ENSINO

APÊNDICE 04**FOLDERS, TAREFAS, EQUIPE E PONTUAÇÃO GINCANA**

**VENI A A GINCANA
DO ADERBAL.**

TRAGA SUA TORCIDA

PARTECIPAR

**DIAS: 27 E 28/05/93
NO GINASIO DO C.A.R.S.**

SERVICO SOCIAL

COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA
ESTREITO - FLORIANÓPOLIS - SC

GINCANA CULTURAL E RECREATIVA (27 E 28/05)
31 ANOS - COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA

"NÃO JULGUE PEQUENA DE MAIS SUA TAREFA; NENHUMA OBRA DE ARTE PODE
DESCURAR DOS PORMENORES.
SE AS MINÚCIAS FOREM PERFEITAS, É QUE PODEMOS DENOMINAR ALGUMA
COISA DE OBRA-PRIMA.
NÃO BUSQUE TAREFAS GRANDIOSAS E DE EVIDÊNCIA.
PROCURE DAR CONTA INTEGRALMENTE DO SERVIÇO PEQUENINO QUE LHE
FOI CONFIADO.
DA PERFEIÇÃO COM QUE O EXECUTAR DEPENDERÁ SUA OPORTUNIDADE PARA
RECEBER UMA INCUMBÊNCIA MAIOR".

27/05/1993

- 19:00 HORAS - TAREFA Nº 01
 - TAREFA DE INGLÊS
 - A EQUIPE DEVERÁ TRAZER DOIS ALUNOS PARA FALAREM FRASES DE INGLÊS DURANTE 2 MINUTOS (FRASES DEVEM SER MEMORIZADAS).
 - PONTUAÇÃO: PRONÚNCIA CORRETA - MAIOR Nº DE FRASES.
 - TEMPO: 2 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 100 PONTOS POR FRASE.

- 19:20 HORAS - TAREFA Nº 02
 - TAREFA DE PORTUGUÊS
 - TRAZER PARA OBSERVAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA A GRAMÁTICA MAIS ANTIGA DA LÍNGUA PORTUGUESA QUE CONSEGUIREM (COMPROVAR DATA).
 - TEMPO : 2 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 300 PONTOS

- 19:30 HORAS - TAREFA Nº 03
 - QUEM SOU EU?
 - " SER POETA... AH! SER POETA!
É SENTIR PROFUNDAMENTE,
TODOS OS SENTIMENTOS,
NUM SÓ SENTIMENTO,
É SOFRER TODAS AS DORES
NUMA SÓ DOR".
 - TRECHO EXTRAÍDO DA CRIAÇÃO DE UM POETA CATARINENSE.
 - PERGUNTA-SE À EQUIPE:
 - A) NOME DO AUTOR:
 - B) NOME DO POEMA:
 - UM ALUNO DEVERÁ DECLAMAR (DE COR) O POEMA.
 - TEMPO : 3 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 500 PONTOS

19:50 HORAS - TAREFA Nº 04

- TRAZER AO COLÉGIO UM JOGADOR DE FUTEBOL DO AVAÍ FC E UM DO FIGUEIRENSE FC. TRAZER ALGUÉM, OU UM DOS INTEGRANTES DA EQUIPE DEVERÁ CANTAR O HINO DE CADA UM DOS CLUBES PERANTE A COMISSÃO JULGADORA, E TRAZER UMA BANDEIRA DE CADA CLUBE CONFECCIONADA PELA EQUIPE COM AS SEGUINTES MEDIDAS: 50 CM POR 80 CM

- TEMPO: 05 MINUTOS

- VALOR DA TAREFA: 500 PONTOS

20:15 HORAS - TAREFA Nº 05

- TAREFA DE HISTÓRIA

- "DURANTE O SEC. XVIII FORAM CONSTRUÍDAS EM FLORIANÓPOLIS VÁRIAS FORTALEZAS COM O OBJETIVO DE PROTEGER A ILHA DAS INVASÕES ESTRANGEIRAS". PERGUNTA-SE:

A) QUANTAS FORTALEZAS FORAM CONSTRUÍDAS ?

B) O NOME E A LOCALIZAÇÃO DE CADA FORTALEZA.

- TEMPO: 2 MINUTOS

- VALOR DA TAREFA: 100 PONTOS

20:30 HORAS - TAREFA Nº 06

- AS EQUIPES DEVERÃO APRESENTAR DOIS CASAIS SEM QUALQUER CRITÉRIO DE IDADE QUE DEVERÃO DESFILAR EM CONJUNTO E INDIVIDUAL TRAJES TÍPICOS REFERENTES AO ESTADO DE SANTA CATARINA. SERÁ OBSERVADO: SIMPATIA - BELEZA NO CONJUNTO

- 1º LUGAR - 300 PONTOS

- 2º LUGAR - 250 PONTOS

- 3º LUGAR - 200 PONTOS

PARA OS DEMAIS PARTICIPANTES - 100 PONTOS

TEMPO: 3 MINUTOS POR EQUIPE

20:55 HORAS - TAREFA Nº 07

- TAREFA DE MATEMÁTICA

MUDANÇAS NA ESCRITA DOS ALGARISMOS. FAZER EM UMA CARTOLINA A MUDANÇA OCORRIDA NA ESCRITA DOS NÚM.: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 0

- SÉC. IX (INDIANO)

- SÉC. XIII (EUROPEU)

- SÉC. X (EUROPEU)

- SÉC. XIV (ÁRABE)

- SÉC. XI (ÁRABE)

- SÉC. XV (EUROPEU)

- SÉC. XII (EUROPEU)

- TEMPO: 1 MINUTO

- VALOR DA TAREFA: 400 PONTOS

21:00 HORAS - TAREFA Nº 08 - MENINOS DE RUA

- ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, VIMOS COM FREQUÊNCIA REPORTAGENS QUE DIZEM RESPEITO AOS MENINOS DE RUA. AQUELES QUE MUITAS VEZES, SEM FAMÍLIA DORMEM AO RELENTO, PASSAM FOME, SEM PERSPECTIVAS PARA O FUTURO, ETC...

- QUE FUTURO ?

VAMOS SUPOR QUE A EQUIPE SEJA RESPONSÁVEL PELO ABANDONO DESTAS CRIANÇAS E QUE AGORA COM O PENSAMENTO VOLTADO AO BEM-ESTAR DO POVO ENCONTROU UMA SOLUÇÃO.

- QUAL SERÁ ESSA SOLUÇÃO ?
- O QUE PODERÁ SER FEITO PARA QUE A MUDANÇA SEJA RADICAL ?

- ATRAVÉS DESTES QUESTIONAMENTOS, A EQUIPE DEVERÁ ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO NOS FORNECENDO RESPOSTAS CONCRETAS A RESPEITO DO ASSUNTO DESTACADO. UM ALUNO TERÁ 03 MINUTOS PARA DIANTE DO PÚBLICO CONVENCER A PLATÉIA E JUÍZES ATRAVÉS DA MENSAGEM E SOLUÇÃO APRESENTADOS.

TEMPO : 3 MINUTOS POR EQUIPE
VALOR DA TAREFA : 400 PONTOS

21:15 HORAS - TAREFA Nº 09

- TAREFA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA
- CARACTERIZAÇÃO DE UM PERSONAGEM - AS EQUIPES DEVERÃO

TRAZER TODO O MATERIAL NECESSÁRIO (MAQUIAGEM, ROUPAS, ACESSÓRIOS... PARA REALIZAR A CARACTERIZAÇÃO DE UM DOS PERSONAGENS: * MÔNICA, *CEBOLINHA, *CASCÃO, *MAGALI, *PROFESSOR RAIMUNDO, *SEU BONECO, * DONA CACILDA, * GALEÃO CUMBICA, *CHARLES CHAPLIN, *MICHAEL JACKSON, *MADONA.

- TEMPO : 3 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 300 PONTOS

21:35 HORAS - TAREFA Nº 10

- TAREFA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
- RESPONDA POR ESCRITO OS SEGUINTE QUESTIONAMENTOS:

A) AS XVIII OLIMPIADAS FORAM REALIZADAS EM 1.960 EM ROMA. QUE FATO INTERESSANTE OCORREU NA PROVA DE MARATONA E QUEM FOI O PROTAGONISTA?
 B) QUE EDUCADOR FRANCÊS FOI CONSIDERADO O FUNDADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS NA ERA MODERNA. QUANDO E ONDE FORAM REALIZADAS ?
 C) QUEM FOI O 1º BRASILEIRO DETENTOR DA MEDALHA DE OURO? QUAL A PROVA, QUANDO SALTOU E ONDE FOI REALIZADA?

- TEMPO : 2 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 100 PONTOS CADA QUESTÃO

21:50 HORAS - TAREFA Nº 11

- MELHOR CURIOSIDADE

A) UMA CURIOSIDADE REFERENTE AOS 31 ANOS DO COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA.
 B) TRAZER UM PROFESSOR QUE LECIONOU NO COLÉGIO NA DÉCADA DE 70 (COMPROVAR)
 C) TRAZER UM EX-ALUNO, DA PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS DO COLÉGIO.

- TEMPO : 2 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 200 PONTOS CADA ÍTEM

22:05 HORAS - TAREFA Nº 12

- DESFILE DE GALINHAS (ANIMAL)
- CADA EQUIPE DEVERÁ TRAZER UMA GALINHA DEVIDAMENTE CARACTERIZADA,

COM ROUPINHAS, LAÇOS, CHAPÉU ETC... PARA DESFILAR PERANTE A COMISSÃO JULGADORA.

- TEMPO : 2 MINUTOS
 - VALOR DA TAREFA : 300 PONTOS 1º LUGAR
250 PONTOS 2º LUGAR
200 PONTOS 3º LUGAR
PARA OS DEMAIS PARTICIPANTES 100 PONTOS.

28/05/1993

19:30 HORAS - TAREFAS SURPRESAS = RELÂMPAGOTAREFA Nº 13 À Nº 16

SERÃO DIVULGADAS E REALIZADAS NA HORA, TERÃO 5 MINUTOS PARA SEREM REALIZADAS. VENCERÁ QUEM CHEGAR PRIMEIRO COM O QUE FOI PEDIDO PELA COMISSÃO ORGANIZADORA

VALOR DAS TAREFAS : 200 PONTOS CADA.20:00 HORAS - TAREFA Nº 17

CADA EQUIPE DEVERÁ ARRECADAR O MAIOR NÚMERO DE AGASALHOS QUE SERÃO DISTRIBUÍDOS ENTRE A POPULAÇÃO CARENTE DE FLORIANÓPOLIS.

*CADA LOTE DE 10 AGASALHOS VALERÁ 100 PONTOS

TEMPO : 2 MINUTOS PARA APRESENTAR À COMISSÃO JULGADO-

RA.

20:20 HORAS - TAREFA Nº 18

TAREFA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

CADA EQUIPE DEVERÁ APRESENTAR UM "SHOW", TEMA LIVRE, PODE SER DUBLAGEM, MUSICAL AO VIVO, TEATRO ETC...

TEMPO : 10 MINUTOS CADA EQUIPEVALOR DA TAREFA : 500 PONTOS

LEMBRETE AS EQUIPES:

* AS DATAS E OS HORÁRIOS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA DEVERÃO SER RIGOROSAMENTE CUMPRIDOS, POIS SENÃO O FOREM SERÃO PASSÍVEIS DE PUNIÇÃO, OU PERDA DE PONTOS.

* TODOS OS COMPONENTES DAS EQUIPES DEVERÃO ESTAR UNIFORMIZADOS DURANTE OS DOIS DIAS DE CUMPRIMENTO DAS TAREFAS.

* DURANTE OS DOIS DIAS, SERÁ ESCOLHIDA A MELHOR TORCIDA DA GINCANÁ, FAÇA FAIXAS, CARTAZES, BANDEIRAS E VENHA TORCER PELA SUA EQUIPE. A TORCIDA VENCEDORA RECEBERÁ UM TROFÉU OFERECIDO PELA A.P.P E DIREÇÃO DO COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA.

* A CONTAGEM FINAL DOS PONTOS SERÁ REALIZADA NO DIA 28.05.93, APÓS O CUMPRIMENTO DAS TAREFAS 13 À 18. APÓS SERÁ ANUNCIADA A EQUIPE VENCEDORA E HAVERÁ UM SHOW MUSICAL PARA ENCERRAR AS FESTIVIDADES REFERENTES AO 31º ANIVERSÁRIO DO "COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA".

ORGANIZAÇÃO : SERVIÇO SOCIAL
ESTAGIÁRIA CLEIDY

COLABORAÇÃO : PROFESSORA VERA RIBAS (IEE)
PROFESSOR JEFFERSON (C.Na.Sa.de FÁTIMA)

PATROCÍNIO : DIREÇÃO DO COLÉGIO ADERBAL RAMOS DA SILVA
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO C.A.R.S.

EQUIPES

TAREFAS

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18

* SR(A) JURADO(A): ANOTAR NOS QUADROS RESPECTIVOS SE A TAREFA FOI OU NAO CUMPRIDA PELA EQUIPE

* TAREFA CUMPRIDA TOTALMENTE ANOTAR " SIM "

* TAREFA CUMPRIDA SELA METADE ANOTAR " 50% "

* TAREFA NAO CUMPRIDA, ANOTAR " NAO "

G I N C A N A DO COLEGIO ADEBRAL CAMOS DA SILVA

VALOR DAS TAREFAS

TAREFA No 01 --> 100 PONTOS

TAREFA No 02 --> 300 PONTOS

TAREFA No 03 --> 500 PONTOS

TAREFA No 04 --> 500 PONTOS

TAREFA No 05 --> 100 PONTOS

TAREFA No 06 --> 1o LUGAR - 300 PONTOS / 2o LUGAR - 250 PONTOS
3o LUGAR - 200 PONTOS / DEMAIS EQUIPES 100 PTOS

TAREFA No 07 --> 400 PONTOS

TAREFA No 08 --> 400 PONTOS

TAREFA No 09 --> 300 PONTOS

TAREFA No 10 --> 100 PONTOS CADA QUESTAO (TOTAL DE 3 QUESTOES)

TAREFA No 11 --> 200 PONTOS CADA QUESTAO (TOTAL DE 3 QUESTOES)

TAREFA No 12 --> 1o LUGAR 300 PONTOS / 2o LUGAR - 250 PONTOS
3o LUGAR - 200 PONTOS / DEMAIS EQUIPES 100 PTOS

TAREFAS No 13 A No 16 --> 200 PONTOS CADA

TAREFA No 17 --> 100 PONTOS CADA LOTE COM 10 PECAS DE RUPA ADULTO
100 PONTOS CADA LOTE COM 20 PECAS DE RUPA INFANTIL

TAREFA No 18 --> 1o LUGAR - 500 PONTOS / 2o LUGAR - 450 PONTOS
3o LUGAR - 400 PONTOS / DEMAIS EQUIPES 300 PTOS

APÊNDICE 05
FOLDERS FESTA JULHINA

VEM AI A FESTA

“ JULIÂNINA ”

DO C.A.R.S.

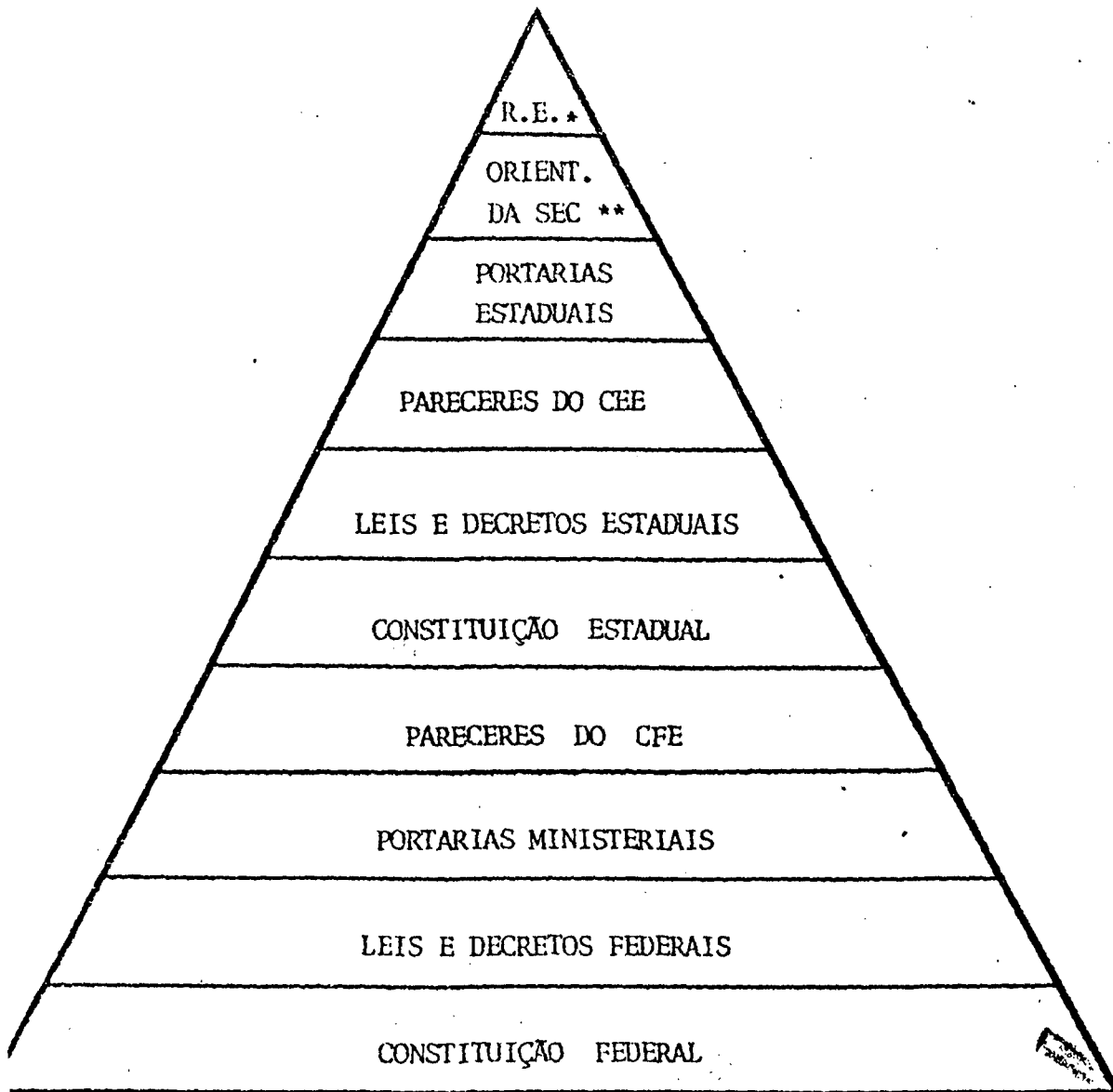
**ORGANIZE A SUA
TURMA E VENHA
MONTAR SUA BARRACA
NA FESTA.**

**TRATAR:
CLEIDY SERVIÇO SOCIAL**

ANEXOS

ANEXO 01
HIERARQUIA DAS LEIS

HIERARQUIA DAS LEIS



Regimento Escolar

Orientações da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto

CEE - Conselho Estadual de Educação

CFE - Conselho Federal de Educação

LEGISLAÇÕES DE ENSINO

- LEIS

- Lei Federal nº 4.024 - 20/12/61 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei Federal nº 5.692 - 11/08/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de Iº e IIº Graus e dá outras providências.
- Lei Federal nº 7.044 - 18/10/82 - Altera dispositivos da Lei Federal nº 5692, referente à profissionalização do ensino de IIº Grau.
- Lei Estadual nº 4.394 - 20/11/69 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.
- Lei Federal nº 6.202 - 17/04/75 - Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto Lei nº 1.044/69 e dá outras providências.
- Lei Federal nº 6.368 - 21/10/76 - Dispõe sobre medidas de prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias intorpecentes.
- Lei Federal nº 6.815 - 09/08/80 - Define a situação jurídica do Estrangeiro no Brasil - Atualizada pela Lei nº 6964 de 9/12/81.
- Lei Estadual nº 6.744 - 23/12/85 - Dispõe sobre a avaliação no ensino de 1º Grau no Estado de Santa Catarina.

- DECRETOS

- Decreto Lei nº 869 - 12/09/69 - Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus

e modalidades dos sistemas de ensino no país e dá outras providências.

- Decreto nº 1802 - 30/12/74 - Dispõe sobre a organização da habilitação para o magistério a nível de 2º grau, para o Estado de Santa Catarina.
- Decreto nº 7509 - 11/05/79 - Dispõe sobre a duração da hora aula para os períodos diurno e noturno da rede estadual de ensino.
Art. 2º § 1º
- Decreto Lei nº 87.497 - 18/08/82 - Regulamenta a Lei nº 6.494 de 07/12/77, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.
- Parecer nº 45/72/CFE - 10/01/72 - Fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino de 2º Grau.
(cursos técnicos e auxiliares técnicos).

3 - ASSUNTOS DIVERSOS

3.1 - CURRÍCULOS E PROGRAMAS

- Parecer nº 45/72/CFE - 12/01/72 - Fixa o mínimo a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins no ensino de 2º Grau.
- Resolução nº 29/73/CEE - 27/11/73 - Relaciona as matérias da parte diversificada do currículo.
- Resolução nº 05/78/CEE - 18/04/78 - Fixa normas para reconhecimento de estudos de 1º e 2º Graus realizados no exterior.
(Equivalência de estudos e/ou Homologação de matrícula).

Resolução nº 04/80/CFE - 07/07/80 - Fixa normas para reconhecimento de Diplomas expedidos no exterior para efeitos de trabalho profissional.

Parecer nº 618/82/CFE - 02/12/82 - Consequências decorrentes das alterações introduzidas pela Lei nº 7044/82 na Lei nº 5692/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus.

Resolução nº 16/83/CEE - 25/10/83 - Estabelece normas para o tratamento a ser dado à Preparação para o Trabalho nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus nos termos da Lei Federal nº 7044/82, que altera os dispositivos da Lei Federal nº 5692/71.

Parecer nº 281/83/CFE - 09/06/83 - Estabelece o currículo de 1º e 2º Graus na Lei 7.044/82.

Resolução nº 06/86/CFE - 06/11/86 - Reformula o Núcleo Comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. X

Parecer nº 374/87/CEE - 01/09/87 - Esclarecimentos sobre a Res. nº 06/86/CFE que revoga a Res. nº 08/71/CFE e sugere que no quadro curricular para o Curso de 2º Grau a Educação Geral, conste no Núcleo Comum (dispensando a divisão por áreas de conhecimento) as disciplinas do artigo 7º da Lei 5692/71 e uma Parte Diversificada. X

Resolução nº 37/88/CEE - 01/11/88 - Estabelece normas relativas aos pedidos de alteração curricular do ensino de 1º e 2º Graus. X

Parecer nº 478/88/CEE - 25/10/88 - Mudança da denominação do Curso de 2º Grau - "Sem ensejar habilitação profissional" para "Curso de 2º Grau de Educação Geral." X

- Resolução nº 17/88/CEE - 28/06/88 - Regulamenta o art. 61 da Lei Estadual de nº 4.394/69 e dá outras providências.
- Resolução nº 026/90/CEE - 07/08/90 - Revoga a Resolução nº 17/88/CEE.
- Resolução nº 01/90/CFE - 21/02/90 - Altera a denominação do curso "Assistente de Administração" para "Técnico em Administração".

5.2 - DISCIPLINAS

- Decreto Normativo nº 106/63/SEE - 22/02/63 - Dispõe sobre Adaptação de Estudos nos Estabelecimentos de Ensino Secundário.
- Lei Estadual nº 4.394/69 - Art. 61 - 20/11/69 - Dispensa de disciplinas, as quais o aluno tenha logrado aprovação de 2º Grau (ciclo médio).
- Decreto Lei nº 869 - 12/09/69 - Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos Sistemas de Ensino no País e dá outras providências.
- Decreto nº 68.065 - 14/01/71 - Regulamenta o Decreto Lei 869/69, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos Sistemas de Ensino-no-País, e dá outras providências.
- Parecer nº 94/71/CFE - 04/02/71 - Dispõe sobre a disciplina Educação Moral e Cívica em todos os graus de ensino e dá outras providências.

- Lei Federal nº 5692/71 - 11/08/71 - Disciplinas obrigatórias do artigo 7º para compor o Núcleo Comum do quadro curricular.
- Resolução nº 29/73/CEE - 27/11/73 - Sugestão de disciplinas para compor a parte diversificada do quadro curricular.
- Decreto Estadual nº 13.000 - 05/12/80 - (revogado pela Instrução Normativa nº 0002 de 18 de maio de 1990) - Aprova o regulamento para o ensino e a prática da Educação Física nos Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º graus do Estado de Santa Catarina.
- Decreto nº 13.692/81 - 14/04/81 - Regulamenta o Ensino Religioso nas Escolas de 1º e 2º Graus da Rede Pública Estadual.
- Parecer nº 495/83/CFE - - Inclusão da disciplina Sociologia no ensino de 2º Grau.
- Parecer nº 342/83/CFE - 08/07/83 - Inserção da Filosofia no Ensino de 2º Grau.
- Parecer nº 804/85/CFE - - Exposição de motivo do Sr. Ministro da Desburocratização com sugestões a respeito das disciplinas de EMC/OSPB/EPB.
- Resolução nº 21/87/CEE - 01/09/87 - Dispõe sobre a implantação nas Unidades Escolares de 1º e 2º Graus do Sistema Estadual de Ensino, das disposições introduzidas no Núcleo Comum pela Resolução nº 06/86/CFE e dá outras providências.
- Resolução nº 21/87/CEE - 01/09/87 - Obrigatoriedade da Língua Portuguesa e Literatura e Matemática nas três séries do 2º Grau.
- Lei Federal nº 7.692/88 - 20/12/88 - Dá nova redação na Lei nº 6503 de 13 de dezembro de 1977 que Dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino.
- Parecer nº 251/89/CESG/CEE - - Educação Religiosa Escolar.

Instrução Normativa nº 0002/CODEN/SEE/90 - Disciplina a prática da Educação Física nos estabelecimento de ensino no 1º e 2º graus.
18/05/90

3 - DIAS LETIVOS

Decreto SEE/7.509/79 - art. 2º § 1º - Fixa a duração da hora/aula, no ensino noturno e diurno.

Lei Estadual nº 6773 - 13/06/86 - Fixa a duração mínima do ano letivo para o 1º e 2º Graus e estabelece a idade mínima para o ingresso no 1º Grau.

Resolução nº 13/86/CEE - 23/09/86 - Dispõe sobre o dia letivo e dá outras providências.

Decreto Federal nº 13/91 - 23/01/91 - Dispõe sobre o número de dias (revogado através do Decreto nº 240/ /91) letivos e sobre a carga horária do ensino fundamental.

Portaria nº 006/91 - 10/10/91 - Expede instruções a respeito dos dias letivos e dá outra orientações.

Decreto Federal nº 240/91 - 25/10/91 - Dispõe sobre a carga horária do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

4 - MATRÍCULA

Lei nº 5692/71 - Art. 21 - Parágrafo Único - 11/08/71 - Regulamenta a matrícula no ensino de 2º Grau.

Resolução nº 34/74/CEE - Art. 4º - 13/11/74 - Estabelece que a matrícula no ensino de 2º grau regular é permitida aos concluintes deste grau de ensino.

5.5 - PLANO DE EXPANSÃO

- Resolução nº 19/78/CEE - 12/09/78 - Disciplina a mudança de sede de estabelecimento de ensino.
- Resolução nº 19/79/CEE - 28/08/79 - Fixa normas relativas à mudança de denominação de estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus.
- Resolução nº 006/87/CEE - 24/03/87 - Dispõe sobre a autorização para o funcionamento de cursos de 1º e 2º graus e dá outras providências.
(revogada somente para o ensino de 2º Grau).
- Resolução nº 16/88/CEE - 21/06/88 - Fixa normas para a indicação de professores a título precário para os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus.
- Resolução nº 37/88/CEE - 01/11/88 - Estabelece normas relativas aos pedidos de alterações curriculares do ensino de 1º grau e dos cursos de 2º Grau.
- Resolução nº 77/91/CEE - - Autorização para o funcionamento de cursos de 2º Grau.

5.6 - REGIMENTO ESCOLAR

- Resolução nº 27/89/CEE - 05/09/89 - Fixa normas para aprovação dos Regimentos Escolares de 1º e 2º Graus e Supletivo e dá outras providências.

5.7 - RECONHECIMENTO DE CURSOS

- Resolução nº 14/86/CEE - 30/09/86 - Dispõe sobre reconhecimento dos cursos que oferecem habilitação profissional.
- Resolução nº 01/89/CEE - 17/03/89 - Dispõe sobre alteração do Art. 3º da Resolução nº 14/86/CEE.

- DIPLOMAS E CERTIFICADOS

- Lei Federal nº 7.088/83 - 23/03/83 - Estabelece normas para a expedição de documentos escolares de 1º e 2º Graus.
- Decreto nº 371/88/CEE - 19/07/88 - Reconhecimento de cursos e diplomas do Supletivo e Regular
- Resolução nº 01/89/CEE - 07/03/89 - Dispõe sobre expedição de diplomas e certificados e requerimento de reconhecimento.
- Decreto nº 039/89/CEE - 07/03/89 - Consulta sobre Reconhecimento de cursos e Registro de Certificados.
- Decreto nº 142/90/CEE - 12/06/90 - Dispõe sobre Registro de Diplomas e Certificados.

- CIRCULAÇÃO DE ESTUDOS

- Resolução nº 03/84/CEE - 08/03/84 - Fixa normas para a circulação de estudos entre o ensino regular e o ensino supletivo.
- Portaria nº 14/84/SEE - 19/07/88 - Regulamenta o disposto na Res. nº 03/84 e dá outras providências.

0 - CONVALIDAÇÃO DE ESTUDOS E CURSOS

- Resolução nº 05/78/CEE - 18/04/78 - Fixa normas para reconhecimento de estudos e 1º e 2º graus, realizados no exterior.
- Decreto CESg nº 79/80/CEE - 02/06/80 - Convalidação de séries e cursos realizados pelo estabelecimento de ensino eligalmente.
-
- Resolução nº 04/80/CFE - 07/07/80 - Fixa normas para reconhecimento de Diploma expedidos no exterior para efeitos de trabalho profissional.

3.11 - CURSO MAGISTÉRIO

- Parecer nº 349/72/CFE - 06/04/72 - Dispõe sobre o exercício de magistério em 1º grau, com habilitação específica de 2º grau.
- Decreto nº 1802 - 30/12/74 - Dispõe sobre a organização da habilitação para o magistério a nível de 2º grau, para o Estado de Santa Catarina.
- Parecer nº 1.224/80/CFE - 06/11/80 - Dispõe sobre a aprovação do plano de curso do Magistério para o Ensino Especial - habilitação de 2º Grau.
- Parecer nº 114/84/CEE - 17/04/84 - Proposta curricular para a Revitalização dos cursos de Magistério de 1º Grau - 1a. a 4a. série.
- Parecer 386/85/CEE - 26/11/85 - Altera o período de duração da Proposta de Revitalização dos Cursos de Magistério de 1º Grau - 1a. a 4a. série.
- Parecer nº 201/90/CEE - 11/09/90 - Proposta de Reorganização dos Cursos de Magistério de 1º Grau - 1a. a 4a. série. (4 anos)

3.12 - MAGISTÉRIO - ESTUDOS ADICIONAIS

- Parecer nº 355/72/CFE - 07/04/72 - Dispõe sobre a elevação dos níveis de preparo do Magistério de 1º e 2º Graus a nível de estudos adicionais.
- Parecer nº 2.285/74/CFE - 07/08/74 - Dispõe sobre a Educação Pré-Escolar.
- Resolução nº 9/74/CEE - 30/04/74 - Fixa normas de estrutura e funcionamento dos "Estudos Adicionais" 3a. série do 2º Grau.
- Parecer nº 1.600/75/CFE - 09/05/75 - Dispõe sobre a habilitação a nível de 2º Grau para o Magistério de Pré-Escolar.

- Decreto nº 31112/86 - 18/12/86 - Dispõe sobre a Educação Prê-Escolar.

3.13 - ESTÁGIO CURRICULAR

- Lei Federal nº 6494 - 07/12/77 - Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e do ensino profissionalizante do 2º Grau regular e supletivo e dá outras providências.

- Decreto Federal nº 87.497 - 18/08/82 - Regulamenta a Lei Federal nº 6.494/77.

- Parecer nº 48/86/CFE - 30/01/86 - Consulta sobre a possibilidade de realização do estágio de habilitação profissional após a conclusão do 2º Grau.

- Parecer nº 299/87/CFE - 07/07/87 - Consulta sobre a Lei nº 7044/82 "Conclusão de cursos profissionalizantes sem estágio".

- Parecer nº 630/87/CFE - 04/08/87 - Consulta sobre a duração dos estágios supervisionados nos currículos dos cursos profissionalizantes do 2º Grau.

- Parecer nº 461/88/CFE - 08/06/88 - Consulta sobre estágios supervisionados nos cursos profissionalizantes oferecidos em nível de 2º grau.

- Parecer nº 415/88/CEE - 20/09/88 - Obrigatoriedade de estágio curricular no ensino de 2º Grau.

- Resolução nº 24/88/CEE - 20/09/88 - Dispõe sobre estágio curricular nos cursos de 2º Grau que o exigem e dá outras providências.

- Lei nº 4394 - 20/11/69 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino
- Lei nº 5692 - 11/08/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus e da outras providências.
- Lei nº 7044 - 13/10/82 - Altera dispositivos da Lei nº 5692 de 11/08/71, referente profissionalização do Ensino de 2º Grau
- Lei nº 6744 - 23/12/85 - Dispõe sobre a Avaliação do Ensino de 1º Grau do Estado de Santa Catarina.
- Lei nº 6773 - 13/06/86 - Fixa a duração mínima do ano letivo para o 1º e 2º Graus e estabelece idade mínima para o ingresso no 1º Grau.
- Lei nº 7692 - 20/12/88 - Da nova redação ao disposto na Lei nº 6503, de 13/12/77 que dispõe sobre a Educação Física em todos os Graus e ramos de ensino"
- Lei nº 6815 - 19/08/80 - Define a situação jurídica do Estrangeiro no Brasil, atualizada pela Lei nº 6964 de 09/12/81 (art. 48 e outros)
- Lei nº 6745 - 20/12/85 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado
- Lei nº 6844 - 29/07/86 - Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina
- Lei nº 7398 - 04/11/85 - Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º Graus e da outras providências
- Decreto nº 106 - 22/02/63 - Dispõe sobre adaptação de estudos nos estabelecimentos de ensino secundário
- Decreto Lei nº 1044 - 12/10/69 - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indicam
-
- Decreto 7509 de 11/05/79 - Institui Regimento de Trabalho para o membro de magistério Estadual e para o professor designado na forma da Lei 4880 de 4/7/73, regulamenta a Lei 5294 de 30/11/76 e da outras providências.
- Decreto 84451 de 31/1/80 - Dispõe sobre os atos notoriais de Registro Civil do Serviço Consular Brasileiro

Decreto 13474 de 13/3/81 - Altera a carga horária especificada no quadro Curricular de 1º Grau

Decreto 15427 de 1º/11/81 - Institui o Sistema de Matrícula automática na rede pública estadual de ensino de 1º e 2º Graus.

Decreto 31439 de 19/2/87 - Regulamenta a Lei 6744 de 23/12/85, que dispõe sobre Avaliação do Ensino de 1º Grau no Estado.

Decreto 911 de 19/11/87 - Institui o Conselho Comunitário Escolar nas Unidades Escolares do Estado de Santa Catarina.

Decreto 13 de 23/1/91 - Dispõe sobre o nº de dias letivos e a carga horária do ensino fundamental

Decreto 68065 de 14/1/71 - Regulamenta o Decreto-Lei 869 de 12/9/69, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades do Sistema de Ensino no País, e dá outras providências.

Resolução 05/78 de 18/4/78 - Fixa normas para reconhecimento de estudos de 1º e 2º Graus realizado no Exterior.

Resolução 13/86 de 23/9/86 - Dispõe sobre o dia letivo e da outras providências.

Resolução 06/86 de 6/11/86 - Reformula o núcleo comum para os currículos do Ensino de 1º e 2º Graus

Resolução 006/87 de 24/3/87 - Dispõe sobre autorização para o funcionamento de cursos de 1º e 2º Graus

Resolução 21/87 de 1º/9/87 - Dispõe sobre a implantação nas UEs de 1º e 2º Graus do Sistema Estadual de Ensino das disposições introduzidas no núcleo comum pela Resolução 006/86 do C.F.E.

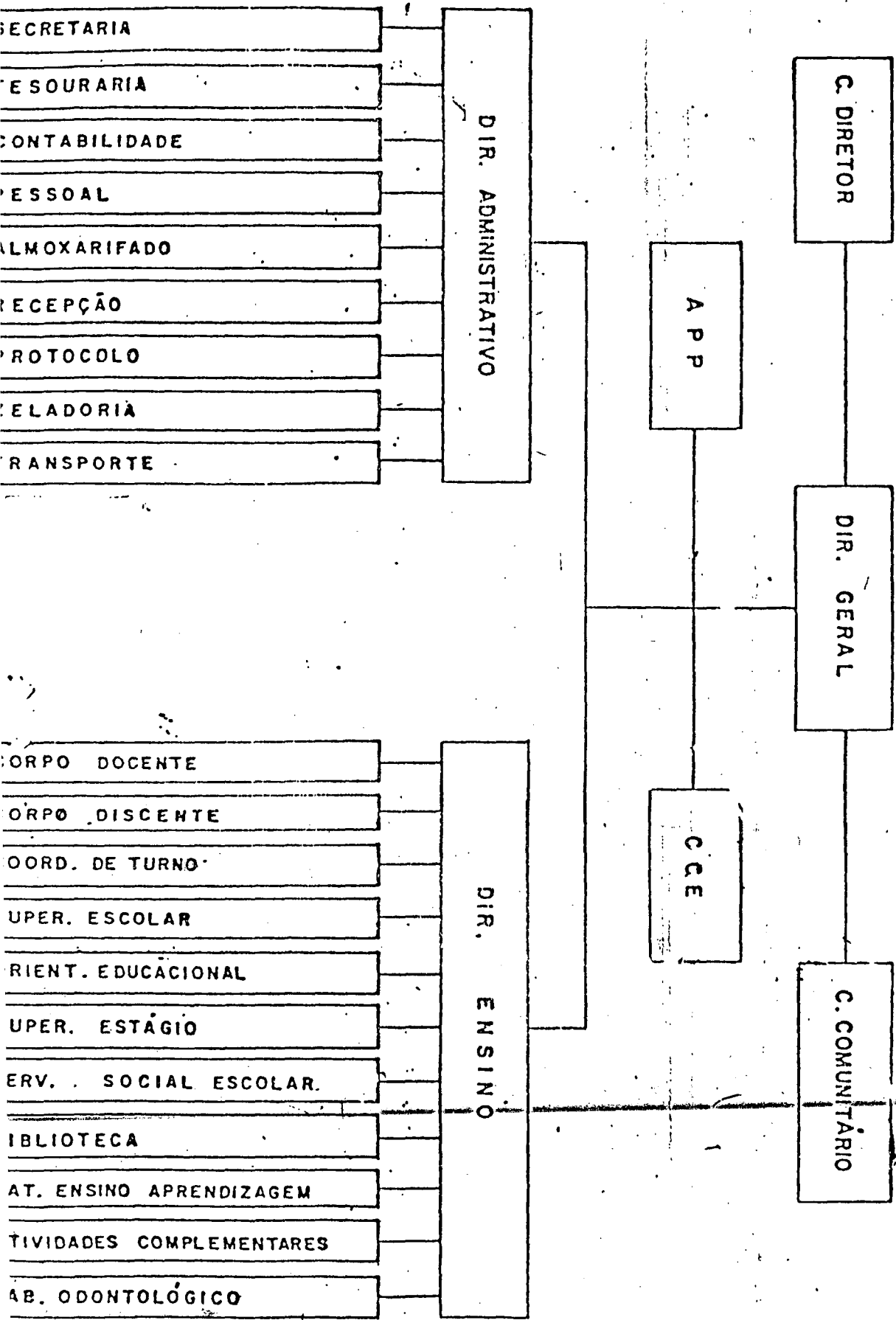
Resolução 37/88 de 1º/11/88 - Estabelece normas relativas aos pedidos de alterações curriculares de ensino de 1º Grau e cursos de 2º Grau

Resolução 30/88 de 3/10/89 - Retifica a Resolução 15/86

- Portaria nº 004/84 de 23/02/84 - Dispõe sobre a utilização do livro didático e material escolar básico nas UEs, da rede pública estadual.
- Portaria nº 005/87 de 24/02/87 - Altera redação da Portaria nº 005/86/SE de 10/10/86.
- Portaria nº 014/88 de 10/07/88 - Circulação de estudos, Matrícula, Expedição de Certificados
- Portaria nº 017/88 de 30/09/88 - Dispõe sobre o uso de uniforme escolar e das contribuições à APP
- Portaria nº 678 de 14/05/91 MEC - No currículo escolar devem ser trabalhados:
Prevenção ao uso de drogas, Educação Ambiental, Educação Trânsito e outros.
- Portaria 005/80/SE - Dispõe sobre a hora atividade
- Portaria 006/91 - Expede instruções a respeito dos dias letivos e dá outras orientações, como consta.
- Instrução Normativa nº 0002/CODEN/SEE/90. Orienta quanto ao ensino e a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus do Estado de Santa Catarina.
- Instrução Normativa nº 003/90/SEE - Dispõe sobre os procedimentos necessários ao cumprimento do calendário escolar de 1990 nas escolas da Rede Pública Estadual.

ANEXO 02**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO C.A.R.S.**

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL — CARS



ANEXO 03

**TAREFA Nº 08 - MENINOS DE RUA - CUMPRIDA PELAS EQUIPES
COLLOR TEAM, KAYA NOW, MARIA E SACARROLHA**

A QUESTÃO DO MENOR ABANDONADO (MENINOS DE RUA)

PODE SER DIVIDIDA EM DOIS TÓPICOS.

-REFORMA AGRÁRIA = MILHARES DE FAMÍLIAS CHEGAM AS GRANDES CIDADES VINDO DO NORTE, NORDESTE E REGIÕES RURAIS DO PAÍS EM BUSCA DE UM FUTURO MELHOR E O QUE ENCONTRAM SÃO AS RUAS, OS BECOS E OS VIADUTOS. O BRASIL POSSUI GRANDE ESPAÇO EM TERRAS CULTIVÁVEIS QUE HOJE ESTÃO SENDO USADAS PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA. É NECESSÁRIO QUE O HOMEM QUE PLANTA, ENCONTRE TERRA PARA TRABALHAR. MUITOS VIVEM EM CONDIÇÕES DE MISÉRIA NO CAMPO (BOIA-FRIA), EXPLORADOS E VIVENDO QUASE NA CONDIÇÃO DE ESCRAVOS. A SOLUÇÃO QUE ENCONTRAM É FUGIR PARA AS GRANDES CIDADES ONDE FICAM A MARGEM DE UM SISTEMA AINDA MAIS INJUSTO.

DENUNCIAR A EXPLOAÇÃO - ALGUMAS VEZES AS PESSOAS OFERECEM SERVIÇOS A MENORES E PAGAM COM UMA REFEIÇÃO QUE SE NÃO FOSSE SERVIDA A ELE SERIA DESTINADA AO CACHORRO. ADMITEM FUNCIONÁRIOS MENORES E SEM FORMAÇÃO E OS PAGAM COM SALÁRIOS DE FOME. MILHARES DE JOVENS TRABALHAM ANOS SEM SEGURANÇA E SEM DIREITOS; E QUANDO ENFIM O PAÍS SE TORNOU, A SOCIEDADE SE ENCARREGA DE DIZER QUE TRABALHO TEM O QUE FALTA E VONTADE DE TRABALHAR. FRASES COMO, CORTA A GRAMA DA MINHA CASA QUE EU TE DOU UM TROCO. SÓ QUE A GRAMA DEMORA PARA CRESCER OU NO OUTRO DIA TALVEZ AQUELA CRIANÇA TENHA QUE SE ALIMENTAR NOVAMENTE (O NOME DISSO É SUB-EMPREGO) E NÃO RESOLVE O PROBLEMA.

EQUIPE: "SACARROLHA"

EQUIPE "MAEIA"

SOLUÇÃO:

FAZOR ADOÇÃO: ABOLIR TODA BUROCRACIA INÚTIL EXISTENTE EM NOSSO GOVERNO QUE ATRAPALHA E DIFICULTA A ADOÇÃO DE MENORES CARENTES. SE CASO O ESTADO LIBERASSE, OU MELHOR, EXTINGUISSE ESSA BUROCRACIA MUITAS CRIANÇAS DE PAÍS QUE NÃO TEM CONDIÇÕES DE LHE DAR MORADIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO, VIVERIAM COM BOAS FAMÍLIAS E SERIAM VERDADEIRAMENTE CIDADÃO.

FAZOR EDUCAÇÃO E EMPREGO: COM A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AGRO-INDUSTRIAIS MUITAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRABALHARIAM E ESTUDARIAM APOIADOS E GUIADOS PELAS MÃOS DOS MICRO-EMPREGÁRIOS. ESSAS EMPRESAS PRIVADAS TERIAM EM TROCA UM ABATIMENTO CORRESPONDENTE NOS SEUS IMPOSTOS POIS ESTARIAM DANDO CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA A ESSES MENORES: NESSAS INSTITUIÇÕES, TRABALHARIAM, PLANTARIAM, FARIAM ARTESANATO, TERIAM ASSISTÊNCIA MÉDICA, ETC. ESSES MENORES QUE FREQUENTASSEM ESTAS INSTITUIÇÕES NÃO ESTARIAM NAS RUAS COMETENDO INFRAÇÕES, CRIMES, ESTARIAM OCUPADOS COM ALGO QUE PRODUZIRIA COM CERTEZA LUCROS PARA AS EMPRESAS POIS ESTUDANDO E TRABALHANDO TERIAM UM DESENVOLVIMENTO MAIOR PARA AS EMPRESAS COMO PROFISSIONAIS QUANDO MAIORES DE IDADE POIS EM NOSSO PAÍS "MENORES" NÃO SÃO ACEITOS EM EMPREGOS DEVIDO À IDADE. PARA O FUTURO DO BRASIL O MELHOR É DAR TRABALHO A TODO JOVEM CAPACITADO, OU CAPACITÁ-LO PARA O TRABALHO.

EQUIPE "KAYA NOW"

TODOS SOMOS CULPADOS DE QUALQUER COISA QUE ACONTEÇA NA NOSSA COMUNIDADE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, EM MAIOR OU MENOR ESCALA, AÇÃO, PELA CONIVÊNCIA OU PELA OMISSÃO, DEIXANDO ASSIM O MENOR ABANDONADO À SUA PRÓPRIA SORTE. MAIS DO QUE ISSO A SOCIEDADE NÃO SE CONSCIENTIZOU AINDAS DAS ORIGENS DOS TROKADINHAS E DOS FIVETES, QUE CONVIVEM COM O ROUBO, COM A VIOLÊNCIA E TAMBÉM COM O MECANISMO ADMINISTRATIVO OFICIAL QUE CONFUNDEM RECUPERAÇÃO COM REPRÉSSÃO. ESTE TRANSFORMA ORGANISMOS QUE DEVIAM ANTES DE TUDO TENTAR SALVAR O MENOR, DE AUTOS ONDE AUMENTA SEU ÍNDICE DE CORRUPÇÃO.

"DIANTE DESSE QUADRO CRESCEM INFELIZMENTE, A TEORIA E A PRÁTICA DE UMA SOLUÇÃO BASEADA NA ELIMINAÇÃO DOS MISERÁVEIS".

QUANDO O ASSUNTO É "MENOR", POLÍTICOS, QUE POSSUEM O PODER DE SOLUCIONAREM O PROBLEMA, SIMPLEMENTE ABREM A BOCA PARA DIZER COMO ANTERIORMENTE FOI CITADA, QUE A SOLUÇÃO É APENAS EXTERMINÁ-LOS.

A SOLUÇÃO NÃO É ESSA, GRANDES SOLUÇÕES SÃO CITADAS TODO ANO MAIS A SOCIEDADE NEM TOMA CONTA DO PROBLEMA.

NINGUEM EM Sã CONSCIÊNCIA PODE CONSIDERAR FÁCIL RESOLVER A QUESTÃO DOS MENORES, ATÉ PORQUE NÃO EXISTE UMA SOLUÇÃO, MAS UM CONJUNTO DE COMPLEXAS SOLUÇÕES INTERDEPENDENTES. O DRAMA DOS MENINOS DE RUA É UMA VERGONHA QUE, SOMADA AOS 5 MILHÕES DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR QUE HOJE NÃO FREQUENTAM COLÉGIOS, TRANSFORMAN-SE EM TRAGÉDIA NACIONAL. AS INICIATIVAS PARA TIRAR ESSAS CRIANÇAS DA RUA E COLOCÁ-LAS EM SALAS DE AULA SÃO POUCAS, TÍMIDAS, LEVANDO EM CONTA QUE DENTRO EM BREVE NASCERÃO MILHARES DE CRIANÇAS QUE TEM COMO DESTINO AS RUAS. A SOLUÇÃO PORTANTO NÃO É SOMENTE CONSTRUIR ESCOLAS. O BRASIL TEM QUE ENCARAR COM RADICALISMO A NECESSIDADE DE ADOTAR UMA POLÍTICA SÉRIA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR. DO CONTRÁRIO, A TRAJÉDIA DOS MENINOS DE RUA SÓ TENDE A AUMENTAR.

" VONTADE DE DEUS OU MALDADE DOS HOMENS"

NÃO BASTA REFLETIR, OBETR MAIOR CLAREZA E FALAR, É PRECISO AGIR ESTA NÃO DEIXOU DE SER A HORA DA PALAVRA, MAS TORNOU-SE COM DRAMÁTICA URGÊNCIA A HORA DA AÇÃO.

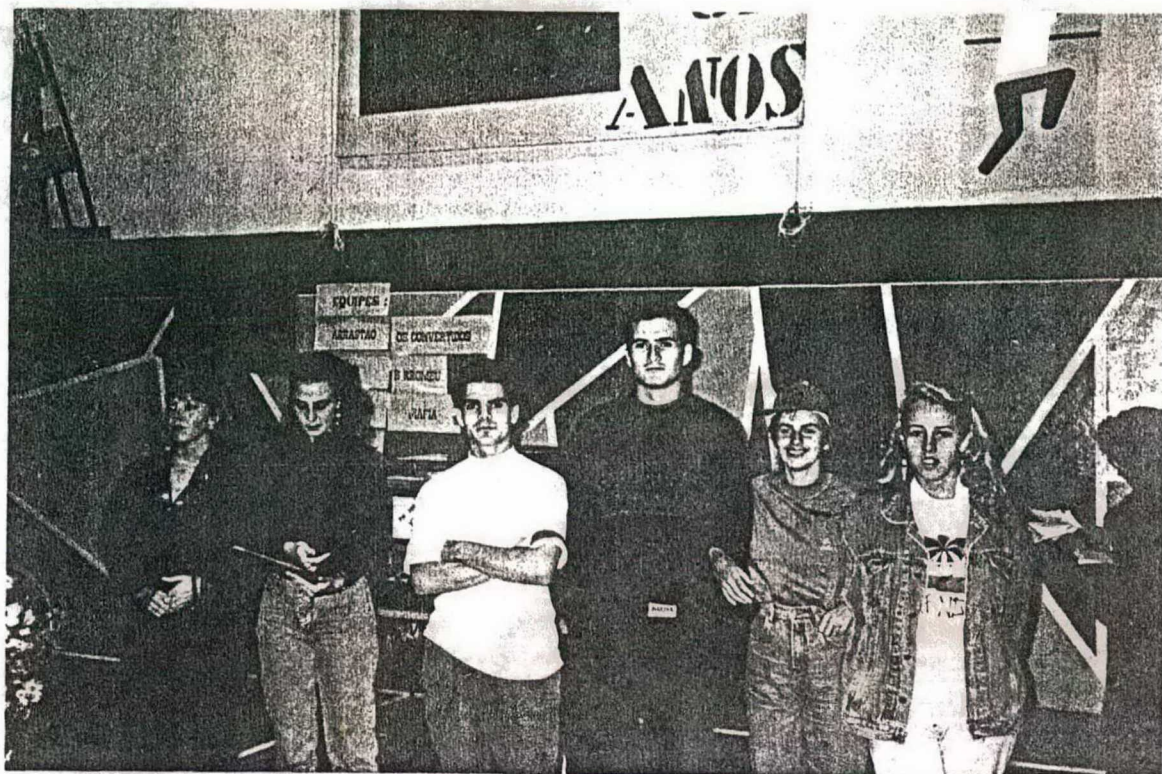
EQUIPE "COLLOR TEAM"

O PROBLEMA DOS MENINOS DE RUA, MENOR ABANDONADO NO BRASIL É SEM DÚVIDA UM CASO QUE NOS PREOCUPA BASTANTE. ACREDITAMOS QUE PARTE DE TANTOS IMPOSTOS QUE SÃO COBRADOS E ACABAM SE PERDENDO EM MEIO A TANTAS OBRAS FANTASMA, SUPER FATURADAS E CONCORRENCIAS ILICITAS, PUDESSE SER REMANEJADA PARA FINS SOCIAIS BEM ESTRUTURADAS E MONITORADAS SEMPRE COM FISCALIZAÇÃO-RIGIDA, BOA VONTADE E ACIMA DE TUDO HUMANIDADE; CREMOS AINDA QUE É PRECISO SER FEITA UMA CONSCIENTIZAÇÃO NACIONAL BEM PLANEJADA E NÃO ESSE JOGO DE INTERESSES E FINS POLITICOS QUE INFELISMENTE É UMA CONSTANTE EM NOSSO PAIS.

DEVIDO A GRANDE BUROCRACIA EXISTENTE A COMECAR PELA APROVAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL NO QUE DIZ RESPEITO A NOVAS PROPOSTAS SERIA A LONGO PRAZO A PRÁTICA DE UMA SOLUÇÃO PARA TAL PROBLEMA, ACREDITANDO ENTÃO QUE A PROPOSTA ACIMA CITADA SERIA A MAIS ADEQUADA PARA SE NÃO A SOLUÇÃO MAIS A AMENIZAÇÃO DA SITUIAÇÃO ATUAL DE NOSSAS CRIANÇAS.

ANEXO 04

**FOTOGRAFIAS DA GINCANA CULTURAL
COMEMORATIVA AO 31º ANIVERSÁRIO DO C.A.R.S.**



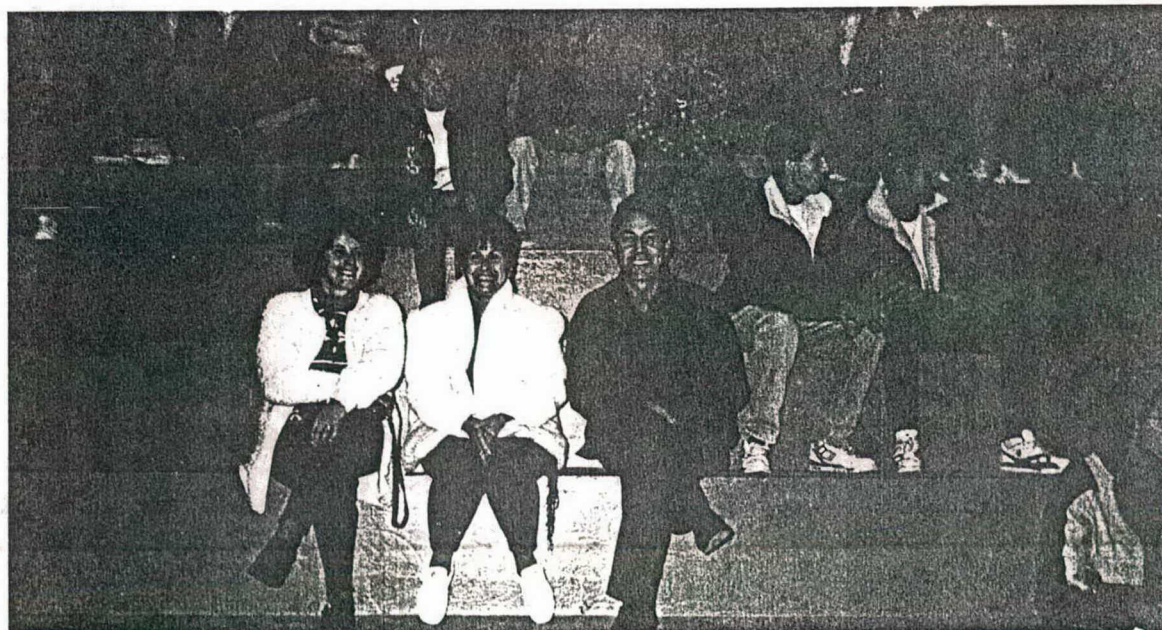
DA ESQUERDA PARA DIREITA: ESTAGIÁRIAS DO SERVIÇO SOCIAL E OS ALUNOS DAS EQUIPES PARA REALIZAR TAREFA DE Nº 01 DA GINCANA.



ATLETAS PROFISSIONAIS DAS EQUIPES DO AVAÍ FC E FIGUEIRENSE FC TRAZIDOS PELAS EQUIPES PARA REALIZAR TAREFA DE Nº 04 DA GINCANA.



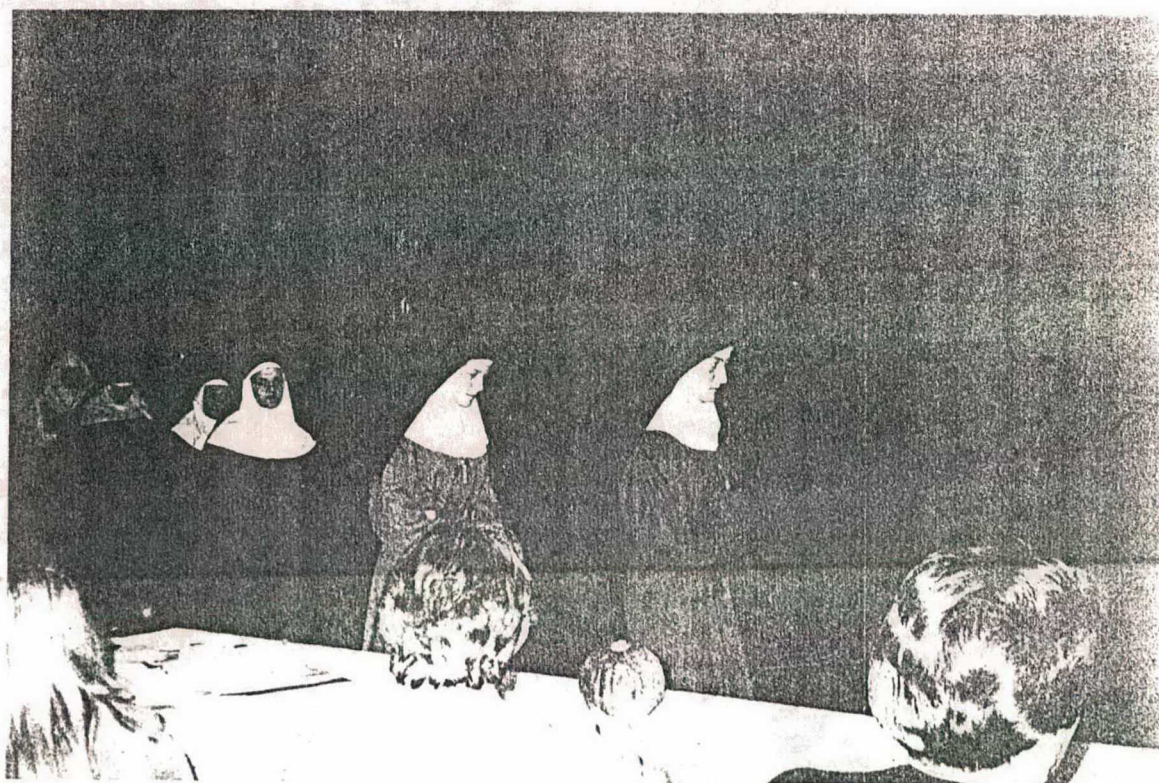
EQUIPE ARRASTÃO PRONTA PARA REALIZAR TAREFA Nº 06
DA GINCANA CULTURAL C.A.R.S.



PROFESSORES DO C.A.R.S. JUNTO A TORCIDA, PARTICIPANDO E
PRESTIGIANDO A REALIZAÇÃO DA GINCANA CULTURAL



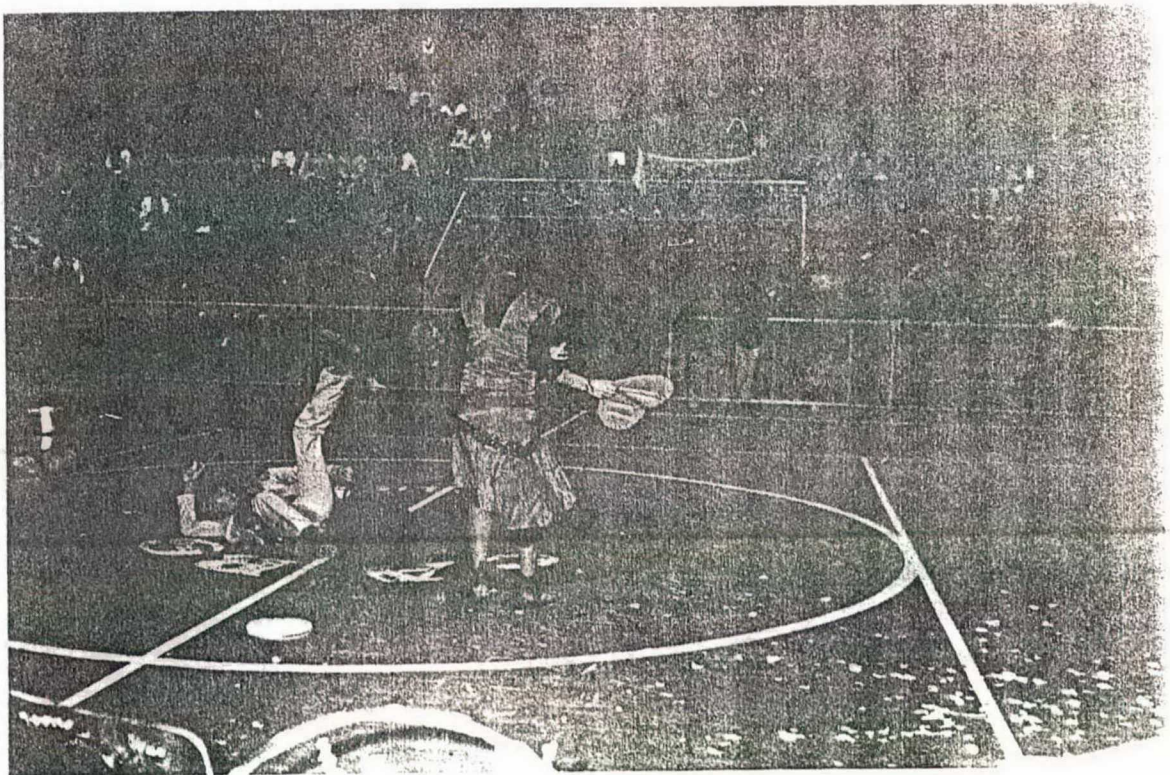
CONTAGEM DOS AGASALHOS ARRECADADOS PELA EQUIPE KAYA NOW
REALIZANDO TAREFA Nº 17 DA GINCANA CULTURAL C.A.R.S. - 1993.



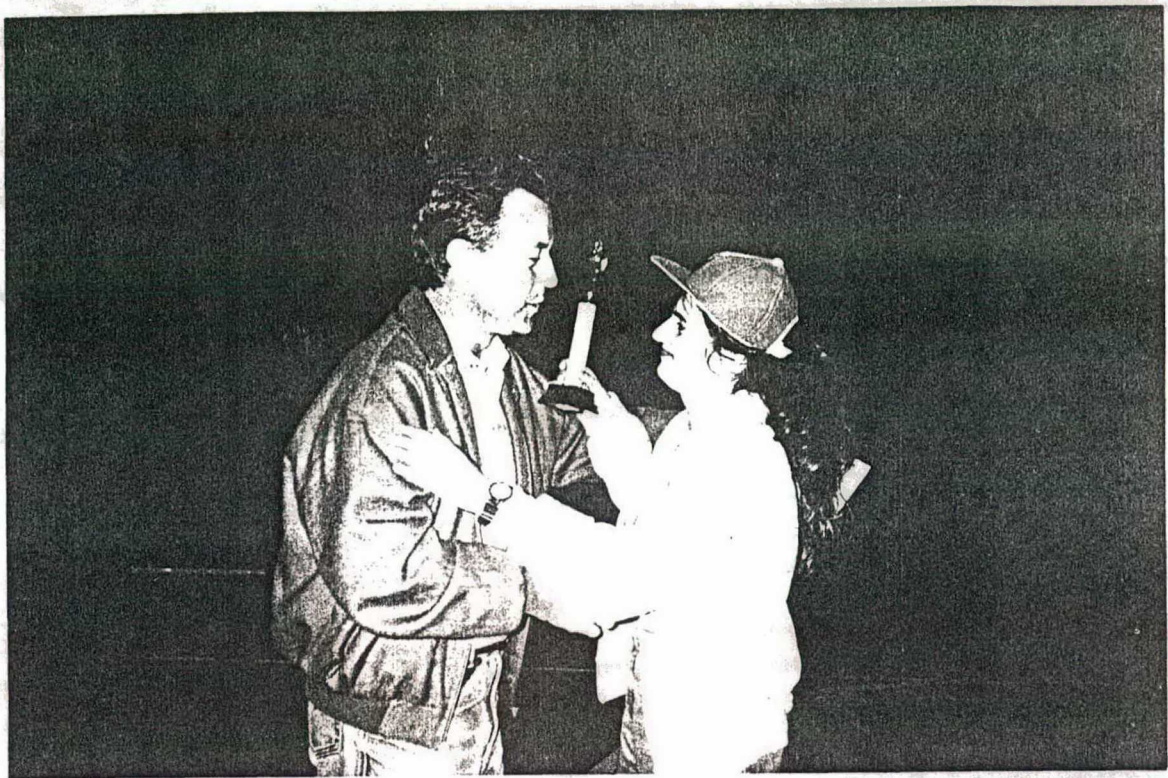
EQUIPE ARRASTÃO SE PREPARANDO PARA REALIZAR TAREFA DE
Nº 18 DA GINCANA CULTURAL C.A.R.S. - 1993.



EQUIPE KAYA NOW REALIZANDO TAREFA DE Nº 18 DA GINCANA CULTURAL DO C.A.R.S. - 1993



EQUIPE PI K PO VI REALIZANDO TAREFA Nº 18 DA GINCANA CULTURAL DO C.A.R.S. - 1993



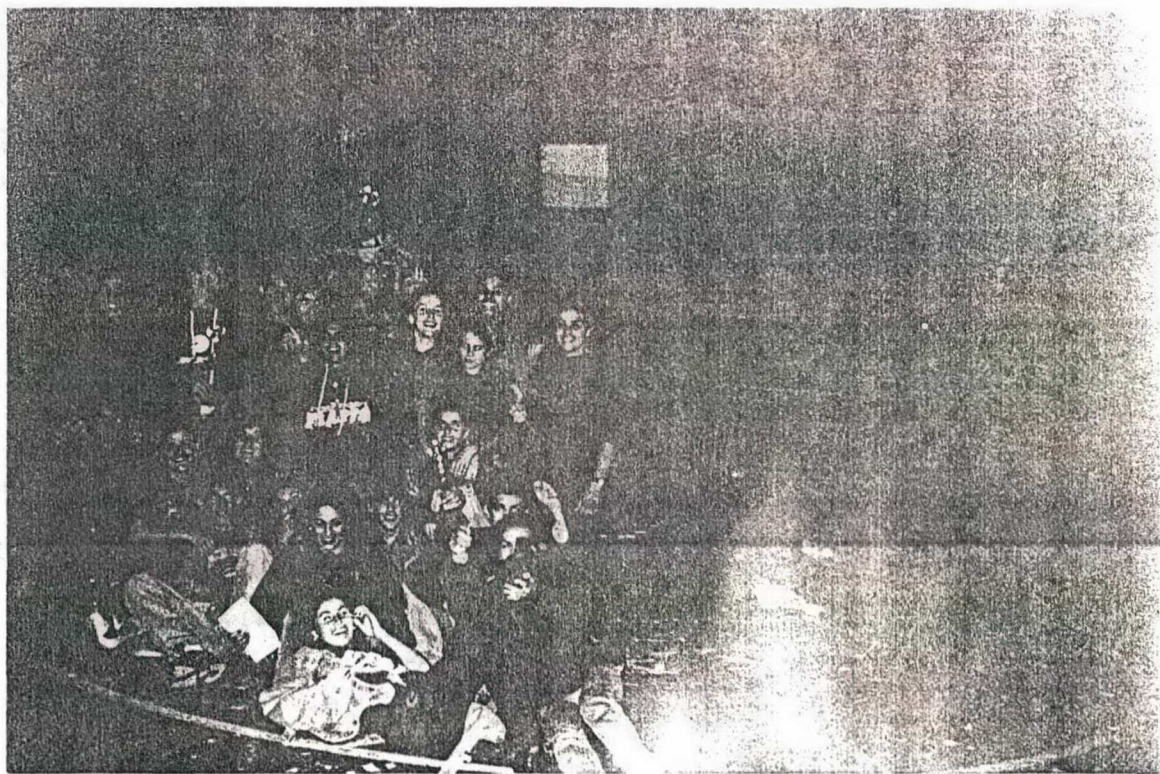
PREMIAÇÃO DA TERCEIRA EQUIPE COLOCADA - "MAFIA"



PREMIAÇÃO DA SEGUNDA EQUIPE COLOCADA - "KAYA NOW"



PREMIAÇÃO DA EQUIPE PRIMEIRA COLOCADA - "ARRASTÃO"



EQUIPE VENCEDORA DA GINCANA CULTURAL 1993
EM POSSE DA FESTA.